



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**PÁTRIO-BIOGRAFIA: HORÁCIO DE ALMEIDA E A SUA
HISTÓRIA DA PARAÍBA**

GEORGE SILVA DO NASCIMENTO

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Área de concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA - PB
AGOSTO – 2010

PÁTRIO-BIOGRAFIA: HORÁCIO DE ALMEIDA E A SUA HISTÓRIA DA PARAÍBA

GEORGE SILVA DO NASCIMENTO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa - PB
2010

S586p

Nascimento, George Silva do.

Pátrio-Biografia: Horácio de Almeida e a sua história da Paraíba / George Silva do Nascimento. -- João Pessoa, 2010.
165f. : il.

Orientador: Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Almeida, Horácio de. 2. Historiografia. 3. História e Cultura Histórica. 4. Saberes históricos. 5. História – Paraíba.

UFPB/BC

CDU: 930.2(043)

PÁTRIO-BIOGRAFIA: HORÁCIO DE ALMEIDA E A SUA HISTÓRIA DA PARAÍBA

George Silva do Nascimento

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo

Profª. Drª. Regina Célia Gonçalves
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Profª. Drª. Solange Pereira da Rocha
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externo

*Aos que acreditam na história como um conhecimento válido.
À minha mãe como resultado material de uma jornada. Como orgulho, ousadia, como afeto.
A todos que compartilharam os variados sentimentos e experiências de uma pós-graduação.*

Dedico

A história, cujo objetivo precípuo é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança. Existe portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias. É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época.

René Rémond – *Por uma História Política*

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao professor Raimundo Barroso Cordeiro Júnior pela compreensão e por ter aceitado ser meu orientador. Ao programa de Pós-Graduação e sua secretária Virgínia Kyotoku pela atenção e seus prestimosos serviços. Aos professores Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, Cláudia Engler Cury e Carla Mary S. Oliveira pelas disciplinas ministradas e pela forma especial como convivem com os alunos.

À professora Regina Célia Gonçalves, exemplo de historiadora, elegante até nas advertências, pela honra de ter sido seu aluno e pela sua presença em minha banca de qualificação e de defesa. À professora Solange Pereira da Rocha pelo carinho, amizade muito antes de pós-graduando e acolhimento, pois grande parte do que vem aqui é fruto de seu incentivo, de nossos diálogos e de minhas teimosias também. Ao professor Antônio Clarindo Barbosa de Souza pelo imediato acolhimento ao chamado desta banca de defesa.

Ao amigo e sempre professor Genes Duarte Ribeiro, que pela sua incomparável forma de ministrar as aulas de história me incentivou a enveredar por esses caminhos e como fruto de uma saudável relação ficou a nossa amizade. E por falar em amigos como poderia deixar de lado aqueles quais encontrei como colegas nas aulas do mestrado e não pude deixar de me encantar pelas diferenças – pessoais e acadêmicas – de cada um deles, não me conformando apenas em tê-los como tais e sim passar a chamá-los de amigos? Como advertência, digo que a ordem dos nomes não está em escala de importância para mim, todos são apreciados da mesma forma pelos meus sentimentos de gratidão e de carinho. Jucieldo Alexandre, Aryana Costa, Priscilla Formiga e Paloma Porto, quatro luzes que encontrei nesses mais de dois anos e que vão estar para sempre, sem demagogia alguma, na minha vida. Acompanharei de perto a vida de todos vocês, nem que seja pelo Lattes! Muito obrigado amigos, por tudo.

Agradeço da forma mais intensa que houver à minha mãe Maria Gorete e a minha irmã Geyziane Nascimento. O que seria de mim sem vocês? Injustas são as poucas linhas que faço agora pelo empenho e pela força, que recebi das duas em todos esses meses que saí de casa e busquei minha independência, em todos os sentidos que esta possa ser. Só a certeza de saber que estão sempre ali, a esperar um telefonema, uma visita na casa mais aconchegante que vi, sinto o alívio dos que encontram a paz.

Ao André Lima pela presença, pelos destinos que se cruzaram por conta do próprio mestrado, ao incentivo diário e a força na medida exata nos momentos, nada fáceis, que um

pós-graduando sente quando vê os seus últimos fios de sanidade se esvaindo em frente a um computador. Ao caro amigo Rene Brito pelos diálogos e por tornar a convivência no meu outro mundo, fora da prática histórica, mais agradável.

Aos colegas de turma pelas experiências maravilhosas. Aos que não citei os nomes, mas sabem de suas contribuições em cada parte, como uma palavra de incentivo, um pensamento. Saibam que segue aqui – espero que não pensem que seja apenas uma advertência dos que ousarem ler este trabalho – o primeiro exercício de pensamento e de escrita, de quem encontrou na história uma forma de compreensão do mundo, daquilo que me cerca e me provoca. Devo ser breve. Fica melhor assim.

Muito obrigado.

RESUMO

Horácio de Almeida foi um dos intelectuais mais profícuos da Paraíba. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, colaborou em diversos jornais locais, e escreveu uma obra ampla sobre a história deste Estado, tendo como exemplo: *Brejo de Areia* (1958) e *História da Paraíba* (1966 e 1978). Da mesma forma participou efetivamente do IHGP e de diversas outras entidades intelectuais na Paraíba e em outros Estados. A sua produção, mais especificamente historiográfica, esteve sempre voltada à construção da história e da identidade do seu lugar de origem. Havia uma preocupação latente em se fazer uma história paraibana com acontecimentos e personagens singulares a este espaço. A nossa pesquisa busca compreender a construção destas especificidades, discursivas e simbólicas, chamada por Dias (1996) de *paraibanidade*, nos textos de Almeida, tendo as duas obras citadas como fontes de nossa indagação. Para tanto procuramos apresentar os lugares e os tempos de produção do intelectual, com quem o autor dialogava e qual a sua compreensão sobre o que é história, na elaboração desta identidade paraibana, que evidenciava a bravura, a honra e a força do homem paraibano, utilizando-se de instrumentos variados, como os discursos em instituições de pesquisa e de espaços na imprensa. Chamamos aqui este universo de instrumentos significantes de Cultura Histórica, que vem a ser a dimensão das representações do passado social, agindo para a sua formação os próprios historiadores, os intelectuais, a imprensa, os produtores culturais e todos os divulgadores do conhecimento histórico, profissionais ou não.

Palavras-chave: Intelectuais, cultura histórica, identidade.

ABSTRACT

Horácio de Almeida was one of the most proficuous intellectuals from Paraíba. With a degree in Law by the Faculty of Recife, he collaborated with various local newspapers and had a large production about the history of the state of Paraíba, such as *Brejo de Areia* (1958) and *History of Paraíba* (1966 and 1978). In addition, he took an active part in the IHGP and in many other intellectual organizations in Paraíba and other states. His production, specially the historiographical kind, always related to the construction of the history and identity of his birth place. There was a latent concern in building a history of Paraíba with happenings and characters singular to such space. Our research's intention is to comprehend the construction of such discursive and symbolic specificities, called *paraibanidade* by Dias (1996), in Almeidas's texts, more specifically in the two works questioned by us above mentioned. In order to do so, we present the places and time of production of this intellectual, with whom this author dialogued and what's his comprehension on what history is, in the elaboration of this identity of Paraíba which evidenced the honour and strength of the men from Paraíba, using different instruments such as the speeches in research institutions and spaces in the press. We call this universe of meaningful instruments of Historical Culture, which is the dimension of the representations of the social past, to which formation acts the historians themselves, the press, the cultural producers and all the divulgars of the historical knowledge, whether they're professionals or not.

Keywords: intellectuals, historical culture, identity.

LISTA DE MAPAS

MAPA - 1 Mapa adaptado do original <i>Imagen Nova e Precisa do Brasil Inteiro</i> , composto pelo cartógrafo holandês Johann Bleav I. F. (ou Joan Bleau), em 1680.....	86
MAPA - 2 Planisféricio encomendado por Alberto Cantino, de 1505. Autoria anônima. Mais conhecido como "mapa de Cantino".....	87
MAPA - 3 Detalhe do "mapa de Canério", no qual destacamos a possível demarcação do <i>Monte San Vicenso</i> , que Almeida indica como sendo o Cabo Branco, na Paraíba.....	88
MAPA - 4 Mapa da Paraíba com a área pertencente à Vila Real de Brejo de Areia demarcada de acordo com a descrição de Almeida.....	114
MAPA- 5 Mapa da divisão político-administrativa atual do estado da Paraíba com a área pertencente ao município de Areia demarcada. Com as sucessivas emancipações dos povoados e distritos ficou extremamente reduzido a menos de 1/5 aproximadamente do que era no início do século.....	138

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM - 1 Areia. Vista da cidade e sua disposição sobre o cume da serra, com a rua principal que atravessa todo o traçado urbano de casas construídas à margem de vales profundos.....	105
IMAGEM- 2 <i>Brejo paraibano em Areia (PB)</i> , paisagem brejeira, o espaço das memórias de Almeida.....	111
IMAGEM - 3 Areia. Centro comercial, provavelmente no início da segunda metade do século vinte.....	117
IMAGEM -4 Gameleira. A árvore símbolo e testemunha do passado glorioso da cidade de Areia.....	141

ABREVIATURAS

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

APL – Academia Paraibana de Letras

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

FAFI – Faculdade de Filosofia da Paraíba

SUMÁRIO

Dedicatória	i
Epígrafe	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Lista de Mapas	vii
Lista de Imagens	vii
Abreviaturas	viii
1. Introdução	01
2. Assim se fez uma história: a escrita e os usos do passado	12
2.1. Almeida, a constituição de um intelectual.....	19
2.2. O historiador e o seu <i>métier</i>	29
3. Um discurso das identidades: Almeida e o seu “Sublime Torrão”	62
3.1. Demarcar para pertencer: a Paraíba, o seu espaço e a sua história.....	70
3.2. Paraíba: um lugar que se faz por um povo que se governa.....	91
4. Pátrio-biografia: uma história através do espelho	104
4.1. De sertão de Bruxaxá a Brejo de Areia: um lugar predestinado?.....	106
4.2. Areia: a cidade <i>na</i> história e a cidade <i>da</i> história.....	115
4.3. A outra face do progresso: decadência material e os revezes da memória	132
5. Considerações finais	143
6. Referências	149



1. INTRODUÇÃO

Há quatro séculos, no Ocidente, me parece que “fazer a história” remete à escrita. Pouco a pouco, ela substitui todos os mitos da antiguidade por uma prática significante. Como prática (e não como os discursos que são o seu resultado), ela simboliza uma sociedade capaz de gerir o espaço que ela, se dá, de substituir a obscuridade do corpo vivido pelo enunciado de um “querer saber” ou de um “querer dominar” o corpo, de transformar a tradição recebida em texto produzido, finalmente de constituir-se página em branco que ela mesma possa escrever. Prática ambiciosa, móvel, utópica também, ligada à incansável instauração de campos “próprios” onde inscrever um querer em termos de razão. Ela tem valor de modelo científico. Não se interessa por uma “verdade” escondida que seria necessário encontrar; ela constitui símbolo pela própria relação entre um espaço novo recortado no tempo e um *modus operandi* que fabrica “cenários” susceptíveis de organizar práticas num discurso hoje inteligível – aquilo que é propriamente “fazer história”. Indissociável, até agora, do destino da escrita no Ocidente moderno e contemporâneo, a historiografia tem, entretanto, esta particularidade de apreender a invenção escriturária na sua relação com os elementos que ela recebe de operar onde o dado deve ser transformado em construído, de construir as representações com os materiais passados, de se situar, enfim, nesta fronteira do presente onde simultaneamente é preciso fazer da tradição um passado (excluí-la) sem perder nada dela (explorá-la por intermédio de métodos novos).

Certeau, M. *A escrita da história*. (2007, p. 17-18).

Num pequeno espaço da imensa superfície deste Brasil desponta a bravia e incansável Paraíba. Terra de tantas lutas, encharcada pelo sangue de nossos primeiros heróis nos campos de batalhas travadas pela sua difícil, mas gloriosa conquista. Esses homens que deixaram suas famílias, suas vidas e enfrentando a tenebrosa viagem pelos mares, até então nunca antes navegados, aportaram num ambiente hostil em todos os sentidos. O clima tórrido, florestas a perder de vista, povoadas de animais e de gente desconhecida se tornaram os grandes obstáculos da colonização.

Quando a Paraíba, enfim, foi conquistada – após diversas expedições que fracassaram, porque o gentio recebia apoio dos famigerados corsários franceses e combatia os colonizadores ferozmente – Portugal iniciara, há pouco tempo, a sua missão civilizatória nestas plagas longínquas. Juntamente com a Espanha, eram os únicos países da Europa prontos para tal empreendimento em pleno século XVI. Tomar este território, em específico, do domínio dos aborígenes era fundamental para a expansão da colonização rumo ao norte do país. Depreende-se desse fato o porquê do interesse direto da Coroa na eliminação do inimigo nas terras paraibanas.

A nossa capital surge, assim, já com o privilégio de cidade, por ter sido fundada diretamente pela Coroa, como também a capitania que recebeu o pomposo nome de Capitania Real da Paraíba. Poucos lugares do Brasil receberam essa honraria. Mas a luta contra o gentio não se tinha dado até este momento por terminada. Desde o acordo de paz com os tabajaras, em 1585, os portugueses precisaram de mais 14 anos de lutas constantes para enfim derrotarem os potiguaras – principal grupo indígena que impedia a efetivação do projeto colonial na região. De certo que as atitudes dos portugueses perante esses povos, em alguns momentos, não se diferenciavam dos mesmos que eles buscavam eliminar, fazendo-nos questionar quem eram verdadeiramente os bárbaros. Principalmente quando, no século XVII o avanço da colonização rumo ao interior deixou de ser pacífico partindo para o confronto direto entre índios e colonizadores, na conhecida Confederação dos Cariris. O famoso movimento que reuniu indígenas do interior das capitâncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará que lutaram entre anos a fio num dos mais longos levantes contra a ocupação portuguesa na história do país.

Das plantações de cana no litoral à criação de gado no sertão unificou-se o território da Paraíba, apesar de diminuído do seu traçado original por litígios até hoje sem a devida compreensão. Lugar histórico, que viu sobre suas plagas passarem as primeiras expedições de reconhecimento do território em início de 1500 e no qual a santa inquisição fez algumas de suas visitações. Daqui partiram as expedições de conquista do Rio Grande do

Norte e Ceará, bem como a ajuda aos movimentos de libertação nacional como a gloriosa Confederação do Equador. Além disso, libertamos antes da Lei Áurea os escravos, num ato de bravura e condescendência como aconteceu na emblemática cidade de Areia.

Um lugar à frente de seu tempo. Terra de homens probos e empreendedores. De Frutuoso Barbosa a Maximiano Machado, de Vidal de Negreiros a Castro Pinto, entre tantos outros que nos vemos impossibilitados de citar pela quantidade de exemplos e também para não cometermos alguma injustiça caso algum desses nossos veneráveis patriarcas seja esquecido. Cabe a nós paraibanos fazermos o possível para que nossos heróis não caiam no esquecimento. Ergamos praças e monumentos em homenagem, coloquemos nas placas que identificam nossas ruas os seus nomes e, acima de tudo, ensinemos em nossas escolas os feitos desses homens que lutaram desde os primórdios para a grandeza e a honra de nossa tão querida Paraíba. Para que deixemos à nossa descendência um passado de que possam se orgulhar e tomar como exemplo às suas ações vindouras.

Sim estas palavras são nossas, mas não demonstram a forma como compreendemos a história que iremos aqui discutir. Estão em destaque pelo fato de representarem um método de escrita e de pensamento sobre o passado de um lugar em questão: a Paraíba. Para muitos dos que estão por dentro das discussões recentes acerca das críticas historiográficas empreendidas à história construída pelos intelectuais filiados e herdeiros do *modus operandi* do IHGP, elas podem atingir o raciocínio de modo rançoso ou risível. Para os que estão fora dos círculos acadêmicos, mas que se interessam pelo passado do seu lugar de origem, elas podem ser fator de orgulho e de admiração.

E estas duas facetas que, para muitos, são universos totalmente distintos, se comunicam de variadas formas que não podem passar despercebidas pelo historiador. Principalmente no que diz respeito à maneira como o passado de um povo é dito e lembrado. A história tem papel fundamental na construção desta unidade, na edificação de uma identidade. E foi esta uma das motivações de nossa pesquisa: buscar compreender os dispositivos simbólicos, as imagens e os discursos que dizem uma verdade sobre um espaço definido, a partir da escolha de um passado com seus personagens e fatos. Em nosso caso, a Paraíba.

À primeira vista pode parecer evidente que seja uma condição de todo e qualquer texto historiográfico. Apenas de início, porque a forma como estes textos são elaborados além de corresponderem a um projeto, a uma determinada vontade, encobrem, ‘esquecem’ diversas facetas do passado. Sabemos que a totalidade das coisas não pode ser explorada como uma

visão panorâmica que a acumulação de fatos e datas nos dá a impressão. Mas o que este tipo de escrita da história busca é dar um único passado, representado por nomes e ações que restringem o próprio direito de existir a uns, deixando outros não sem passado, mas herdeiros de um tempo que os reduz principalmente a uma condição social que, guardadas as devidas proporções, sofre os resquícios de nossa formação histórica.

A princípio, a pesquisa que ora apresentamos, através de discursos produzidos por um intelectual paraibano – Horácio de Almeida (1896-1983) – tinha a intenção de perceber os textos em discussão como parte de uma Cultura Historiográfica paraibana. Qual a “perspectiva de temporalidade” abordada pelo autor e as representações dadas às noções de tempo e espaço nos seus textos. Além de Almeida, outro intelectual contemporâneo a ele estava inserido na pesquisa: Sabiniano Maia (1903-1994). Não havia dúvida para nós, àquele momento, que estes autores representavam uma forma de consciência histórica e de escrita da história com bases sólidas e ainda presentes, tanto no senso comum como em alguns professores de história do nosso Estado.

Durante toda a graduação (2003-2007), um grande incômodo nos perseguiu, principalmente quando nos deparamos com a disciplina *história da Paraíba* e as discussões decorrentes deste assunto em outras aulas. De um lado, o departamento de História, Campus III, da UEPB, há pouco tempo recebia um leva de novos professores doutores, formados nos principais centros de pesquisa histórica do país, nos trazendo uma nova forma de pensar a história. De outro os antigos professores do departamento que se utilizavam das mesmas leituras de décadas atrás, repetindo nomes, datas e fatos, sem questionar os autores e as suas abordagens, no que versava sobre a história da Paraíba. Mesmo assim, de início, poucos desses novos professores encararam tal desafio. Não precisamos mencionar aqui todo o microcosmo que circunda a composição de uma grade curricular e a distribuição das disciplinas nos departamentos de história. Vale ressaltar que muitos deles se posicionavam criticamente diante essa historiografia, mas justamente essa crítica, somada a maçante apresentação das aulas pelos outros professores, afastavam a quase totalidade de nós estudantes ao encontro direto com tão criticada produção.

A partir desse cenário propusemos um projeto na seleção do mestrado em História da UFPB. Pretendíamos, através da leitura comparada dos dois autores acima citados, compreender a construção de seus discursos históricos. O que representaria não só a possibilidade de crítica desta dita tradição historiográfica, como também o encontro efetivo com a produção desses intelectuais.

No decorrer dos cursos do mestrado emergiram outras leituras e formas de compreensão da história, e a partir do universo instrumental do conceito de Cultura Histórica partimos para outras abordagens, sem deixar de lado, é claro, as nossas perspectivas iniciais. Preferimos nos dedicar a apenas um dos autores – que já o mencionamos anteriormente e que dá título ao nosso estudo – tendo como foco o tempo de produção, o contexto do autor, o modo como elaborou os seus textos historiográficos, as suas influências e os temas discutidos. Deixamos de lado uma análise comparativa da escrita dos dois intelectuais – Almeida e Maia – e a recepção de suas obras nos meios cultural e social paraibanos.

Como a nossa pesquisa desenvolve-se numa área de concentração – Cultura Histórica – cujo conceito é extremamente vasto, “circular e redundante em sua substantivação e em sua adjetivação” (SILVEIRA, 2007, p. 42), buscamos nos ater às sugestões dadas pela professora Godoy Silveira ao recortar, dentre diversos outros enfoques, “o nosso entendimento sobre Cultura Histórica em suas relações com as territorialidades e representações e o que deve ser considerado em tais relações” (SILVEIRA, 2007, p. 42).

Buscando compreender “como trabalhar as representações (Historiografia) sobre as territorialidades regionais (objeto de estudo) em suas relações com a Cultura Histórica (continente do objeto, enquanto História-processo)” (SILVEIRA, 2007, p. 33), a historiadora evidencia e distingue “três constelações conceituais” que perpassam e se imbricam dentro desta abordagem, que são respectivamente: representações, territorialidades e Cultura Histórica. Ao buscar um eixo norteador que nele possam se relacionar e se encontrar essas três dimensões conceituais, a autora destaca que:

Compreendida como o conjunto da produção e reprodução da existência humana, a Cultura se insere, pois, em duas dimensões sem as quais não se realiza: o tempo e o espaço. E não se realiza, obviamente, sem um agente: o Homem, em sociedade, cuja capacidade de ideação reflexiva (e não reflexiva) possibilita a mediação com a natureza, produzindo a segunda natureza (Marx) ou a natureza culturalizada que, por sua vez, produz o Homem. [...] a Cultura Histórica, guarda duplo sentido: um, genérico, enquanto produção pela História-processo; outro, mais específico, como História-conhecimento, melhor nomeada, talvez, de Cultura Historiográfica. Portanto, toda Cultura Histórica contém uma Cultura Historiográfica, esta última entendida como o conjunto das representações formuladas sobre as experiências vividas pelas sociedades, os grupos sociais, as pessoas, em uma perspectiva de temporalidade (SILVEIRA, 2007, p. 42).

A categoria *cultura histórica* pretende dar outra contribuição aos usos do passado pelas sociedades. De acordo com Le Goff (2003):

A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época. Um estudo dos manuais escolares de história é um aspecto privilegiado [...] (LE GOFF, 2003, p. 48).

Surge assim, um dos esforços recentes da conceituação de cultura histórica, que para Le Goff ultrapassa as academias e vai ao encontro das mentalidades, das formas como o passado é pensado e representado vendo nos compêndios escolares um dos exemplos mais claros de divulgação deste raciocínio. Porém, Flores (2007) critica esta interpretação, pois divisa nessa definição um equívoco epistemológico na medida em que Le Goff confunde cultura histórica com mentalidade histórica, porque entende

[...] por cultura histórica os enraizamentos do *pensar historicamente* que estão aquém e além do campo da historiografia e do campo historiográfico. **Trata-se da intersecção entre a história científica**, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a **história sem historiadores**, feita, apropriada e difundida por uma pléiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difusos através de impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p. 95. Grifos nossos).

A categoria mentalidade fornece uma noção, digamos unívoca, homogênea ao indicar que, em determinado momento e espaço, as pessoas compartilhavam a mesma forma de pensamento, de idéia sobre o passado. Para Flores isto não é cultura histórica, porque

[...] se realmente existe uma mentalidade histórica, ela prescinde de qualquer sinal de letramento, sendo atributo inconteste também das sociedades ágrañas e pré-capitalistas. Entretanto uma cultura histórica se evidencia quando as categorias de clérigos, profissionais e leigos tomam para si a cruzada da vulgarização e divulgação do que foi feito no passado, dando-lhe um sentido histórico. Avançamos, pois, no sentido de que a cultura histórica não pode ser uma exclusividade da narrativa dos historiadores, a historiografia. [...] **Trata-se da história sem historiografia, mas que não prescinde do fato de que a narração de qualquer feito tenha, pelo menos, as condições do sentido histórico** [...] (FLORES, 2007, p. 96. Grifos nossos).

Todavia, outra expressão que se apresenta no intuito de contribuir de forma nova ao campo da historiografia é a de *cultura historiográfica*. Para esta, não basta apenas relacionar os nomes aos tempos e aos tipos de história escritas, sendo mais claro, não é suficiente se fazer uma história de como a ciência histórica vem sendo produzida desde os seus primórdios

descrevendo somente os tipos de narrativas utilizadas. É esta uma das críticas que pesa sobre a historiografia. Sendo assim, a cultura historiográfica se esforça em produzir “uma leitura das formas de representação teórica do passado [...], dos seus aspectos socioculturais, de suas instituições, formais ou não, e de suas estruturas de pensamento” (DIEHL, 1998, p. 11) construídas pelos produtores diretos deste conhecimento.

A Cultura Historiográfica faz justamente uma interseção entre dois conceitos para compreender o porquê do histórico nas sociedades, ou seja, de que forma o passado é utilizado em determinado tempo e espaço, que significados ele tem, quais os interesses políticos e culturais e seus projetos de futuro, quais os métodos de pesquisa e de construção discursiva desses aspectos que levam à formação de um conhecimento específico: a história.

Porém, segundo Diehl (2002), as narrativas históricas possuíam “um sentido original” no que diz respeito à forma como a história exercia papel essencial para a construção de identidades políticas e sociais, do seu posicionamento crítico perante a sociedade. Sentido perdido na medida em que a diversidade cultural, étnica, entre outras, toma conta do cenário teórico e objetivo das ciências sociais:

A consciência de uma perda irreparável, promovida pela mudança paradigmática nas formas de produção do conhecimento, gerou o afastamento das histórias estruturais. Em seu lugar crescem as histórias culturais. Já não são mais os modelos conceituais teóricos, aqueles capazes de dar conta da combinação explicativa, mas a memória como fonte passa agora a assumir importância (DIEHL, 2002, p. 14).

Para exemplificar melhor o posicionamento do autor em discussão acrescentamos que ele comprehende “por cultura historiográfica todas as formas de representação do passado. É um conceito mais abrangente do que a historiografia, exatamente para poder dar conta das diferentes áreas das ciências humanas” (DIEHL, 2002, p. 206). Surgem nestes excertos duas questões a serem ressaltadas. A primeira no que diz respeito ao crédito dado à memória e a forma como o tempo é operado e percebido por ela em detrimento das explicações estruturais. A segunda, ao abranger as representações do passado elaboradas pelas outras ciências humanas que também lidam com o tempo histórico, de uma forma secundária ou como subsídio para as suas interpretações.

Embora busque ampliar a percepção da representação histórica, a cultura historiográfica, de acordo com os exemplos dados, ainda restringe a produção deste conhecimento aos profissionais institucionalizados, àqueles que possuem um instrumental teórico e metodológico capaz de elaborar estas interpretações.

Sendo assim, partimos para a pergunta: afinal o que distingue cultura historiográfica de cultura histórica?

É preciso ressaltar que, nos próprios exemplos dados, encontramos algumas ambiguidades. Para Diehl (2002) a cultura historiográfica seria “todas as formas de representação do passado”, no entanto, em texto anterior já citado por nós, diz que cultura historiográfica tem como objetivo a análise das “formas de representação teórica do passado” (DIEHL, 1998, p. 11), ora nem toda representação é fruto de uma elaboração teórica; para Le Goff (2003) a cultura histórica consiste nas formas de interpretação do passado, seus diferentes usos elaborados não só pelos historiadores.

Pensamos que há aqui uma indecisão, talvez o reconhecimento de que as duas categorias em discussão não são tão opostas assim ou a própria necessidade de um aprofundamento teórico das mesmas. Todavia nos parece que há um cruzamento de ideias entre a memória e a história. Todas as duas conservam a sua relação com o passado, mas não são a mesma coisa, embora os historiadores, muitas das vezes, não concordem, de forma alguma, com o que as diferencia. A memória é uma faculdade humana presente em todas as sociedades e tem suas formas próprias de lidar com o tempo, bem como a história enquanto saber constituído possui os seus próprios métodos analíticos e discursivos sobre o tempo (CHARTIER, 2009, p. 21-24).

Serve-nos como parâmetro para esta pesquisa, o já referencial estudo de Gomes (1996) no qual a autora, através da análise de um suplemento literário de um jornal e da seção de uma revista – publicados na década de 1940 que tinham como proposta divulgar, para um público amplo, a obra de intelectuais que produziram as primeiras interpretações mais significativas e sistematizadas sobre o passado brasileiro – nos revela esta interseção proposta por Flores (2007) entre a *história científica* e a *história sem historiadores*, para alcançarmos a cultura histórica enquanto uma categoria operacional do conhecimento histórico. Os ‘historiadores’ elencados pela autora estão nessa confluência entre um conhecimento que caminha para a sua sistematização, mas que ainda não havia se institucionalizado enquanto disciplina autônoma no Brasil. Ora, mais recentemente a autora em questão diz que:

No que se refere às relações entre cultura histórica e historiografia, o aspecto mais evidente é a amplitude do primeiro conceito, que vai além da historiografia definida como a história dos historiadores, de suas obras e da disciplina. Tal constatação tem como desdobramento importante o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier*. Há,

por conseguinte, diferenças evidentes de amplitude e de natureza entre o que se pode considerar cultura histórica e o que se pode entender por conhecimento/saber histórico produzido em uma época, não havendo sincronia necessária entre os dois (GOMES, 2007, p. 48-49).

Tudo bem. Mas acreditamos que, ao encararmos essa independência tão rogada à cultura histórica, podemos voltar a confundir os dois conceitos, ou a chegar a um ponto de dizer que toda ou qualquer forma de representação do passado que não emana do discurso dos historiadores seja cultura histórica, ou dar uma importância maior a um em detrimento do outro. Vale ressaltar que não estamos impondo este posicionamento aos autores citados. Chegamos, então, a um impasse, quase uma aporia: então, toda relação com o passado é cultura histórica?

Creemos que necessariamente não. Embora a cultura histórica possua a sua autonomia no que diz respeito às formas como diversos meios de comunicação e expressão utilizam o passado ela não pode prescindir ou renunciar a um conhecimento histórico elaborado anteriormente. Até porque o que caracteriza o círculo da cultura histórica é justamente a relação entre a produção historiográfica, a sua recepção e divulgação, seja nos seus espaços legitimadores ou na sociedade e as formas como ela lança mão dessas interpretações sobre o tempo que é o objeto dessa produção, pois relembremos Bloch (2001) quando diz que a história é o estudo dos homens no tempo. Não se produz um filme sobre o império romano, ou uma novela sobre o período colonial no Brasil sem antes ir às fontes, ou seja, sem antes consultar aquilo que foi produzido, enquanto historiografia, sobre estes tempos históricos, por mais que nestas atividades os personagens criados nunca tenham existido, por mais que o historiador consultado não concorde com o resultado final. São mundos distintos e independentes, mas não alheios entre si.

Mesmo porque se pensarmos na história enquanto saber instituído isto é fruto do século das ciências, o XIX. A escrita da história não é um processo evolutivo. Desde Heródoto até este marco temporal, o nosso tempo de escrita, o que se produzia eram relatos de memória, compilação das fontes, sem um método crítico de análise. A história enquanto metodologia e interpretação do tempo é fruto da modernidade (CADIOU, 2007). Então, a cultura histórica não pode ser pensada para e com todos os tempos históricos.

Para tanto, a nossa pesquisa, busca compreender a construção de uma identidade espacial e social da Paraíba, a paraibanidade (DIAS, 1996) elaborada pelos intelectuais/historiadores do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), que evidenciava a bravura, a honra e a força do homem paraibano, observadas segundo estes

intelectuais, desde a conquista da capitania no século XVI. Vale evidenciar que todas essas características eram qualificadoras e produzidas por homens ligados ao poder público de seus respectivos Estados – porque não foi algo específico apenas à Paraíba. Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo, seguiram esta mesma ‘tendência’ lançada ainda no século XIX pelo IHGB que buscava dar os contornos de uma história para a recém-criada nação brasileira – utilizando-se de instrumentos variados, como os discursos em instituições de pesquisa, ao molde das academias francesas, de espaços na imprensa e na produção de materiais didáticos, mais especificamente os de história. Através desta cadeia de divulgação estas versões do passado tornaram-se verdades, as ditas histórias oficiais.

E influenciam o modo como a nossa sociedade representa o seu passado, como a história é apropriada e difundida no senso comum, através daqueles que, detentores das ferramentas adequadas para tanto, como jornalistas, artistas, políticos entre outros, tem um poder muito maior de abrangência do que os próprios historiadores. Não é por acaso que, para um intelectual como Almeida, a sua ligação com os meios capazes de publicar e propagar a sua história passava por todos esses campos elencados.

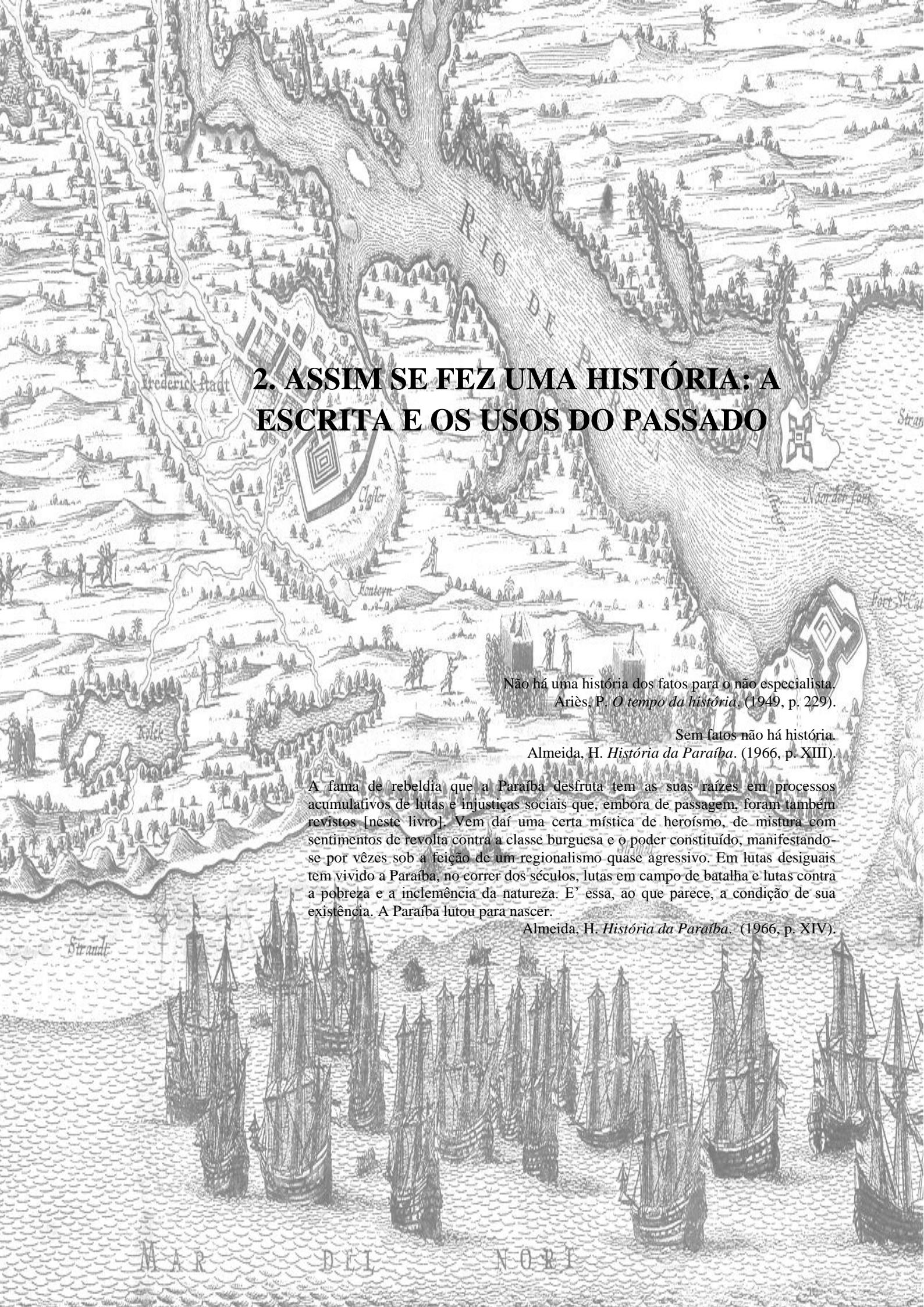
Sendo assim, a partir da análise dos seguintes textos: *História da Paraíba*, volumes I e II, sendo o primeiro editado em 1966 e, o segundo, em 1978, bem como *Brejo de Areia: memórias de um município*, publicado em 1958 – porém com edição cotejada de 1980 – todos escritos por Almeida depois de sua mudança definitiva para o Rio de Janeiro, em 1946, a pesquisa que ora empreendemos tem a seguinte disposição.

No primeiro capítulo *Assim se fez uma história: a escrita e os usos do passado*, procuramos mostrar o tempo de produção da história empreendida por Almeida, quais as influências intelectuais e sociais que contribuíram para um determinado tipo de discurso sobre o passado, os espaços de produção desta escrita, enfim a ‘operação historiográfica’ do autor.

No segundo capítulo *Um discurso das identidades: Almeida e o seu “sublime torrão”* partimos para o ponto fundamental de nosso estudo: quais os elementos discursivos e imagéticos elencados por Almeida e a forma como eles foram utilizados no intuito de produzir uma verdade sobre o passado de um espaço e de um povo? Como este lugar passou a ser delimitado não só fisicamente, mas a partir de um discurso que o tornava único e diferenciado, com uma história própria e digna de menção?

E, no terceiro capítulo, *Pátrio-biografia: uma história através do espelho*, buscamos compreender a forma como o intelectual construiu e metodizou a sua consciência histórica, e porque não a consciência de si mesmo. Como, através desta escrita – que diz muito mais de si do que de qualquer outro ser – o mesmo pôde dar significados a sua vida a partir das (re)

significações estabelecidas através de suas relações com os espaços demarcados e vividos em sua trajetória pessoal e intelectual. Para tanto, neste capítulo utilizamos um texto singular e exemplar de sua forma de ‘escrita de si’ que foi o livro *Brejo de Areia*.



2. ASSIM SE FEZ UMA HISTÓRIA: A ESCRITA E OS USOS DO PASSADO

Não há uma história dos fatos para o não especialista.
Ariès, P. *O tempo da história*. (1949, p. 229).

Sem fatos não há história.
Almeida, H. *História da Paraíba*. (1966, p. XIII).

A fama de rebeldia que a Paraíba desfruta tem as suas raízes em processos acumulativos de lutas e injustiças sociais que, embora de passagem, foram também revistos [neste livro]. Vem daí uma certa mística de heroísmo, de mistura com sentimentos de revolta contra a classe burguesa e o poder constituído, manifestando-se por vezes sob a feição de um regionalismo quase agressivo. Em lutas desiguais tem vivido a Paraíba, no correr dos séculos, lutas em campo de batalha e lutas contra a pobreza e a inclemência da natureza. E' essa, ao que parece, a condição de sua existência. A Paraíba lutou para nascer.

Almeida, H. *História da Paraíba*. (1966, p. XIV).

A produção historiográfica paraibana esteve inteiramente atrelada, durante um bom tempo, à matriz de concepção histórica representada pelo IHGP. Mais precisamente entre os anos de 1905, quando da sua fundação, e os anos de 1980. As últimas décadas do século XX marcam uma mudança neste paradigma. Era o momento de consolidação do departamento de história da UFPB, com a chegada de profissionais comprometidos com a construção de uma história fundamentada nos novos paradigmas deste conhecimento¹.

Este tipo de escrita da história fundamentava-se num pressuposto inicial segundo o qual era preciso construir um passado com características, fatos e personagens próprios que dessem uma particularidade histórica à Paraíba. Para tanto seria necessário que ela – a história – surgisse a partir de feitos que pudessem lhe dar a força de uma verdade e que fossem únicos a este espaço. Ou então comparáveis aos grandes acontecimentos da história do Brasil e, em alguns casos, até como peças chaves dos mesmos. Foi preciso, então, sistematizar o tempo, buscar e revelar os documentos, as evidências e, como acabamento final, a construção de uma identidade: a *paraibanidade*.

Segundo Dias (1996, p. 50) a “paraibanidade pode ser definida como a identidade paraibana, criada pelo IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formados por algumas características e valores”. Tais como,

¹ Para Dias (1996, p.22-23) “o final da década de 70 e início de 80” foi o momento mais fértil de questionamentos sobre este tipo de produção historiográfica feitos pelos profissionais da Universidade Federal da Paraíba, que por terem ingressado na universidade sem as bônus do clientelismo local puderam investir no combate à historiografia paraibana tradicional. In: DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996, p. 22-23. Em 1976 um núcleo de documentação foi criado com propostas de pesquisas interdisciplinares: o NDHIR (Núcleo de Documentação e Informação História Regional). Vale evidenciar ainda a nova produção historiográfica advinda da qualificação dos professores do Departamento de História, com suas teses de doutorado e projetos de pesquisa – como, por exemplo: SÁ, Ariane Norma de Menezes, MARIANO, Serioja R. C. *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003 – desenvolvidos com os alunos de graduação. Outro ponto diz respeito à criação do Programa de Pós-Graduação em História, no ano de 2003, que tem contribuído para uma nova visão não só da história, mas de uma interpretação crítica da historiografia dita tradicional. Conf. em especial duas dissertações de mestrado defendidas no PPGH da UFPB, no ano de 2009: MENESES, Hérick Dayann Morais de. *As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2009. A primeira pesquisa, analisando as obras de dois escritores paraibanos, que se debruçam sobre o período holandês, procura compreender a forma como eles construíram os eventos e as implicações destas representações na cultura histórica local. Essa ressonância é buscada através da análise de livros didáticos produzidos na década de 1970 e como as visões repercutem no ensino de história local atualmente. No outro estudo, o autor, através de um uso variado de fontes como jornais, imagens e monumentos busca entender a transformação e edificação de um homem num mito-herói, após a morte do então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa. Partindo de evidências do senso comum que o inquietaram, ele busca depreender como essa elaboração se constituiu e como ela permanece tão forte no imaginário da sociedade paraibana: RIBEIRO, Genes Duarte. *Sacrifício, heroísmo e imortalidade*: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2009.

portadora de um passado que se inicia a partir de um acordo de paz, juntamente com a bravura e o heroísmo das pessoas que lutaram para a construção e ocupação deste lugar.

A historiografia produzida *dentro dos muros* do IHGP provém de uma orientação metodológica e política de uma instituição que, antes da criação dos cursos universitários de história no país, e consequentemente na Paraíba, teve a predominância no domínio dos discursos sobre o passado brasileiro: o IHGB. Fundado em 1838, no Rio de Janeiro, o instituto foi durante todo o restante do século XIX e início do XX o espaço por excelência da produção historiográfica no Brasil (GUIMARÃES, 1988, p. 05).

Quando a história se institucionalizou no século XIX e adquiriu status de disciplina, fora preciso um aparato discursivo e metodológico para por em prática este conhecimento que se pretendia exato, racional, ‘científico’. Algumas das medidas tomadas foram a separação com o gênero literário – acreditava-se que assim a história conseguiria uma maior aproximação maior com a verdade – bem como a supressão da subjetividade e a valorização da imparcialidade na busca do real. Conjuntamente, a criação de revistas eruditas para a circulação, apreciação e reconhecimento do saber fabricado (DOSSE, 2003, p. 37-39) despontaram neste século. Esta forma de produção historiográfica, que ficou conhecida por “escola metódica” tinha:

[...] uma visão progressista da história segundo a qual o historiador trabalha e está a serviço do progresso do gênero humano. A marcha para o progresso desdobra-se como uma cumulação do trabalho científico, numa abordagem linear da história, enriquecida pelo aporte das ciências auxiliares [...] que dão um aspecto cada vez mais moderno ao século XIX (DOSSE, 2003, p. 40).

Discutindo a produção do conhecimento histórico francês – que influenciou e ainda exerce uma significativa presença no Brasil – Dosse evidencia que, após a guerra franco-prussiana (1870-1871) e com a consequente perda de parte do território da França, a historiografia criada neste momento foi fundamental para o “rearmamento moral da nação” (DOSSE, 2003, p. 40). Isto é, uma história voltada para o engrandecimento nacional, um discurso que pudesse unir um povo a um objetivo, a partir da exaltação de um passado na construção de um futuro. Guimarães observa este condicionante político-ideológico na criação do IHGB e suas implicações na forma de se compreender o passado brasileiro. Para ele, a relação entre o discurso histórico e o da identidade nacional foi muito estreita, no que diz respeito ao desenvolvimento e institucionalização do conhecimento histórico, não só na Europa como também no Brasil. Com isto:

[...] é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (GUIMARÃES, 1988, p. 05).

Era um momento da história do país, no qual a construção de uma identidade para a nação foi fundamental à manutenção da ordem política e social. Portanto, uma história que buscasse unidade e conciliação das diferenças existente no processo de formação histórica da sociedade brasileira. E seria assim o discurso advindo dos intelectuais do IHGB uma ferramenta primordial dessa articulação. Ainda segundo Guimarães, os principais objetivos do instituto, evidenciados em seus primeiros estatutos eram: o levantamento e a divulgação das fontes referentes à história do Brasil, “o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica [...], relações com instituições congêneres” e o estímulo à “criação de institutos históricos provinciais” (GUIMARÃES, 1988, p. 08).

Esta última questão seria um dos instrumentos necessários à consolidação da centralização do Estado imperial. No entanto, esses objetivos não foram alcançados imediatamente, apenas com a recém-implantada república e o sistema federativo de governo os institutos históricos puderam despontar nas diversas unidades administrativas ²:

Num país onde a separação da metrópole aconteceu sem a participação popular e contrariando até projetos políticos locais e toda a diversidade que isso representa, essa política de criação de Institutos Históricos locais só teve significado quando a esses locais foi possível explicitar suas diferenças, sem

² Após a fundação do IHGB, em 1838, poucos exemplos foram seguidos nas províncias, como o IAHGP (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1862), o IHGAL (Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 1869) e o IC (Instituto do Ceará, 1887) apenas. Caso particular se deu no Rio Grande do Sul, que buscou a criação de um instituto nos anos de 1855 e 1860, atingindo êxito somente em 1920 quando é fundado o IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul). Os outros exemplos, juntamente com suas datas corroboram o nosso argumento: o IGHB (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia) e o IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), ambos em 1894; IHGPR (Instituto Histórico e Geográfico do Paraná), em 1900; IHGSC (Instituto Histórico e geográfico de Santa Catarina), de 1902; O IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano), em 1905; IHGMR (Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais), 1907; o IHGES (Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo), de 1916 e muitos outros que continuaram surgindo tanto como promotores de histórias estaduais, por exemplo, o IHGRJ (Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro), de 1957, bem como em alguns municípios, tente como exemplo mais recente o de Montes Claros, em Minas Gerais, fundado em 2006.

que se perdesse a perspectiva da construção de uma unidade (DIAS, 1996: 50).

Mais uma vez, era indispensável um discurso que unificasse o Estado e justificasse a política de atuação do poder, na medida em que as antigas províncias, agora Estados, necessitavam manifestar as suas especificidades associadas e complementares a um todo: o governo central.

[...] unificar a nação significava a construção de um passado que se pretendia singular, embora claramente marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos. [...] os diferentes centros produziram falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante (SCHWARCZ, 1993, p. 99).

O que propalavam essas ‘falas regionais’? Antes de tudo, elas construíam uma especificidade histórica ao espaço do qual esses discursos emergiam e de sua importância, enquanto agentes do processo, nos grandes momentos do passado do país. Estas particularidades se apresentavam em características econômicas, políticas e sociais arrematadas pelo laço da identidade.

No *Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, fundado em 1862, a história construída por seus membros procurava “de um lado, a recuperação da história pátria; de outro, a comprovação da relevância da história pernambucana nos destinos do país” (SCHWARCZ, 1993, p. 117-118).

Para tanto, datas e acontecimentos foram estabelecidos para demarcar, de uma forma contínua, a ‘sempre revolucionária e pró-republicana’ identidade dos pernambucanos. A expulsão dos holandeses e a Revolução de 1817 eram utilizadas como provas cabais disto. Mais ainda, esta história adquiria uma abrangência sobre outros espaços, numa perspectiva regional na medida em que buscava dar uma atenção à história das províncias que, antes constituíam as capitâncias de Pernambuco e Itamaracá. Como acabamento, emanava dos discursos os elementos do povo pernambucano, aquilo que os unia enquanto características comuns a todos daquele lugar: o patriotismo, a bravura, a força, a grandeza, a dignidade e tantos outros atributos de uma identidade proba. Uma história comemorativa e laudatória, escrita por e para uma elite em crise – que em sua maioria compunha os espaços do instituto – que percebia a cada dia seu enfraquecimento econômico diante do sul do país. E, conciliando o discurso de um suposto caráter científico – tão particular ao século XIX – com o conservadorismo local, buscavam estabelecer um lugar no passado e no presente da história

do país (SCHWARCZ, 1993, p. 117-125). Num momento de tantos problemas internos era necessário aquilo que preferimos chamar de um *discurso de compensação*³.

O mote do *Instituto Historico e Geographico de São Paulo* era outro, todavia se utilizava das mesmas ferramentas dos exemplos citados. Criado em 1894, diferentemente do seu congênero pernambucano, o instituto paulista gozava de um cenário político e econômico extremamente favorável. Os ‘senhores do café’, ao contrário dos senhores de engenho do norte, construíram uma imagem fundamental para a história de um Estado que se apresentava como a ‘locomotiva’ do Brasil, impulsionando e conduzindo a economia vigorante, com agora o seu principal produto de exportação, o café. O bandeirante foi o personagem-símbolo escolhido e a república, o regime a ser celebrado e exaltado, levando assim os paulistas, a se postularem como os trabalhadores responsáveis pela grandiosidade da nação. Observa-se, assim, o quanto a recorrência discursiva de certas imagens incute uma verdade no senso comum, por mais que estas falas privilegiem um grupo social restrito (SCHWARCZ, 1993, p. 127-133).

Na Paraíba, em muitos aspectos, isto não foi diferente. Como mencionamos acima, a história elaborada pelos membros do IHGP buscou elencar acontecimentos e datas, edificando-os como marcos simbólicos da história do Estado, demonstrando que, apenas as pessoas possuidoras de determinadas características seriam capazes de conduzirem esse feitos: os paraibanos, dotados de força, bravura, probidade e tantos outros adjetivos qualificadores desta identidade.

Contudo, arriscamos sustentar o argumento, já defendido por Dias (1996), de que a história contestadora desta interpretação do passado paraibano ainda não se estabeleceu firmemente na cultura histórica local, prevalecendo nos discursos políticos, nas escolas de ensino secundário e na mídia, até então, a força de uma versão do passado pensada e construída a partir dos parâmetros lançados desde o início do século XX⁴. Faz-nos reforçar este posicionamento quando em fevereiro de 2009, ao assumir o poder executivo da Paraíba, após um longo processo no qual o governador em exercício teve o seu mandato cassado, o novo dirigente empossado em seu discurso proferiu as seguintes palavras:

³ Para nós, o discurso de compensação é elaborado por um conjunto de agentes culturais que através de um instrumental simbólico e textual, procuram representar as suas instituições, os territórios, um grupo ou comunidade a partir de características unificadoras e valorativas. A justificativa é sempre relacionada à positividade de aspectos que mascaram uma sensação de fragilidade, perda de *status*, seja qual o for. Nessa operação o passado é trabalhado de uma forma diretamente interessada.

⁴ Acrescentamos aos dados citados na primeira nota de rodapé os seguintes estudos pontuais: AIRES, José Luciano de Queiroz. *Inventando tradições, construindo memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2006* e CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história no IV Centenário da Paraíba*. Recife: Mestrado em História/UFPE, 2002.

Paraibanos. Este momento coloca-me diante de extremos desafios. Todos os malefícios de uma terra arrasada nos foram legados. Contudo, a Paraíba será restaurada, ainda que ressurgindo dos seus próprios escombros. O momento é de reconstrução, e isto requer a união de todos. Juntos, transformaremos as ruínas de frustrações passadas em momentos de esperança de uma Paraíba do futuro. [...] Olho o horizonte e vislumbro novos tempos para a Paraíba. Tempos de muito trabalho, tempos de restauração, tempos de reencontro com a democracia, o Estado de Direito e a prosperidade, valores essenciais e atemporais que devem balizar o convívio entre governantes e governados. Mas, sobretudo, tempos de esperança, onde semearemos a boa terra – mesmo que temporariamente arrasada – e haveremos de colher um futuro de paz duradoura e progresso permanente⁵.

Assim se perpetua e se ressignifica a *paraibanidade*, caracterizada pela força, coragem, bravura e por um ponto primordial e nem sempre observado: a capacidade de reconstrução de um povo – paraibano – a partir de suas ruínas. Aspecto muito mais imposto pela natureza, segundo estes argumentos, que pelos homens.

Como estes discursos surgidos em épocas distintas podem ter essa ressonância de idéias e símbolos tão fortes? Inicialmente poderíamos responder a partir da observação de dois aspectos. O primeiro diz respeito à questão da força dos discursos sobre identidade local na retórica política e o segundo – no qual nos deteremos com mais atenção – está relacionado à apropriação e continuidade de uma matriz de concepção do pensamento histórico local na construção dessas mesmas identidades.

Este modo de conceber a história produziu frutos. Como exemplo, poderíamos citar *História da Paraíba*, de Horácio de Almeida, publicado em 1966. Pensado inicialmente para ser lançado em dois volumes – projeto concretizado mais de uma década depois – o primeiro teve sua divulgação antecipada para coroar, de forma confessada, (ALMEIDA, 1966, p. XVI) a administração do governador Pedro Gondim, dentro do *Plano de Extensão Cultural*⁶ elaborado em sua gestão.

⁵ Discurso de posse do governador José Targino Maranhão, proferido na Assembléia Legislativa da Paraíba em 18 de fevereiro de 2009, In:< <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=70050>>, consultado em 10 de fevereiro de 2010.

⁶ Pedro Moreno Gondim governou a Paraíba de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966, na última eleição direta no estado antes do período da ditadura militar, anteriormente foi governador interino entre os anos de 1958 a 1960. “O “Plano de Extensão Cultural” do governador Pedro Gondim desenvolveu nos anos 60 importantes atividades, como as “Semanas de Teatro”, as “Feiras de Livros”, o “II Congresso de História e Crítica Literária”, concursos como o “Prêmio José Lins do Rego”, para romance e contos e “Prêmio Augusto dos Anjos”, para poesia, além de edições de livros, encenações de peças teatrais montagens de exposições de arte, itinerâncias de espetáculos teatrais e musicais e intercâmbios culturais com outros centros, como Recife, Natal e Rio de Janeiro” apud.< http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=12629&Itemid=35 > acesso em 30/11/2009.

Contudo não era essa a primeira incursão de Almeida na construção de textos que tratassem do passado deste Estado. Desde a década de 1940 escrevia sobre personagens da cultura local que se destacaram no espaço nacional. Biografias de Pedro Américo (1943) e Augusto dos Anjos (1962) figuraram entre as suas primeiras pesquisas corporificadas em textos significativos e de grande repercussão. Neste ínterim, em 1958, *Brejo de Areia* certifica-o de vez no espaço dos escritores do passado brasileiro, ao ser lançado pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, na Coleção *Vida Brasileira*, dirigida por José Simeão Leal, tendo como alguns nomes integrantes Luis da Câmara Cascudo, Jaime Cortesão, Hélio Vianna, entre outros⁷. Portanto, quando *História da Paraíba*, o livro, torna-se texto, o intelectual já havia se inserido num campo de produção.

Sendo assim, buscaremos compreender o exercício historiográfico de Almeida como um dos elementos continuadores deste tipo de história, que teve seus alicerces fincados pelo IHGP, sem deixar de lado os possíveis distanciamentos e rupturas. Todavia conheçamos primeiro um pouco de nosso personagem.

2.1. Almeida, a constituição de um intelectual

Segundo Sirinelli (1988)⁸ a história dos intelectuais, na França, passou por um período de ostracismo na primeira metade do século XX. A cartilha dos Annales não dava atenção ou via como um grande problema a história dos intelectuais. Encontraram na historiografia tradicional problemas extremamente criticados à época: falar de intelectuais seria contemplar um grupo restrito de pessoas que, em sua maioria, faziam parte de uma elite composta por atores sociais ainda em plena atividade ou de um passado muito próximo; sem contar as possíveis ligações com a história política, na qual figuravam os grandes nomes e os seus feitos exageradamente valorizados, isto é, aspectos bastante criticados neste momento. Porém, a partir da década de 1970, com o chamado “retorno do político”, surgiram outras interpretações da política enquanto espaço de atuação e transformação da sociedade por seus agentes – múltiplos – e não algo restrito apenas ao ‘poderosos’, além do crescimento

⁷ Conf. o texto *Ascensão e declínio de uma cidade*, de Aécio de Aquino na apresentação da edição de 1980, in *Brejo de Areia*.

⁸ Ano da publicação original.

quantitativo dos sujeitos e das representações intelectuais no cenário francês. Com isto, a história voltou-se para os mesmos (SIRINELLI, 2003, p. 231-241).

Todavia, o que vem a ser um intelectual? Para Sirinelli, os significados desta palavra acompanham as transformações da sociedade, por isso mesmo tem um “caráter polissêmico” e um “aspecto polimorfo”. Não há como definir categoricamente esta palavra pela questão dos sujeitos que ela busca significar, sendo assim, o autor expõe como exemplo:

[...] duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Bom, dependendo do intelectual pesquisado estes aspectos podem ser observados em conjunto, independente do posicionamento político, até porque não há legitimidade em uns – intelectuais de esquerda, por exemplo – e deslegitimidade de outros – os de direita – e, sim, a atuação na sociedade deste sujeito a partir de seus instrumentos de intervenção e participação (SIRINELLI, 2003, p. 256-7).

Então, como perceber a vida e a atuação de Almeida nos variados espaços sociais, políticos e institucionais freqüentados por ele? Encarando-o como intelectual, indivíduo que, a partir do uso de determinadas ferramentas, deu forma e instituiu verdades ao passado social, do qual, em alguns momentos, intimamente fazia parte. Apresentamos, brevemente, a seguir, sua trajetória.

Almeida nasceu em 21 de outubro de 1896 na cidade de Areia, interior do Estado da Paraíba. Aos seis anos de idade, Almeida subiu pela primeira vez aos bancos escolares. Foi também o primeiro momento da construção de sua sociabilidade fora do círculo familiar. Assim se resume os seus nove anos primários:

Em 1911, aos quinze anos de idade, menos que analfabeto, larguei a escola. Longe estava de concluir o primário. Lia mal o terceiro livro de leituras de Felisberto Carvalho e só copiando escrevia, isso mesmo em letras garranchosas, pois ditado nunca fiz. Em matemática, não fui além das quatro operações fundamentais. Empaquei em somar frações e daí não saí. Apenas em geografia tinha a prosopopéias de dizer que sabia quantos Estados tinha o Brasil, quais as capitais e outras coisitas mais. Era todo o meu cabedal de conhecimentos (ALMEIDA, 1962, p. 78).

Logo após concluir a sua formação primária, com quinze anos de idade, nada mais era empecilho para que seus braços não fossem aproveitados nos trabalhos do engenho da Várzea, de propriedade de seu pai. Diante das dificuldades econômicas de sua família, após as fracassadas incursões pelo comércio na cidade de Areia, o senhor Rufino Augusto de Almeida decidiu ir com tudo e com todos para o engenho. Era preciso que todos trabalhassem nas mais diversas atividades, inclusive para possibilitar os estudos de seu irmão mais velho Elpídio de Almeida:

Todos os serviços fiz do engenho, inclusive o da passadeira no cozimento de rapadura, que foi o mais pesado. [...] Meu pai não permitia que os filhos trabalhassem para si. Tinham de pegar no pesado para ajudar a manter a casa e sustentar nos estudos o mais velho, Elpídio, que fôra despachado para o Colégio Diocesano, na capital do Estado e, em seguida, para a Faculdade de Medicina, no Rio. Era a lei da casa que êle dizia haver cumprido e a seu jeito fazia cumprir (ALMEIDA, 1962, p. 78-79).

Mas a necessidade de instruir-se era premente. Os livros que possuía em sua casa e que lhe despertaram o interesse eram apenas *A velhice do Padre Eterno*⁹, deixado por seu irmão mais velho quando da sua ida para a Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro e o almanaque de Laemmert¹⁰ que já não mais o entretia por encontrar-se

[...] desfalcado de muitas fôlhas, pois quando se queria um pedaço de papel para qualquer necessidade urgente o velho almanaque perdia mais uma de suas fôlhas. Mas recorrendo agora aos empréstimos de volumes sebentos, derramei muitas lágrimas sobre o Moço Louro e Amor de Perdição, devorei Os Miseráveis e andei perto de exaurir-me nas aventuras do cerebrino Rocambole, de Ponson de Terrail (ALMEIDA, 1962, p. 81).

⁹ A velhice do Padre Eterno, de Guerra Junqueiro. Publicado em 1885, o livro do autor português fazia severas críticas ao mundo clerical através de sátiras vividas a partir de seus personagens caricaturais.

¹⁰ “[...] Almanak Laemmert, publicado no Rio de Janeiro entre 1844 e 1889, pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert [...]. Os irmãos foram os fundadores da Livraria Universal e da Tipografia Laemmert. Lançaram diversos autores brasileiros e publicaram por décadas, de 1833 até 1930, o famoso almanaque, considerado atualmente como um instrumento indispensável de consulta para conhecimento do passado comercial, financeiro e social brasileiro do Século XIX e início do Século XX. Nascidos no Grão-ducado de Baden, que era localizado no sudoeste da Alemanha, às margens do Rio Reno, os irmãos Laemmert foram os pioneiros do mercado livreiro e tipográfico brasileiro”, NARLA, Aguiar. Almanak Laemmert. Almanaque mais antigo do Brasil está disponível no site da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/05/14/almanak-laemmert/>>. Acesso em: 30 de Nov. 2009.

Foram essas leituras, segundo Almeida, que deram o tom de seus primeiros interesses pela escrita. A menção aos empréstimos nos remete à possibilidade de uma circulação, mesmo que mínima, de livros entre algumas pessoas na cidade. Ora, em 1871 foram fundados em Areia uma biblioteca e um gabinete de leitura, criados por iniciativa de particulares e encabeçados por Joaquim da Silva, no intuito de infundir na pequena urbe uma prática corriqueira aos círculos culturais das elites européias: espaços públicos de leitura. Mas esta biblioteca e o gabinete de leitura sobreviveram até o momento em que toda a euforia literária perdeu seu fôlego na cidade.

O acervo que sobrevivia da doação de particulares foi minguando a cada dia, inclusive pela negligência dos leitores que não devolviam ou extraviam os livros emprestados, sem contar a falta de apoio público para tanto. Com isto, em pouco mais de vinte anos, a biblioteca e o gabinete de leitura deixaram de existir. Mas isto nos faz pensar o quanto as práticas difundidas por estes equipamentos puderam incutir, senão corroborar, em algumas pessoas da cidade o hábito da circulação e do empréstimo de livros (GAUDÊNCIO, 2007, p. 203-210; ALMEIDA, 1980, p. 134).

Neste momento de inquietação do espírito de Almeida surgem as suas primeiras experiências no mundo da escrita através da publicação de jornais fundados pelo intelectual: *A Ronda* e *O Smart*. Vê-se que mesmo com sua família em dificuldades econômicas, de acordo com seus próprios relatos, Almeida transitava grupos sociais de distinção em Areia, porque provavelmente não era qualquer jovem de seu tempo que publicava jornais. O primeiro, de 1917, “composto e impresso nas oficinas gráficas de Zuca Machado”; tinha como colaboradores o seu irmão, José Rufino, Nestor de Queirós, Ladislau Ramos, Otaviano Carneiro, José da Costa Machado e segundo Almeida era um “jornaleco, meio político, meio humorístico” (ALMEIDA, 1980, p. 136), que mesmo assim conseguiu causar polêmica:

Atiçado por políticos locais, o jornalzinho abriu as baterias contra o prefeito do município. Mas não foi por causa das ameaças recebidas que suspendeu a circulação. Foi porque os assinantes, inclusive os que atiçavam, não pagavam as assinaturas. Nessa aventura jornalística queimei os últimos cartuchos de minhas economias e ainda tomei cem mil réis emprestados [...] para liquidar compromissos e poder retomar a vida do batente (ALMEIDA, 1962, p. 81-82).

No mesmo período surge o segundo jornal, chamado *O Smart*, mais comportado que o anterior servindo agora como vitrine dos eventos sociais da cidade. Tinha a colaboração de Gutemberg Barreto e nele apareceram as primeiras e únicas tentativas de incursão no mundo

das musas, deixado o mais depressa possível por ver que de forma alguma, tinha talento para este fim poético. Na verdade, este jornal era “uma imitação caricata do que circulara dez anos antes com o mesmo título, lançado por José Américo de Almeida, Aprígio dos Anjos, João de Almeida, Edésio Silva e outros namorados benquistas das musas” (ALMEIDA, 1962:82). O jornal foi em pouco tempo abandonado.

Em 1918, com a epidemia da gripe espanhola no Brasil, os estabelecimentos de ensino por todo o país fecharam as suas portas:

Veio então o decreto do governo federal que permitia conceder, a quem requeresse, certificado de aprovação até quatro matérias do curso de humanidades, de vez que vigoravam na época os exames parcelados. Vários estudantes partiram de Areia para a capital do Estado a fim de pedir os seus certificados. Um deles tanto fêz que me levou a reboque. Chegando ao Liceu Paraibano, deram-me uma minuta de petição a copiar, na qual havia uma linha em branco para declaração das disciplinas requeridas. A um estudante que estava ao meu lado pedi que me indicasse quatro matérias básicas, das mais difíceis, pois nem de nome eu as conhecia. O tal sujeito mencionou e eu fui escrevendo – português, francês, aritmética e álgebra. Por aí se vê o tamanho de minha ignorância. Requeri aprovação em português e francês e deixei fora latim e inglês. Pior foi a aprovação em aritmética e álgebra, deixando ao azar da sorte o exame de geometria (ALMEIDA, 1962, p. 82-83).

E, sendo assim, no ano seguinte, em 1919, aos 23 anos de idade Almeida decidiu lavar “a lama dos pés” e deixar “para trás a bagaceira do engenho” a fim de completar os seus estudos no Liceu Paraibano. Confessa que sua vontade mesmo era “sentar praça”, contudo não deixou maiores explicações sobre essa decisão de ir para o Liceu. Porém aventamos que nada mais forte naqueles tempos do que a necessidade de preparar-se no Liceu Paraibano, um dos colégios mais tradicionais do Estado, para poder ingressar no ensino superior. Boa parte da elite paraibana fizera o mesmo caminho, até porque poucas cidades possuíam escolas com o ensino secundário.

As dificuldades financeiras também o acompanharam neste período. O pouco que Almeida tinha consistia em “22 mil réis, que era tôda a [...] fortuna, produto de 22 anos de trabalho quase escravo” (ALMEIDA, 1962, p. 83) poupadão no tempo em que viveu sob custódia familiar em Areia. Outros problemas foram enfrentados, desde no que diz respeito à forma como se alimentava e se vestia, bem como as não tão agradáveis pensões que se hospedou na cidade de Parahyba. Contudo a situação atenuou-se um pouco mais quando o seu irmão Pedro de Almeida “já então funcionário de uma coletoria estadual” permitia-lhe uma mesada de cinquenta mil réis (ALMEIDA, 1962, p. 83).

Ultrapassados os obstáculos materiais, os estudos à luz de lamparina e as doenças que o acometeram, Almeida concluiu o curso ginásial em dois anos: “Aos quatro preparatórios que já tinha no bôlso, comprados por força de decreto, juntei mais oito em tempo recorde, como quem passa por cima de brasa” (ALMEIDA, 1962, p. 83). Como as disciplinas ainda eram ministradas isoladamente nada o impedia de que, supomos, ao completar em dois anos, juntamente com os outros quatro preparatórios, ele tenha cursado todas as cadeiras exigidas em mais de um turno. Sua dedicação foi tão evidente que chegou a ser nomeado professor de português no Liceu, logo se destituindo do cargo, por não se achar preparado para tal feito:

No desespéro de recuperar o tempo perdido, liquidei em dois anos oito preparatórios, com uma fumaça apenas de conhecimentos. Quando cansava de estudar, dormia com o livro na tipóia para ver se mais depressa aprendia por osmose. Mais tarde, por ironia do destino, fui nomeado professor de português do Liceu Paraibano, sem nunca ter feito exame dessa matéria. E como não me sentia preparado para a cadeira larguei-a no fim do primeiro ano (ALMEIDA, 1962, p. 84).

Quando ainda estudante do preparatório no Liceu Paraibano Almeida manteve contato com diversos jovens, filhos da elite local e estudantes do mesmo colégio, que juntamente com ele fundaram a revista *Era Nova*¹¹. De periodicidade mensal, lançada em março de 1921, a revista possuía um formato moderno para o período, talvez a primeira publicação deste tipo até então na Paraíba. Impressa em cores diferia, em alguns aspectos, dos jornais locais. A redação e a administração do periódico ficavam a cargo dos seguintes nomes: “Redação e Administração da ‘Era Nova’ Directores: - Severino de Lucena e S. Guimarães Sobrinho; Secretário: - *Horácio de Almeida*; Redactores: - Epitácio Vidal e José Pessôa; Director Commercial: - Edgar Dantas; Director-Techinico: - Mardokêo Nacre” (ERA NOVA n° 24. Ano II. Parahyba, 15 de abril de 1922, p. 08. Grifos nossos).

A proposta da revista era – a partir de nossa observação em alguns volumes – de ser um veículo de informação e entretenimento para a elite política e intelectual da capital. Embora suas notas não se prevalecessem apenas deste centro, pois ainda contava com diversos colaboradores respondendo por algumas das cidades mais importantes do interior do Estado nesse momento. Como também a participação de nomes de destaque no mundo político e social da Paraíba, entre eles José Américo de Almeida, Carlos Dias Fernandes, Coriolano de Medeiros, Tavares Cavalcante, José Lins do Rego, Álvaro de Carvalho e muitos

¹¹ Consultamos exemplares do periódico na Coleção Paraibana, da Biblioteca Central, UFPB, Campus I.

outros. Portanto, qualquer acontecimento que fosse de interesse de divulgação da revista e não estivesse relacionado apenas à cidade da Parahyba era veiculado em suas páginas. Festas, como o carnaval na capital com os corsos e seus carros enfeitados, as belas damas em seus vestidos pomposos, até a inauguração de um colégio de freiras numa cidade do interior, bem como o destaque à vida de uma personalidade local ou obras de saneamento e de urbanização da capital eram temas para as reportagens da revista. Tudo isso com o reforço de inúmeras fotos, desde a capa até as últimas páginas.

As folhas de rosto e as contracapas eram tomadas por anúncios comerciais, nos quais se propagandeavam produtos e artigos diversos, do vestuário a móveis, de tudo o que mais moderno havia a ser consumido e adquirido no efervescente comércio das ruas do centro da cidade da Parahyba. Entre as principais, a Maciel Pinheiro era a mais frequentada. A diversidade dos textos nas revistas chama a atenção ainda hoje. Além das reportagens mencionadas anteriormente, havia crônicas, sendo as de maior destaque as escritas por José Américo de Almeida, notas sobre casamentos e tantas outras eventualidades, surgiam nas páginas do periódico.

Embora Almeida fizesse parte do conselho administrativo e editorial da revista, não escrevera em todos os números. Por falar nisto, a *Era Nova* teve dois momentos, no que diz respeito à sua circulação: o primeiro, de 1921 a 1925, no qual Almeida esteve presente e um segundo, que vai de 1959 a 1963, já com nova administração (DUARTE, 1984, p. 4). No período de sua colaboração encontramos um Almeida que escreve em pequenas quadras – comentando sobre assuntos do cotidiano, mas sempre recheados de um ar crítico e sarcástico, seja versando sobre o evolucionismo ou o poder da moda ao influenciar a vida das pessoas – a textos onde a sua força de polêmica começa a se construir. O uso de expressões como “leitura fria e vidrenta” ou “páginas pingue de pieguice literária” ao analisar um livro de poemas lançado por Carlos Dias Fernandes, o então diretor do jornal *A União*, são claros com relação a isto (ALMEIDA, 1921, p. 6-7).

O que se percebe, no entanto, é que este periódico se mostrava como uma espécie de manual de comportamentos do ‘moderno’ e ‘civilizado’ homem e mulher paraibanos, tendo em suas páginas textos e seções dedicadas a cada um destes gêneros indicando, na sociedade, como cada um deveria se portar, o que consumir e de quais círculos participar.

Em 1923 o sonho de tantos filhos das elites decadentes do Nordeste realiza-se para mais um: Almeida consegue, enfim, ingressar na Faculdade de Direito do Recife. Fundada em 1828 e sediada inicialmente em Olinda, a Faculdade de Direito foi transferida para o Recife em 1854. Mudança estratégica e bem-vinda, na medida em que tanto suas instalações como a

forma na qual o estudo do Direito estava sendo conduzido em Olinda ocorria contrariamente ao grande intuito de sua criação: produzir um pensamento autônomo e verdadeiramente nacional, com uma legislação voltada para a realidade brasileira.

Junto com a Faculdade de Direito de São Paulo, instalada no mesmo ano que a sua congênere, fora um dos principais centros de produção científica e convívio intelectual do país durante todo o restante do século XIX e início do XX. Embora não descartemos a presença e atuação dos centros de estudos médicos e dos institutos de pesquisas históricas e geográficas, neste ínterim, pelo Brasil afora (SCHWARCZ, 1993, p. 141-146). Ora, estas faculdades de Direito surgiram no intuito:

[...] de fundar uma nova imagem para o país se mirar, inventar novos modelos para essa nação que acabava de se desvincular do estatuto colonial, com todas as singularidades de um país que se libertava da metrópole, mas matinha no comando um monarca português. Era necessário provar “para fora e para dentro” que o Brasil imperial era de fato independente [...] (SCHWARCZ, 1993, p. 141).

Desde sua criação, até o início da década de 1930, a composição social dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife não divergia muito. Boa parte dos estudantes era proveniente, além do Estado de Pernambuco, de outros vizinhos, como a Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará. No início, em Olinda, os alunos estavam mais ligados à elite rural local. Com a passagem para Recife isto não deixou de existir, contudo jovens advindos da classe média urbana começaram a figurar neste espaço. Mas o fato é que mandar um filho para estudar na faculdade não era uma aspiração meramente relativa ao intelecto, buscava-se dotar estes homens da capacidade de serem os futuros condutores e líderes da política local e possivelmente nacional, “o prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito” (SCHWARCZ, 1993, p. 142 e 150).

Profissionais voltados ao poder, em todos os sentidos, sejam os referentes à ordem social ou política do Estado brasileiro, os bacharéis de Direito foram responsáveis pela construção de uma mentalidade que ainda se faz extremamente presente na sociedade:

Mesmo com a ampliação dos campos profissionais, ao longo do Império e da República, a mentalidade jurídica ainda predomina sobre todas as outras, aliando a vida profissional e cultural do país, em que os doutores e bacharéis passam a ocupar também as letras, seja na literatura ou na imprensa, como forma de obterem destaque e notoriedade, mas principalmente como

importantes formadores da opinião pública e da identidade nacional (CASTELO BRANCO, 2004, p. 91-92).

Acrescentamos à citação a predominância, durante boa parte do século XX, destes intelectuais na escrita da história do passado brasileiro, mais especificamente no que diz respeito à história local dos Estados de onde provinham estes bacharéis¹². E, pela sua proximidade ou organicidade com o poder, não há de se estranhar a força de verdade desses discursos sobre a cultura histórica local, que é o que pretendemos demonstrar nesta pesquisa, tendo Almeida como exemplo.

Mas o Direito, na vida de Almeida, teve de esperar. No mesmo ano que ingressou na faculdade voltou ao engenho da Várzea, embora não deixe bem claro o motivo deste feito. Em 1927, ainda na mesma cidade, lança o periódico *O lufeiro*, que circulou por menos de um ano, com temática totalmente voltada ao espiritismo (ALMEIDA, 1980, p. 136). Neste ínterim, Almeida colhia os primeiros depoimentos e organizava as fontes iniciais do futuro livro *Brejo de Areia* (ALMEIDA, 1962, p. 85). No mesmo ano voltou para a Faculdade, concluindo em 1930 e, consecutivamente sendo nomeado advogado da Prefeitura da cidade de Areia. No seguinte vai-se para a capital com mulher e filhos – a esposa e sua prole surgem de repente em sua narrativa sem explicações mais prolongadas – para exercer agora a sua nova profissão:

Formei-me em direito aos 34 anos e o que me esperava adiante era ainda um caminho tortuoso, como sempre tenho palmilhado. Com um canudo debaixo do braço, levando comigo a esposa e um rancho de seis filhos, mudei-me da Areia para a capital do Estado, onde assentei banca de advogado. Entrei então a enfrentar obstáculos, em grande parte por culpa minha, porque nunca tive a habilidade de saber fazer amigos. A cada passo, *sentia a terra estremecer a meus pés* (ALMEIDA, 1962, p. 85. Grifos nossos).

Embora um levantamento detalhado de sua atuação como advogado não tenha sido feito – não estava entre nossas intenções principais –, através da bibliografia colhida de sua autoria pudemos perceber – conforme os anos de publicação – como foi constante e significativa a sua atuação enquanto operador do direito na capital paraibana. Até porque, ao

¹² Ver, além da tese de doutoramento de CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. *A construção do mito do "meu filho doutor". Fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil-Paraíba*. Recife: UFPE, 2004, que traz um percurso historiográfico da construção da educação superior do país e mais especificamente da Paraíba, analisando a edificação dos qualificativos da sociedade brasileira aos que fazem parte deste seletivo grupo, o livro de ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, no qual o autor analisa as especificidades da política brasileira a partir da atuação dos profissionais de Direito.

publicar as ações¹³ por ele representadas, Almeida atribuía uma singularidade à sua forma de trabalho. Afinal, um advogado se destaca pelo êxito de suas causas. E torná-las públicas pode ser de grande valia para divulgar a sua competência jurídica. Corrobora esta apreciação o que diz Pereira, em seu discurso – embora extremamente laudatório – proferido na Fundação Casa de José Américo de Almeida, em homenagem ao centenário de nascimento de Almeida¹⁴ quando nos revela que:

De 1931 à 1945, exerceu a nobre profissão com sucesso, notabilizando-se pela sua combatividade. Em 1934, o presidente Getúlio Vargas o nomeou membro do Conselho Consultivo do Estado da Paraíba. Depois chamado Conselho Administrativo. No ano seguinte, tornou-se Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento, na Paraíba, ao tempo subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (PEREIRA, 2000, p. 18).

Quatorze anos, que sem dúvida, foram os mais agitados e conturbados da vida pessoal e profissional de Almeida. Em 1933, juntamente com algumas figuras do cenário intelectual local, fundou a Liga Pró-Estado Leigo. Eles “formaram [...] uma sociedade que funcionou até a promulgação da Constituição Federal de 1934. Pugnava pela separação cada vez mais crescente entre a Religião e o Estado (PEREIRA, 2000, p. 18)”.

Os círculos de produção, recepção e de divulgação dos intelectuais paraibanos despontam neste intermédio na trajetória de Almeida. Em 1936 ingressou como sócio efetivo e patrono da cadeira de nº 42 no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, além de, em 1941, participar da fundação da Academia Paraibana de Letras. Em 1943, presidiu a Comissão Organizadora dos Festejos do Centenário de Pedro Américo, constituída na cidade de Areia. Naquela ocasião lançou o livro *Pedro Américo: ligeira notícia biográfica do genial pintor paraibano (1843-1905)*. Em 1946, organizou as comemorações do centenário de sua cidade natal (PEREIRA, 2000, p. 19).

Como se vê, Almeida sempre buscou fazer parte de espaços produtores e ou legitimadores do discurso da identidade paraibana. O seu grande esforço se voltava agora para a escrita desta história.

¹³ Entre as que encontramos figuram as seguintes: ALMEIDA, Horácio de. *Ação de anulação*. João Pessoa: s.ed., 1932. 88p; *Nota promissória falsa – alegação*. João Pessoa: s.ed., 1933. 27p; *A posição da mulher perante as leis do país*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1933. 13p; *Saboaria Paraibana – interdição*. João Pessoa: s.ed., 1935. 10p; *Ação de indenização – razões*. João Pessoa: s.ed., 1935. 84p; *Igualdade de entrância – razões*. João Pessoa: s.ed., 1936. 83p; *Marca de fábrica – alegações*. João Pessoa: s.ed., 1938. 66p.

¹⁴ Depois publicado como um dos volumes da Série Histórica, da Editora A União intitulada *Paraíba: nomes do século*, no ano 2000.

2.2. O historiador e o seu *métier*

“A Paraíba tem tido muitos historiadores, mas não ainda a sua história”.

Almeida, H. História da Paraíba. 1966, p. XI.

É preciso reforçar, como mencionamos anteriormente, que o conhecimento histórico no Brasil trilhou os seus caminhos iniciais fora do âmbito das universidades. Até porque estas instituições são de um passado muito recente na história do país, e mais especificamente na Paraíba que teve o seu primeiro curso superior de história no início da década de 1950, na antiga Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI)¹⁵. A história era produto de intelectuais filiados a institutos e outras associações congêneres que serviam como local de compartilhamento, divulgação e recepção de suas pesquisas. Espaços que funcionavam nos moldes das academias francesas no que diz respeito, por exemplo, à composição social e a arregimentação de seus membros¹⁶.

A formação acadêmica de Almeida, no tão tradicional curso de Direito da Faculdade do Recife, que tinha no seu currículo um ensino voltado para o conhecimento jurídico e social, foi fruto desta instituição que, na segunda metade do século XIX, ficou extremamente conhecida por seu ensino influenciado e divulgador das teorias científicas europeias no Brasil, a chamada ‘Escola do Recife’¹⁷. Talvez isso possa explicar, em parte, por sua formação, o interesse pelo passado da sociedade paraibana. Os cursos de Direito, no início do século seguinte, não diferiam muito dos de tempos atrás para a formação dos futuros juristas. As aulas versavam sobre os códigos jurídicos – o primeiro Código Civil Brasileiro era de 1916, além de retórica e ciências sociais à luz das doutrinas de pensamento europeu do século XIX.

Como um dos nossos objetivos nesta pesquisa é compreender a construção dos elementos constituintes do passado elaborado, no intuito de dar características específicas ao presente de um determinado povo, os paraibanos, através da escrita da história de Almeida, nos prevaleceremos dos seguintes textos: *História da Paraíba*, primeiro e segundo volumes e *Brejo de Areia: memórias de um município*. Contudo, outros de sua autoria poderão ser

¹⁵ Ver a dissertação de BEZERRA, Francisco Chaves. *O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. João Pessoa: UFPB, 2007.

¹⁶ Ver DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*: do IHGB aos anos 1930, p. 23-36; SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e...* p. 99-108 e GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro...* p. 05-11.

¹⁷ Ver SCHWARCZ (idem) p. 151-172 e ALONSO, Agela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

utilizados conforme a necessidade de exemplificarmos alguns posicionamentos que possam surgir ao longo de nossos argumentos.

Sendo assim, é preciso buscar as respostas das seguintes inquietações: em que contexto Almeida escrevia os seus textos? Quais as referências para a construção de seus discursos historiográficos? Como se dava o processo do tempo histórico a ser pesquisado? Quais as fontes utilizadas e como eram trabalhadas? Enfim, quais as ideias dominantes no pensamento sobre o passado de Almeida, a história produzida por ele. Portanto, a ênfase não será dada, apenas, a um contexto histórico, mas a que tipo de história era produzido no tempo da atuação intelectual de Almeida.

O tempo cronológico de produção dos textos por nós escolhidos se compreende entre os anos de 1958 e 1980. Mas, para interpretarmos melhor este momento na vida intelectual de Almeida, voltemos um pouco antes, para o ano de 1946, quando ele deixou a Paraíba para viver no Rio de Janeiro. Segundo Britto (2000) o fato se deu em 1946¹⁸ até porque neste mesmo ano Almeida ainda se encontrava na Paraíba:

Em 1946, organizou [Horácio] as comemorações do centenário de sua cidade natal (18/05/1946). De 12 de fevereiro de 1946 a 17 de outubro do mesmo ano exerceu o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado da Paraíba. Por esse tempo dirigiu o jornal *Estado da Paraíba* de que era proprietário (PEREIRA, 2000, p. 19).

Cercada de polêmicas, essa mudança fez com que Almeida vivesse naquela cidade até o fim de sua vida, apenas visitando esparsamente a capital paraibana. Em uma entrevista concedida em 1982 ao jornalista e crítico literário Edilberto Coutinho, Almeida nos revela abertamente o motivo de sua transferência. Suas palavras foram as seguintes: “Na defesa do que penso, não hesitei em contrariar José Américo de Almeida, meu primo todo-poderoso, e nossa briga causou a queda de um governo, nos idos de 1940” (COUTINHO, 1982, p. 6).

Além de ser uma desavença política, foi mais do que uma disputa de egos entre os primos Almeida, e porque não, também uma guerra de poderes e influências locais. Era Almeida uma das figuras de destaque em apoio ao PSD na Paraíba e seu primo José Américo do lado oposto pela UDN. As desavenças chegaram aos extremos em 1946, momento tenso do cenário político marcado por deposições e acirramentos. Para esclarecermos melhor, citemos na íntegra um trecho desta entrevista:

¹⁸ Data confirmada pelo próprio Almeida em sua palestra *Ao redor de mim mesmo* In: Augusto dos Anjos: razões de sua angústia. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor Editora, 1962, p. 86.

Desde 1944, Horácio de Almeida reside no Rio, e sua saída da Paraíba – onde é uma legenda viva de valentia, havendo quem o conheça como ‘Horácio da bala’ – se deveu a uma polêmica política com José Américo, que chegou a ocasionar a demissão do interventor federal no Estado: “Nunca andei dando tiros” ele reage. “Mas, naquela época de transição da ditadura de Vargas para a anunciada redemocratização, que viria com a Constituinte de 46, fui Secretário do Interior e Justiça do Estado, no governo de Odon Bezerra. José Américo de Almeida, meu primo, não se dava comigo. Você sabe que essas disputas de família são as piores. No nosso caso, a coisa virou verdadeira briga de foice. José Américo, contrariado por mim numas pretensões pessoais que tinha, e não se conformando com o apoio que o interventor me dava, apelou para um dos caciques da República, o general Góes Monteiro, que demitiu o próprio Odon Bezerra. Me aborreci e vim morar aqui no Rio. *Mas a Paraíba esteve sempre presente na minha preocupação e na minha saudade*”. Somente, em 1958, os primos se reconciliaram (COUTINHO, 1982, p. 6. Grifos nossos) ¹⁹.

As ‘pretensões pessoais’ não foram esclarecidas, mas esta disputa político-familiar de Almeida foi apenas o ápice de um cenário maior de desavenças que marcaram a sua vida na primeira metade da década de 1940. Como nos esclarece um testemunho bastante vivo de um de seus contemporâneos, embora passe ao largo a deposição de Odon Bezerra:

As minhas primeiras impressões sobre o ilustre personagem não foram das melhores. Conheci-o de longe, numa hora de lutas renhidas entre as duas maiores facções políticas do Estado. Digmatiavam-se bravamente, disputando o domínio político da Paraíba, a UDN e os seus coligados de um lado e o PSD e os seus satélites do outro. Horácio era combatente valoroso das hostes pessedistas. Exercia o importante cargo de Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, uma Pasta que depois desmembrou-se em duas. Eu, aprendiz de jornalista, modesto repórter do Jornal de oposição *A Tribuna*, fui designado para fazer reportagens sobre um caso rumoroso, no Educandário Eunice Weaver, objeto de escandalosa denúncia [...]. O diretor do jornal, Luiz de Oliveira Lima, terminou sendo processado pelo poderoso auxiliar [Almeida] do Governo. Tirou partido da situação, defendendo-se no Júri de Imprensa. Absolvido, saiu do pretório nos braços do povo e se elegeu deputado estadual [...]. Caíra a Ditadura, em 29 de outubro de 1945. Tornou-se vitoriosa a tese udenista de conferir todo o poder ao Judiciário. Viera o pleito, em dezembro seguinte, mas o General Dutra venceu o Brigadeiro Eduardo Gomes [...]. A euforia dos udenistas, como alegria de pobre, durou pouco. No ano seguinte, os pessedistas, que tinham perdido tudo no Estado – as duas senadorias e a maioria da Câmara dos Deputados –, voltaram ao poder com a nomeação de Odon Bezerra Cavalcanti para a interventoria. Horácio de Almeida logo se viu convocado para gerir os negócios da mais importante Pasta. Diziam-no louco, ou pelo menos desequilibrado. A contenda estava no auge. O clima esquentou. Oliveira Lima deixou a direção do jornal para candidatar-se à deputação. Odon Bezerra afastou-se do governo para disputar uma vaga no Poder Legislativo. Nelson Firmino assumiu a direção de *A Tribuna*. Entre ele e Horácio travou-se debate espetacular. Recordo que Nelson Firmino escreveu, entre outros, um artigo

¹⁹ Entre aspas (“”) o depoimento de Almeida.

terrível, contra Horácio de Almeida, intitulado: SEU HORÁCIO DA BALA DANOU-SE. A resposta, pelo jornal *O Estado da Paraíba*, de propriedade e direção do bravo areiense, veio no mesmo tom (PEREIRA, 2000, p. 5-6).

Depreendemos disso o quanto a imprensa, desde estas décadas, servia de palco para as disputas políticas e os interesses pessoais, que estão sempre conjugados nesses dois mundos, na Paraíba. E, polêmicas à parte, estas enumeradas até agora não foram as únicas em que Almeida se viu envolvido ou como personagem principal. A querela na qual participaram o Pe. Hildon Bandeira e o próprio Almeida nas páginas dos jornais *A Imprensa* e *Liberdade*, foi umas das mais calorosas nos primeiros anos da década de 1940 na capital paraibana. No suplemento cultural do jornal *A União*, *Correio das Artes*, de 1984, o jornalista Carlos Romero, tecendo comentários sobre os textos de Almeida que sempre deram ênfase a história da Paraíba, destaca algumas de suas polêmicas, entre as quais a travada com o Pe. Hildon Bandeira:

E para ilustrar ainda mais o temperamento polêmico de Horácio de Almeida, gostaria de lembrar, aqui, que há muitos anos, o padre Hildon Bandeira, jornalista vigoroso e culto, veio, um dia, com uma série de artigos sob o título geral *Guerra ao Espiritismo*. Era uma catilinária terrível contra a Doutrina Codificada por Allan Kardec. O jornal que divulgou esses artigos do respeitável sacerdote foi *A Imprensa*. Pois bem, logo que tomou conhecimento dessa *Guerra* deflagrada no jornal católico, Horácio de Almeida, que tinha idéias espíritas, imediatamente entrincheirou-se nas páginas do jornal *Liberdade*, do velho Anquises Gomes, e travou com o padre Hildon uma das polêmicas mais violentas que a história do nosso periodismo registrou (ROMERO, 1984, p. 16).

O que não deixou de ser recordado por um dos próprios personagens envolvidos. Em texto enviado ao jornalista Romero – encontrado no memorial de Almeida na Academia Paraibana de Letras e sem identificação precisa de publicação – o padre Hildon nos revela o clima desta batalha de pensamentos e textos ocorrida no ano de 1944, que revemos a seguir:

Lí no *Correio das Artes* seu artigo *A Polêmica e o Paraibano em Horácio de Almeida* em que você ressalta com muito brilho e perspicácia na personalidade cultural do grande escritor areiense [...] você incluiu meu nome como um dos esgrimadores com o emérito beletrista. Você me fez mergulhar em um passado já bem distante (40 anos) e reabrir um velho caderno em que guardo as minhas “más traçadas linhas jornalísticas” para reencontrar-me com o espadachim Horácio de Almeida e que ao fim de nossa áspera contenda ficamos queridos amigos. Com o ardor de minha juventude sacerdotal, cheio de entusiasmo pela Apologética da Igreja, que condenava todos que divergissem dela, achei de sair de arma em riste contra o espiritismo. O título de meus artigos publicados na *A Imprensa* já traduzia

a agressividade de minha posição doutrinária: *Guerra ao Espiritismo*. Entreguei-me à leitura de Allan Kardec e outros corifeus do espiritismo para conhecê-los na fonte e parti para analisar a visão distorcida e herética que tem de Jesus Cristo, negando sua Divindade. Combati a reencarnação dos espíritos e as manifestações mediúnicas como chantagens e provocadoras de alienações mentais, sobretudo entre as pessoas ignorantes. Era um tiroteio violento como quem quisesse erradicar da Paraíba os kardécistas. Eu já ia pelo décimo quinto artigo quando Horácio de Almeida apareceu pelo semanário *Liberdade*, de Anquises Gomes, com um artigo que começava assim: um amigo perguntou-me se eu estava lendo os artigos do padre Hildon Bandeira na *A Imprensa* contra o espiritismo? Horácio, então, respondeu-lhe que nunca ouviu falar nesse Pe. Hildon Bandeira. Conhecia Pedro Anísio, Florentino Barbosa, Nicodemus Neves, João de Deus, mas esse Hildon Bandeira devia ser algum apelido ou algum intosurado. E saiu chincando-me e mandando que eu fosse aprender o catecismo. Um amigo me disse – você agora tem um ferrabrás pelas costas e um anticlerical versadíssimo em contar estórias de Papas e Padres. Não me intimidei e voltei a responder suas acusações contra a Igreja e repisar que os manicômios estavam cheios de espíritas, umbandistas, catimboseiros, etc. Horácio (que nunca foi um devoto indeclinável de Kardec) mas ferrenho anti-Igreja deixou em seus artigos a discussão sobre o espiritismo e passou a contar estórias das mais rocambolescas sobre Papas, Padres e freiras, um anedotário chulo e ridicularizante. O arcebispo Dom Moisés Coelho chamou-me ao Palácio do Carmo e me disse: venho lendo seus artigos e sua polêmica com o Dr. Horácio de Almeida, mas acho que ele já enveredou por um caminho escandaloso e é melhor você suspender. No dia seguinte (já era o 15º artigo) publiquei o meu último artigo dizendo que não era possível versar idéias com um homem tão rancoroso, distorcedor dos fatos históricos da Igreja e por isso encerrava aqueles debates. Ele aproveitou-se do cruzar de minhas armas e escreveu seu último artigo dizendo – *O Padre correu... Não agüentou o fogo cerrado de meus argumentos* (BANDEIRA, 1984).

O Rio de Janeiro agora passa a ser o palco de vivência e produção intelectual de Almeida. A partir desse momento surgiram os textos mais importantes e significativos do autor. Como dissemos mais acima, a ênfase não será dada num contexto histórico, mas que tipo de história era produzido por Almeida no tempo de sua atuação intelectual.

Em 1958 é publicado *Brejo de Areia: memórias de um município*. A edição, preparada para constar na Coleção Vida Brasileira do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, surge a partir de uma provocação lançada ao autor pelo escritor Celso Mariz, em 1944, conforme encontramos no prefácio da 1ª edição:

Numa conferência produzida em 1944, no Teatro Minerva de Areia, Celso Mariz solto o boato de que eu tinha em preparo a história daquela cidade. Em verdade, não despertei para o assunto senão 12 anos depois, em 1956, quando dei início ao presente trabalho. Por curiosa coincidência, o prognóstico veio a ter confirmação, mas quando foi veiculado carecia em profundo de fundamento (ALMEIDA, 1980, p. XIII).

Embora o intuito do autor não fosse este em 1944, como revela, não se pode deixar passar uma observação posta pelo próprio Almeida em suas memórias que, no ano de 1923, recém ingresso na Faculdade de Direito do Recife, é obrigado a voltar para a sua cidade natal dedicando-se novamente à vida do engenho, pois “foi nessa época que andei colhendo uns dados para a história de Areia, que escrevi anos depois” (ALMEIDA, 1962, p. 85). Portanto, Celso Mariz não estava tão equivocado assim com o seu comentário. Mas, para não ser advertido em seu posicionamento, na mesma introdução, nos diz que “nos tempos de minha mocidade, em Areia, andei colhendo notas esparsas para regalo e curiosidade do meu espírito, sem a menor intenção de aproveitar esses elementos informativos em livro” (ALMEIDA, 1980, p. XIII). Ora, havia sim então algum interesse sobre a construção de um texto futuramente.

O livro possui dezoito capítulos distribuídos em temas variados, seguidos por uma sequência cronológica na qual as primeiras páginas se referem à ocupação do espaço no período colonial e a fundação do povoado. O relato é dedicado às etapas sucessivas que levaram a localidade a adquirir o *status* político de cidade, bem como os últimos capítulos se reportam à fase de seu declínio econômico e cultural. Eventos históricos como a Confederação do Equador, a Rebelião Praieira e a revolta de Quebra-Quilos surgem como fatos históricos de importância fundamental para a história do município. Areia é descrita como um lugar sempre aberto às contestações políticas regionais, com pessoas corajosas, civilizadas, aguerridas e dotadas de um espírito moderno. A disposição dos capítulos, como em todos os outros livros, não revela uma unidade temática. O que impera é a ânsia, muito sacrificante, de contemplar exaustivamente com nomes e datas tudo o que fosse possível para a permanência da cidade na memória e na história.

Em Areia o abolicionismo saiu-se vitorioso antes de tomar conta do cenário nacional. Produziu para a Paraíba o maior número de políticos e intelectuais de grande projeção. Poucos lugares da Paraíba tiveram riqueza econômica igual. Mas agora, no momento de escrita do texto, via-se abandonada de todos esses bens materiais e simbólicos, celebrados e lamentados por Almeida em seu livro que surge no intuito de preservar a memória local²⁰.

Em 1966, pela editora Imprensa Universitária, foi publicada *História da Paraíba* em seu primeiro volume. Produzido dentro do Plano de Extensão Cultural do governo estadual, o livro saiu do prelo antes do programado por Almeida. Pensado em dois volumes abrangeia,

²⁰ O texto será objeto de análise mais específica nos nossos próximos capítulos.

em seu primeiro tomo as questões referentes aos momentos que antecederam à conquista do território com aspectos de sua localização e descrição física. As explicações da conquista pelos portugueses à invasão holandesa constariam na primeira parte, sendo a segunda referente ao período da ocupação holandesa e o avanço da colonização para o interior da capitania.

Completando as quatro partes nas quais Almeida dividia a história da Paraíba seriam respectivamente “da ocupação holandesa ao fim do período colonial” e da Independência ao ano de 1916, com a subida de Solon de Lucena ao poder executivo do Estado. Elaborou esta divisão por compreender que a construída por muitos historiadores para a história do Brasil seria “uma coisa de pouco sentido, principalmente no que se relaciona com a metodologia” (ALMEIDA, 1966, p. XV). O seu incomodo maior provavelmente se dava porque as outras divisões não contemplavam as especificidades locais da história paraibana dentro do contexto nacional.

Contudo os planos editoriais mudaram:

O primeiro volume devia compreender as duas primeiras partes, mas ficou privado da segunda, pois fui assediado por amigos para antecipar o seu lançamento, em homenagem ao Governador Pedro Gondim, cuja administração termina a 31 de janeiro de 1966. O próprio Governador desejou ver a publicação do volume como uma espécie de coroamento ao Plano de Extensão Cultural, que criou para o Estado da Paraíba. Eu só tinha motivos para atender, com presteza de ânimo a tão justo apelo (ALMEIDA, 1966, p. XVI).

Confessadamente Almeida nos revela o quanto a produção intelectual estava atrelada e dependente dos interesses públicos, dos que faziam a política local. Um administrador interessado pelo passado de seu espaço de atuação e vivência é, antes de qualquer coisa, um homem que busca – neste tipo de gesto – criar uma imagem de comparação, um elo de sua gestão com os “grandes fatos”, com os eventos históricos mais significativos do espaço em questão. Por isso a grande preocupação de Pedro Gondim com a publicação do livro ainda em seu governo. Além disso, pode ser acrescentada a questão da quase inexistência de editoras independentes das benesses estatais na Paraíba.

Para todos que pesquisam sobre a história da Paraíba, o grande número de livros publicados pela editora estatal é revelador desta questão. A partir da década de 1960 a editora da Universidade Federal surgiu ativamente promovendo a reedição de alguns “clássicos” da

historiografia paraibana, na Coleção ‘Documentos paraibanos’, mas a predominância da editora oficial *A União* era indiscutível.

Um destes aspectos pode ser observado na apresentação do livro *Cidades e Homens*, de Celso Mariz ²¹, publicado em 1945 e reeditado em 1985, em comemoração ao *IV Centenário da Paraíba*. O livro foi resultado da reunião de diversas palestras ²² proferidas pelo autor sobre as histórias de algumas cidades da Paraíba, bem como de personagens históricas. Os textos foram originalmente publicados, em sua maioria, no jornal *A União*:

Devo ao governo a impressão de mais este livro. A nenhum de nós, desde João Machado, mesmo antes, desde Walfredo, que deliberou o primeiro auxílio a Irineu Pinto, em 1908, a nenhum de nós que trabalhe e apele, tem faltando o apoio dos presidentes, interventores e Secretários do Estado. A imprensa Oficial, com suas oficinas e o seu jornal, vem sendo um abrigo precioso de moços, de moças e de velhos, e um veículo, cada dia mais largo, de nossa produção intelectual. Mesmo através de sacrifícios ingentes de máquina, tinta e papel, como aconteceu agora nas angústias da guerra, melhora e cresce o seu serviço à administração e à publicidade literária. Dois, quatro, seis livros por ano, no último quinquênio. Dois, quatro, seis, que não seriam fáceis de vir à luz numa terra sem editoras, faltassem também a boa-vontade e a decisão do poder público. Se em alguns, como nos meus, esmorecem a profundezas e a beleza, restará, na maioria, uma parcela de utilidade. Quereria, ao menos nalguma passagem, conter um átomo desta parcela. João Pessoa, maio, 1945 (MARIZ, 1985, p. 8).

Falar sobre questões como uma produção atrelada aos interesses públicos sem a possibilidade de crítica dos mesmos ficaria para outros tempos. Aliás, os interesses destes intelectuais eram outros. Contudo, isto não tira o caráter laudatório e a necessidade do poder público de ser o guardião do tempo, o subsidiário de uma história que contribuía para a construção de um passado e uma identidade. Porque só assim o fato deixa de ser passado e se torna memória viva, e, sendo grandioso e cheio de probidade e bravura, casa-se perfeitamente com a imagem que se quer dar a esse governante e à sua administração.

A produção textual de Almeida, no que diz respeito às publicações de livros, passou a ser mais intensa a partir da década de 1970. *Contribuição para uma bibliografia paraibana*

²¹ Celso Mariz (1885-1982) jornalista, professor público, e historiador paraibano. Foi diretor de alguns jornais como *O Norte* e *A União* e publicou diversos livros sobre a história da Paraíba e de alguns personagens emblemáticos, como *Através do Sertão* (1910); *Apanhados Históricos da Paraíba* (1929); *Evolução Econômica da Paraíba* (1939); *Ibiapina, um Apóstolo do Nordeste* (1942); *Carlos Dias Fernandes* (1943); *Cidades e Homens* (1945); *Areia e a Rebelião de 1848* (1946); *Memória da Assembléia Legislativa* (1948); *Notícia Histórica de Catolé do Rocha* (1956); *Figuras e Fatos* (1976). In: <<http://www.ihgp.net/memorial8.htm>>; acesso em 20 de janeiro de 2010.

²² As conferências eram lidas em teatros, sedes de clubes, associações de imprensa entre outros espaços. Nas primeiras décadas do século XX elas movimentavam as cidades onde aconteciam, principalmente nas do interior.

surge em 1972, no Rio de Janeiro sob o patrocínio do governador da Paraíba à época, Hernani Sátiro²³ conforme nota em folha de rosto da referida publicação.

Embora não seja um dos livros mais conhecidos de Almeida talvez tenha sido o de maiores ambições. Buscava, neste levantamento, reunir “tudo o quanto já foi publicado na Paraíba ou sobre a Paraíba, inclusive obras de autores paraibanos, lançadas fora da terra natal” (ALMEIDA, 1972, p. 3). Para isso buscou dividir o trabalho estruturalmente em quatro partes sendo, a primeira, de “Autores e obras catalogadas pelo título”, na segunda, as “Publicações oficiais, os “Jornais e revistas”, na terceira e por último, a “Literatura de cordel”.

O livro em sua primeira edição possui 195 páginas. Diante da ambição inicial fica evidente em termos quantitativos a não realização deste projeto como um todo, pois buscava Almeida elencar tudo o que foi escrito e publicado “na Paraíba ou sobre a Paraíba”, algo que abarcaria uma temporalidade de, digamos, nada menos que quatro séculos! As dificuldades também não deixaram de ser reveladas pelo autor:

O plano inicialmente traçado teve que ser modificado, face a dificuldades que me pareceram insuperáveis. Para fazer um levantamento completo da bibliografia paraibana, havia que dar, para cada volume, as indicações de lugar, data, impressor e número de páginas, o que só seria possível à vista do exemplar mencionado (ALMEIDA, 1972, p. 3).

Porém, essas dificuldades foram vencidas por Almeida, de uma maneira vista por nós, um tanto inusitada, pois o levantamento das fontes para serem catalogadas não saiu de dentro de sua biblioteca particular.

Como ponto de partida, *resolvi então catalogar o que existe sobre o assunto numa biblioteca particular ao alcance da mão, uma vez que não conheço outra mais completa*. Conquanto exceda de 2.300 a ordem numérica das obras relacionadas, está longe, muito longe, de representar o quanto já se publicou na Paraíba ou sobre a Paraíba (ALMEIDA, 1972, p. 3).

Embora dono de um acervo significativo, muita coisa provavelmente ficaria de fora desta bibliografia. No entanto, o autor não negou esta característica, evidenciando qual foi a sua metodologia diante das dificuldades pertinentes à falta de arquivos. Mas ressaltou o seu acesso a documentos como atas, leis ou relatórios oficiais e jornais de época. E, em sua

²³ Ernani Sátiro (1911-1986). Governador da Paraíba, de 1971 a 1975, além de deputado federal por oito legislaturas, foi um apreciador da cultura em seu Estado como também experimentou o mundo da escrita através da composição de várias formas de expressão, como a poesia, passando pela crônica, ensaios e romance.

apreciação sobre os obstáculos em relação à documentação dita oficial, Almeida ressalta em nota de rodapé que:

Esta Bibliografia podia ser melhorada com alguns verbetes a mais se fôsse pesquisada a biblioteca de J. Guimarães Barreto ou a Biblioteca Nacional, mas ficaria, mesmo assim, incompleta, porque os acréscimos seriam de pouca monta (ALMEIDA, 1972, p. 4).

Para nossa surpresa, um exemplar da primeira edição deste livro que pesquisamos encontra-se na seção de obras sobre história da Paraíba, *Coleção Paraibana* na Biblioteca Central da UFPB, sendo este o autografado pelo autor em 12 de maio de 1972 e entregue ao próprio Barreto. Junto a esta nota de rodapé do livro há um traço riscado que nos leva à página posterior com um comentário escrito, provavelmente por Guimarães Barreto, que transcrevemos a seguir na íntegra:

Nota interessantíssima. Sómente da especie (sic) de obras catalogadas em número de 1340 na 1^a parte deste livro, eu possuo mais de 500, que aí não constam. Como em tais condições se pode afirmar que “os acréscimos seriam de pouca monta”? Este Horácio tem cada uma! (Barreto, 1972)²⁴.

Contudo, a bibliografia tem a sua importância na medida em que, pela primeira vez, se buscou elencar todo tipo de texto que tivesse como tema principal a Paraíba. Um pontapé inicial de um inventário sobre a documentação pertinente ao assunto, ressaltando a inclusão da literatura de cordel, algo pioneiro para a época. Porém o estilo nada modesto de Almeida não deixa de ser evidente na medida em que, nesta mesma nota introdutória que apreciamos, reconhece o autor que:

Este trabalho é o primeiro que se faz para a formação de uma bibliografia paraibana. Uma amostra, que vale por uma radiografia, bastante nítida. *Não importa que esteja incompleto, porque incompletos são quase todos os registros bibliográficos até hoje publicados no Brasil [...].* Outro tanto ou mais escapará do nosso poder, mas esta tarefa fica para o pesquisador que vier depois, com determinação de realizar uma obra menos incompleta (ALMEIDA, 1972, p. 3-4. Grifos nossos).

O segundo volume de *História da Paraíba* é editado apenas em 1978 novamente pela Editora da Universidade Federal. Com um intervalo exato de 12 anos, o projeto de uma

²⁴ Nota manuscrita em exemplar do livro ALMEIDA, Horácio de. *Contribuição para uma bibliografia paraibana*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora Ltda., 1972, no acervo da *Coleção Paraibana*, na Biblioteca Central da UFPB, Campus I sob o número 004798/02.

história da Paraíba escrita por Almeida tem sua conclusão, embora não tenha sido a última vontade do autor de produzir textos deste tipo. A estrutura dos capítulos continua a mesma do primeiro volume, sem um eixo temático específico, onde os assuntos discutidos se misturam sem uma lógica plausível, comprehensível apenas no sentido cronológico, na sucessão temporal. Nele Almeida retoma algo muito utilizado no livro *Brejo de Areia* que é a inclusão de um capítulo versando sobre temas como os costumes, cultura local e fatos pitorescos.

O tempo histórico do livro parte da expulsão dos holandeses da capitania, seguindo o relato com a questão do avanço da colonização no território paraibano, os conflitos com os nativos decorrentes desta penetração e a criação das primeiras vilas. Encontramos também um capítulo dedicado ao envolvimento da Paraíba nos movimentos de busca de autonomia política regional, como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador. Percorre ainda os primeiros anos do regime republicano até 1916, último ponto no qual, para o autor, encerra-se a possibilidade de investigação histórica (ALMEIDA, 1978, p. 233). O diferencial metodológico desta publicação é, agora, a apresentação de uma bibliografia e das fontes utilizadas, elencadas no final do texto, algo que não aconteceu na primeira edição do Tomo I, que ficaram reservadas neste apenas a algumas notas de rodapé.

Nos dois volumes que compõem a *História da Paraíba*, a maneira como Almeida pensava sobre a história e como ela deveria ser escrita, surge nos textos de uma forma extremamente clara, evidenciando a consciência e o instrumental históricos que o autor possuía. Em primeiro lugar é um relato impositivo e intimidador. Em suas primeiras linhas Almeida se lança como o homem que efetivamente trouxe a verdadeira e a correta história: “A Paraíba tem tido muitos historiadores, mas não ainda a sua história” (ALMEIDA, 1966, p. XI), pois os ditos historiadores paraibanos que o precederam não escreveram a história da Paraíba, apenas prestaram alguma contribuição. O que produziram estava mal formulado, equivocado, porque em suas narrativas, por exemplo, “o período da conquista” é “nebuloso” e para que esta névoa interpretativa seja dissipada é preciso “penetrar, com mais intimidade” neste tema para estabelecer os elos da história da Paraíba com a “*temática tradicional de quase todo o Nordeste*” (ALMEIDA, 1966, p. XI. Grifos nossos).

Embora reconheça Maximiano Machado e Irineu Jóffily com fundadores da historiografia paraibana, e elenque Irineu Pinto, João Lira, Coriolano de Medeiros, Tavares Cavalcanti, Celso Mariz, Ademar Vidal, Apolônio Nóbrega entre outros, como nomes de “uma geração” dos “melhores estudiosos dos anais paraibanos empenhados em rever o passado”, declara que toda a obra “[...] se reunida e coordenada, não daria uma história de feição modesta, porque omissa em pontos fundamentais, além de distanciada dos recursos

subsidiários, tais como fornecidos pela etnografia, pela economia e pela sociologia, que não foram sequer cogitados" (ALMEIDA, 1966, p. XI).

E continua

Os poucos estudiosos que remontaram ao *memorável* período da conquista enredaram-se pelos *caminhos tortuosos* já palmilhados por Maximiano Machado e Irineu Jóffily. Tamanha a *confusão reinante* sobre esse assunto que *nenhum estudante da Paraíba será capaz de dizer algo, com precisão e consciência*, sobre a epopéia dolorosa de Frutuoso Barbosa, primeiro capitão-mor da Paraíba (ALMEIDA, 1966, p. XI-XII. Grifos nossos).

Os personagens mal explicados não são apenas os do universo ‘nobre’ dos colonizadores, os índios também foram tratados de uma forma equivocada por esta escrita da história criticada por Almeida, pois “seus usos, costumes e cerimônias religiosas, em suma, sua cultura, seu *heroísmo* e sua desumana destruição” (ALMEIDA, 1966, p. XII. Grifos nossos) não foram abordados, porque:

Sempre que uma civilização se planta sobre outra, é missão do historiador rever a câmara que ficou por baixo e pesquisar sobre as influências que recebeu ou chegou a transmitir.

Neste particular, sobressai uma *figura quase lendária, glorificada* pela aliança que fez com os brancos na fundação da Paraíba. Trata-se de Piragibe, *valoroso* chefe tabajara, mas ninguém relata os episódios mais dramáticos de sua vida, nem adianta por que razão celebrou a paz tão proclamada. De *outros heróis* que a história apenas guarda o nome, entre os quais avultam Zorobabé, Tavira, Mandiocapuba e Pedro Poti, muito pouco ou quase nada adiantaram os historiadores paraibanos. (ALMEIDA, 1966, p. XII. Grifos nossos).

Quer dizer, questionar a construção do mito do herói, nem pensar, ainda mais quando cita o chefe tabajara da tribo que fez acordo com os portugueses, para a expulsão dos potiguaras – os primeiros habitantes encontrados pelos portugueses, neste espaço que veio a ser chamado de Paraíba. Para ele é preciso esmiuçar os detalhes da vida de seus personagens históricos, de seus homens valorosos, de seus heróis. Estes detalhes não podem ser omitidos, nem muito menos revelados equivocamente.

A história precisa revelar em sua trama os “efeitos propulsores e regressivos”, ou seja, os fatos que servem de acúmulo ou de empecilho, ao progresso, de quebra do contínuo da Paraíba. A importância da história deste espaço é medida por esses efeitos “exercidos pelas unidades mais próximas”, por exemplo, como a anexação à Pernambuco no século XVIII – efeito regressivo – ou a participação de ‘paraibanos’ nas expedições de conquista das

capitanias mais ao norte – efeito propulsor²⁵. Vê-se também uma idéia de conjunto, de um passado comum a estes espaços, de uma perspectiva regional.

A história não é apenas uma narrativa de fatos, mas um escalonamento de etapas, numa visão mais ampla da comunhão de interesses e dos efeitos, ora propulsores ora regressivos, exercidos pelas unidades mais próximas. Assim concebida, terá a HISTÓRIA DA PARAÍBA que abarcar alguns capítulos da história de Pernambuco, do Rio do Norte e do Ceará. [...] Os relatos narrativos que se conhecem sobre a fundação da Paraíba ou são omissos em muitos sucessos ou são recheados de opiniões que a crítica histórica não mais considera. Por isso, ampliamos na medida do possível os horizontes dos acontecimentos locais, enquanto preenchíamos as lacunas com fatos novos que a pesquisa nos forneceu. [...] através de um critério mais amplo, compreendendo inclusive o ecológico, o etnográfico, o econômico, o social e o político. Um outro objetivo alto foi encartar a história da Paraíba na história do Nordeste Brasileiro, onde ecoaram os primeiros vagidos de nacionalidade, porque o difícil, a nosso ver, é dissociar a comunhão de interesses entre unidades que nasceram irmanadas, viveram participando da mesma vida de relação e conservam ainda hoje as mesmas afinidades espirituais e vocacionais. Tirar de uma em proveito da outra ou negar a influências das irradiações recebidas, como certos escritores costumam fazer, temos por concepção falsificada de patriotismo, só admissível em quem faz do seu Estado natal a sua pátria. Dessa pecha parece que estamos livres, segundo acreditamos. (ALMEIDA, 1966, p. XII e XV. Grifos nossos).

O trecho acima revela as tensões de uma historiografia paraibana lançada, desde o início do século XX, com o IHGP²⁶. Era preciso criar uma história específica para a Paraíba, sem a subordinação de seu passado à Pernambuco, contudo, toda a influência de uma das capitania mais ricas sobre a conquista e a fundação da Paraíba e, por conseguinte, a continuidade de sua produção econômica não poderia ser negada de forma alguma. Nisso, como buscar a especificidade paraibana? Tentando evidenciar o ‘protagonismo’ ou a participação dos paraibanos em eventos de importância para a história oficial do nordeste e de todo país. Esse posicionamento revela contradição na medida em que, por exemplo, a aproximação da história da Paraíba com a de Pernambuco é positiva quando elas convergem em movimentos de contestação política contra o poder centralizador imperial, que Almeida vê como manifestações de nacionalidade, e de desaprovação, quando a Paraíba foi anexada a Pernambuco no período colonial, como exemplificamos mais acima²⁷.

²⁵ Conf. nas páginas 73-81 e 87-89 volume II e páginas 132-138 do volume I, nas quais ele descreve o “socorro da gente da Paraíba” aos conquistadores da capitania do Rio Grande.

²⁶ Conf. Dias (1996, p. 36, 54 e 55).

²⁷ Ver o capítulo IV do segundo volume às páginas 85-134.

No campo historiográfico, desde Heródoto, o conhecimento histórico tem como objetivo registrar as experiências humanas no tempo, contudo as maneiras como isto foi e é buscado mostram não só o homem como ser histórico, temporal e finito, mas também a própria forma de construção do saber historiográfico como algo temporal, fruto de um determinado momento, portanto, histórico.

Se no século XIX a história se institucionalizou como ciência e teve, como algumas de suas características, o distanciamento do sujeito que investiga em relação ao objeto indagado – característica comum a todas as ciências deste momento e não só da história – como também os documentos escritos e oficiais sendo as únicas fontes possíveis de evidenciação de uma realidade histórica a ser revelada através da simples e pura descrição das mesmas, no século XX emergiu uma profusão de formas de se fazer/escrever a história nunca pensadas até então.

A revista *Annales*, lançada na França em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch é considerada um marco na historiografia. Marcada pela influência das ciências sociais os textos publicados dos pesquisadores apresentavam uma nova forma de compreensão do passado e, por consequência, outro modo de escrita. Segundo Reis (2000) esta ‘nova história’ trouxe algumas teses inovadoras para o campo da pesquisa histórica entre elas “[...] a ‘história-problema’, a ‘história-total’, a ‘interdisciplinaridade’ o alargamento do campo das fontes históricas e o fato histórico como construção teórica” (REIS, 2000, p. 73), como também o “método retrospectivo” proposto por Bloch.

Esses pontos revelavam que a história não era apenas uma narrativa que concatenava os eventos históricos num todo constante e sucessivo, a continuidade existia somente nesta narrativa. Por isso a ‘história-problema’ vinha contra essa perspectiva evidenciando a impossibilidade da reconstrução narrativa do passado, que

A pesquisa histórica é a resposta a problemas postos no seu início e verificação das hipóteses-respostas possíveis. A partir da posição do problema o historiador, distribui suas fontes, dá-lhes sentido e organiza as séries de dados que ele também terá construído. O texto histórico é o resultado de uma explícita e total construção teórica e não mais o resultado de uma narração objetivista de um processo exterior organizado em si (REIS, 2000, p. 74-75).

Sendo assim, a história éposta a partir dos problemas presentes e a objetividade do historiador é algo difícil de existir concretamente porque o historiador está vinculado, antes de qualquer coisa, a um posicionamento teórico. Por isto o fato histórico não é um dado, não é

evidência documental, mas sim construção, recorte, efetuado pelo próprio historiador. A interdisciplinaridade buscava o diálogo com outras disciplinas do social, com outras formas de conhecimento que pudessem alargar o dos historiadores sobre aquilo que elas tinham em comum que é o homem social. Isto também multiplicou as fontes possíveis para a reconstrução do passado fazendo com que todo e qualquer vestígio da presença humana servisse como documento. Sobre a ‘história-total’ Reis nos esclarece que ela poderia versar sobre ‘tudo’ e sobre o ‘todo’

No primeiro sentido, seria a consideração de que “tudo é história”, não havendo mais regiões que seriam interditadas ao historiador; no segundo, seria a ambição de apreender o “todo” de uma época, seria uma abordagem holística de uma sociedade, o que levaria talvez, a uma contradição com a história-problema (REIS, 2000, p. 78).

E o “método retrospectivo” vem se contrapor à idéia de que o passado explica o presente, de que o passado legitima o presente, como bem fizeram e fazem muitos dos historiadores vinculados ao IHGP. Segundo Reis, para Bloch essa explicação não é total, pois o presente “[...] é também um conjunto de tendências para o futuro e é o espaço de uma iniciativa original” (REIS, 2000, p. 85). Portanto, o presente possui o seu aspecto de contingência, o seu caráter autônomo em relação ao passado, logo o método retrospectivo tem o presente como ponto de partida, como o lugar do questionamento:

O passado não é comprehensível se não se vai até ele com uma problematização suscitada pelo presente. O historiador não pode ignorar o presente que o cerca, ele precisa olhar em torno de si, ter a sensibilidade histórica de seu presente, para, a partir dele, interrogar e explicar o passado. Ele faz o caminho do mais conhecido, o presente, ao menos conhecido, o passado, para conhecê-lo mais. Ele sabe mais dos tempos mais próximos e parte deles para descobrir os tempos mais longíquos. Esta é a estratégia regressiva do conhecimento, um conhecimento a contrapelo: do presente ao passado. Há um interesse vivo do presente pelo passado, perguntas que ele se faz para se compreender melhor enquanto continuidade e diferença em relação ao passado (REIS, 2000, p. 86).

Portanto foi a partir do século XX que se tornou claro para os historiadores que o homem não só é produtor, sujeito histórico como também é produto, objeto da história. Entendeu-se também que o passado não é possível de ser descrito ou revivido da mesma forma quando era presente. Que o passado não é um ser que nos espreita ou nos segue como sombra, que o presente é ponto de partida e de chegada de nossas inquietações, que o passado

é presente na medida em que o que temos de mais concreto hoje é fruto de uma construção, de uma sedimentação, embora tudo o que veio a constituir este presente não tenha sido de uma forma contínua e linear.

Os historiadores perceberam que as experiências humanas no decorrer do tempo tiveram seus altos e baixos e, que fazer juízos de valor sobre determinado tempo à luz de nosso presente, nos faz desembocar num anacronismo que coloca por terra todo o esforço de compreensão do fazer humano no tempo. Também foi no século XX que se percebeu que todo e qualquer vestígio material produzido pelo homem pode ser fonte para o conhecimento histórico, multiplicando assim os sujeitos e os tempos, fazendo com que não só as sociedades que possuem uma cultura escrita tenham história; que o que vem a ser esta própria fonte como também o fato histórico é fruto de uma escolha, serial, metodológica e que por isso a história se faz não com a junção de fatos, mas com a percepção das condições de possibilidade que provocaram determinado acontecimento.

Percebeu-se assim que o discurso produzido pelo historiador é fruto de um lugar, de um posicionamento social, político e epistemológico do historiador (CERTEAU, 2007, p. 65-119). Compreendeu-se que nem todos vivenciam as mesmas experiências uniformemente e, porque determinada sociedade não possui algum recurso tecnológico ou uma específica forma de se constituir não podemos reduzir o cenário à dualidade simplista de sociedades avançadas e modernas *versus* atrasadas e antigas. O historiador do século XX – mesmo que tenha sido inicialmente com medo de perder o seu espaço no cenário das interpretações sociais ou até mesmo de ser silenciado – encontrou no diálogo com outros saberes a possibilidade de alargar seus horizontes de compreensão. A própria forma de se fazer história – escrever história – do historiador passou a ser questionada e problematizada.

Porém, isto não quer dizer que o conhecimento histórico fosse produzido de uma forma unificada em todos os lugares. As influências, apropriações e experiências sociais fazem com que o passado seja visto de modos variados. O tempo não é vivido da mesma forma em todos os espaços. Portanto definir a produção historiográfica de Almeida dentro de uma ‘corrente’ ou de uma ‘escola’ é extremamente complicado, na medida em que a sua produção não evidenciava uma filiação explícita a nenhuma teoria historiográfica em específico e sim, demonstrava uma metodologia clara e direta de se construir um relato histórico, sua maior preocupação. Contudo, é bem perceptível a sua ênfase num método histórico, digamos, positivista típico dos historiadores do século XIX. Neste aspecto pudemos perceber como este saber era por ele tratado.

Se apresentando como o homem que trouxe a “verdadeira” história da Paraíba, era preciso que além da crítica aos autores que lhe antecederam, fosse divulgada, aos historiadores paraibanos de então, uma nova forma de percepção e de conceituação da história: “*De outra parte, o conceito moderno de história conduz ao estudo de circunstâncias em que viveu e atuou o homem no seu tempo.* [...]” Também não se cogita nesta obra de criar heróis ou mártires de cordéis” (ALMEIDA, 1966, p. XII e XV. Grifos nossos). Aqui, de qualquer forma, pelo menos no que diz respeito ao trecho acima grifado, podemos lembrar Bloch quando disse que a história é o estudo dos homens no tempo, no clássico *Apologia da História*.

Na introdução do volume I da *História da Paraíba*, edição de 1966, Almeida cita com quem aprendeu a lição, embora tenha se apropriado de um modo particular:

Não basta ter às mãos documentos desencavados dos arquivos, se falta ao historiador *a visão interpretativa do escrito histórico. Cumpre antes de tudo fazer da história uma força viva, dando ao fato narrado uma consciência de realidade*, conforme a lição de José Honório Rodrigues em *TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL* (ALMEIDA, 1966, p. XIV. Grifos nossos).

Rodrigues foi um dos primeiros historiadores que propôs um método historiográfico específico para o passado brasileiro ²⁸. Formado em Direito iniciou suas pesquisas na década de 1940, nos Estados Unidos, e posteriormente, foi integrante de diversas instituições no Brasil, como a Escola Superior de Guerra, o Museu Nacional e o IHGB entre outros. Defensor e proposito árduo de uma disciplina metodológica específica para os cursos superiores de história do país lamentava e tecia críticas severas às universidades brasileiras, que nunca o convidaram nem lhe deram a oportunidade de ser professor, conforme apêndice de *Teoria da História do Brasil*, em edição de 1978 ²⁹: “Nestes trinta anos impediram-me de ensinar história aos alunos de história dos cursos superiores” (RODRIGUES, 1978, p. 436), embora tenha participado de conferências e dado aulas como visitante em algumas pós-graduações.

Este livro além das questões pertinentes à periodização histórica e aos gêneros da história escrita preocupa-se principalmente com a metodologia, com o trato dos documentos evidenciando que “O principal dever do historiador, no processo da pesquisa e do

²⁸ Ver nota introdutória da 5^a ed. de *Teoria da História do Brasil*, 1978 p. 10, e <<http://www2.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoID=749&sid=323&tpl=printerview>>, acesso em 20 de janeiro de 2010.

²⁹ A primeira é de 1949.

estabelecimento dos fatos, é distinguir o verdadeiro, do falso, o certo do incerto, o duvidoso do admissível” (RODRIGUES, 1978, p. 405).

Surge, assim, a discussão teórica central defendida por Almeida: o fato histórico comprovado e evidenciado pelos documentos e o modo com ele deve ser tratado na construção do relato histórico. A Busca da verdade. Para Almeida a história é feita a partir dos fatos, que é uma “verdade elementar” e senso comum, porém diz que uma narrativa feita apenas de fatos é monótona, de péssimo estilo. Para isto é preciso encontrar o “espírito que anima o fato”, buscar essa circunstância transcendental. Ou seja, ter o poder de através da escrita reviver o passado, dar vida ao fato, reconstituir o que se passou como um jurista relata um caso passo a passo, a partir de provas e de suas concatenações num relato. Fazê-lo então acontecer de novo, agora nas páginas de um livro, isto é, reencontrar o passado e o presente, tornando-os um só. É desfazer a diferença entre os tempos, dando vida ao “fio de continuidade” que é a história, a qual não será destruída pelo tempo. O tempo contínuo é o da história, o descontínuo é o da memória e ação humanas, que possui falhas, fissuras:

Sem fatos não há história. Todos sabemos dessa verdade elementar, mas para quebrar a monotonia narrativa há que descobrir o espírito que anima o fato, isto é, há que dar vida ao fato. Só assim será possível estabelecer o reencontro do passado com o presente. Alcança-se esse objetivo avivando o fio de continuidade que o tempo não destruirá, por outras palavras, dinamizando idéias e valores como convém à reconstituição dos episódios históricos. Tudo pode ser destruído, vida humana e bens materiais, mas não é fácil destruir um tesouro permanente, qual o patrimônio cultural de um povo. Sempre ficará alguma coisa para proveito do pesquisador que se queira debruçar sobre o passado para melhor compreensão do presente. (ALMEIDA, 1966, p. XII-XIV. Grifos nossos).

Sendo assim, para Almeida o presente é compreendido melhor se formos à busca do passado. É preciso, então, que o historiador, antes de qualquer coisa, tenha a capacidade de convencer, ser um bom argumentador para conseguir dar ao fato essa consciência de realidade, essa capacidade de estar dizendo a verdade. O documento por si só não basta, embora seja fundamental como prova. A necessidade de sempre ‘dizer a verdade’, de ter como princípio a verdade é tamanha que Almeida recorre a essa defesa em toda a sua obra³⁰, elencando e tecendo suas críticas aos historiadores que se equivocaram e segundo ele, colocaram a verdade da história da Paraíba sob suspeita:

³⁰ Conf. como exemplos as páginas do vol. I edição de 1966, as páginas 91,98 e 198 e mais profusamente o vol. II de 1978, às páginas 21, 22, 40, 44, 47, 53, 54, 55, 56, 58, 63, 67, 108, 153, 160 e 230.

Sobre a Paraíba há muitas *novidades arquivadas em obras raras*, de difícil acesso. Foi penetrando por esses caminhos que pude *recompor episódios, corrigir erros e distinguir verdades históricas lendas e mitos*. Muitas sentenças que transitavam em julgado desde Jaboatão e Rocha Pita tenho para mim que foram retificadas (ALMEIDA, 1966, p. XIV. Grifos nossos).

Essas retificações executadas por Almeida são principalmente em relação a dados equivocados, personagens omitidos ou postos de uma forma errônea nas narrativas anteriores à sua pesquisa. São correções que sempre buscam não apenas retificar falhas, que aconteceram pela falta de determinada fonte que pudesse complementar as informações – agora disponíveis ao autor – mas sim de erros que poriam a importância da história da Paraíba e de seus personagens em risco.

Como, por exemplo, no primeiro capítulo do volume I de *História da Paraíba*, ao falar sobre a capitania de Itamaracá, os pontos geográficos que a demarcavam e a quem pertencia, Almeida adverte Maximiano Machado, historiador paraibano, de seu ‘deslize’ sobre a seguinte informação:

Carece de razão o historiador paraibano Maximiano Machado quando diz que Pero Lopes esteve em Itamaracá nos anos de 1535 a 1536, lançando as bases de sua Capitania com a fundação da vila de Conceição. Pero Lopes não mais voltou a Itamaracá depois de haver vencido os franceses do Senhor de La Motte, isso antes de ser donatário. *E' fato comprovado na história que dispensa demonstrações*. Em Itamaracá demorou-se dois meses e meio, *como se pode Apurar do Seu Diário*, e não fundou vila nenhuma (ALMEIDA, 1966, p. 37. Grifos nossos).

Torna-se mais evidente o nosso argumento quando Almeida lança crítica aos historiadores que diminuíram o caráter histórico das capitaniais mais próximas de Pernambuco, argumentando, quase como em forma de manifesto, que os erros não são apenas interpretativos, mas sim de uma pobreza metodológica e de um desinteresse de compreensão do processo histórico de outros espaços:

Por ter sido Pernambuco o berço da colonização brasileira e pela posição de rôlevo que ocupou nos primeiros séculos, sua ação se estendeu para o norte, repercutiu longe, *mas para exaltar tantas glórias não é preciso amesquinhá as províncias vizinhas com tratamento desdenhoso*.

Foi o que fez o senhor Oliveira Lima quando, ressupino de vaidade, se jactou de dizer que as províncias vizinhas não agiam sem antes receber de Pernambuco a senha e o santo (**Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico, p. 280**). A sua obra não é ainda a história que Pernambuco deve ao Brasil. Tivesse o autor tanto espírito de concisão, tamanha visão do fenômeno histórico relacionado com as circunstâncias do momento, *como*

lhe sobra em exaltação bairrista e declamatório cílico, sua obra seria menos eivada de paixão na lógica que pretende ler.

*A impressão que o autor nos deixa é que escreveu de costas para o interior, ocupado somente com a faixa do litoral. Pernambuco não é somente Recife, cidade que nos apresenta numa atmosfera de quase penumbra. E para não fugir ao estilo retumbante, sem qualquer cabedal de crítica histórica, apegou-se demasiando ao não menos farfalhante autor do **Valeroso Lucideno** no repetir o já sabido sobre a invasão holandesa. Também na chamada guerra dos mascates, que expõe com muita ligeireza de observação, bem mostra que nem mesmo os discursos apologéticos de Loreto Couto, em **Desagravo do Brasil e Glórias de Pernambuco**, chegou a conhecer. Pelo menos na guerra dos mascates, como nos mostra o beneditino dos **Desagravos**, a Paraíba não andou pedindo a senha e o santo a Pernambuco (ALMEIDA, 1966, p. 51. Grifos nossos).*

No segundo volume de 1978 as críticas continuaram, mas a partir desta edição Almeida encontrou quem se dispusesse a discordar de suas afirmações. Não podemos deixar de mencionar a grande polêmica travada entre Almeida e Wilson Nóbrega Seixas nos domingos do jornal *O Norte*, entre os meses de maio e junho de 1978. Seixas, dentista de formação, era mais um dos interessados pela história da Paraíba. Integrante do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Seixas foi um dos responsáveis pelo deslocamento do eixo, ou senão, por chamar a atenção para uma produção historiográfica voltada a outros espaços da Paraíba que não os do litoral e regiões próximas³¹. Como o segundo volume de *História da Paraíba* faz a incursão sobre a questão do avanço da colonização em direção leste-oeste pelo território paraibano, Seixas se viu no intuito de questionar alguns pontos defendidos por Almeida e que, segundo ele, não condiziam com a verdade histórica que é encontrada apenas nas fontes, nos documentos, pois nada pode ser dito sem a devida comprovação (SEIXAS, 1978, p. 1).

Não nos cabe, nem pretendemos aqui, discutir o conteúdo das informações históricas defendidas pelos autores, mas perceber o clima, os dispositivos utilizados pelos historiadores na defesa de seus argumentos.

Aos 28 de maio de 1978, no suplemento cultural dominical do jornal *O Norte*, publicado na capital paraibana, encontramos um breve texto de Almeida intitulado: *A História e a Crítica*. Nele o autor menciona que, após o lançamento do segundo volume de *História da Paraíba*, naquele mesmo ano recebeu uma carta de Wilson Nóbrega Seixas que discordava de alguns pontos defendidos por ele no texto. O tema da discussão era referente às administrações da capitania paraibana após as invasões holandesas no século XVII e ao

³¹ Conf. SEIXAS, Wilson Nóbrega. *O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)*. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1962.

silêncio de Almeida sobre a presença da Casa da Torre no sertão paraibano. Almeida revela que enviou carta para Seixas “em menos de uma página, dizendo que era um direito seu discordar de tudo quanto eu havia escrito, mas não reconhecia válido um só dos seus argumentos” (ALMEIDA, 1978c, p. s/n).

Alguns trechos dessa correspondência foram publicados em artigo do dia 07 de maio no jornal *O Norte*, por Seixas, tornando pública a discussão entre os dois sobre questões pertinentes à história da Paraíba em artigo no qual discordava dos posicionamentos de Almeida. No texto do dia 28 de maio, atribuindo-se do direito de resposta Almeida destila todo o seu arsenal de palavras sobre Seixas. Ultrapassando a discussão metodológica, chega a desdenhar de Seixas não se preocupando em disfarçar, de forma alguma, atitudes arrogantes e um sentimento de autoridade máxima no que diz respeito à história da Paraíba, como revelam os trechos seguintes:

Em artigo divulgado pelo **O Norte** de 07 de maio Wilson Nóbrega Seixas fez longos comentários à **História da Paraíba**, de minha autoria [...]. A *leitura não deixou de ser dissaborida para mim*, porque o artigo, de ponta a ponta, outra coisa não é senão a cópia de uma carta de 13 páginas datilografadas que ele me escreveu a 10 de abril. Dei-lhe a resposta em menos de uma página, dizendo que era um direito seu discordar de tudo quanto eu havia escrito, *mas não reconhecia válido um só dos seus argumentos*. Julguei o assunto encerrado. Ele, por certo *querendo granjeiar fama de historiador*, publicou a carta nas colunas de **O Norte** em forma de artigo. Pontos de vista todo mundo tem, mas carece do direito de impor aos outros. História se escreve com fatos e fatos se comprovam com documentos. *Evidentemente eu não me preocupei de saber quais eram os pontos de vista do professor Wilson Seixas de Nóbrega quando escrevi a História da Paraíba. Era só o que faltava*. Mas ele, de unha ferrada no seu ponto de vista, viu em mim um contraditório quando afirmei que João Fernandes Vieira recebeu o governo da Paraíba das mãos de Antônio Dias Cardoso. Contesta a afirmativa, dizendo que o mandato de governador, no período colonial, era de três anos e se Dias Cardoso fosse provido (escreve promovido) no cargo antes de Vieira teria de governar por três anos, o que não sucedeu. *Wilson é professor de história e não lhe fica bem atabalhoar-se em frioleiras, só pelo gosto de contraditar*. Devia saber distinguir entre capitão-mor nomeado pelo Rei e capitão-mor imposto pelas armas. [...] O crítico se ufana de entendido em assuntos pertinentes ao sertão paraibano. É o seu forte e blasона que já esteve deambulando pela Torre do Tombo. *Porque escreveu o Velho Arraial de Piranhas (Pombal) fez-se dono da história daquele rincão. Ninguém mais poderá meter o bedelho ali sem pedir-lhe vénia. Ora vejam só*. Eu já escrevi sobre Areia, lugar do meu nascimento, mas não sou dono da terra nem de sua história. Pelo contrário, Areia tem dono e creio que não me conhece. Wilson estranhou o que eu disse sobre a fundação de Pombal, até mesmo do que eu não disse. Eis que exproubou o meu silêncio a respeito da Casa da Torre no sertão paraibano. *Como poderia falar de uma coisa que mal existe na imaginação de alguns cronistas?* A Casa da Torre de Garcia d'Ávila a meu ver, passou ao largo da

Paraíba. Assim não entende Wilson Nóbrega para quem ela foi dona de largos tratos de terra no sertão do Piancó, então pertencente ao Arraial de Piranhas. *Fica, pois, na obrigação de provar o que afirma.* A invocação de escritores do quilate de Rocha Pita não basta. *Tem de provar mediante concessão de sesmarias. Aí eu me renderei à evidência dos fatos.* Sobre Matias de Albuquerque Maranhão diz que governou a Paraíba duas vezes, mas não adianta quando aconteceu a segunda. Acrescenta, entretanto que nessa segunda vez concorreu ao posto justamente com dez candidatos, tendo vencido o páreo. [...] Concedo a Wilson a assertiva de que Matias de Albuquerque era filho de Jerônimo de Albuquerque Maranhão e não de Antônio de Albuquerque. *Não veja nisso, entretanto nenhuma alteração da história.* Alteração há em dizer que Matias de Albuquerque encontrou a Paraíba com dois engenhos de açúcar e elevou esse número a 12 quando é sabido e está provado, exaustivamente, que a Paraíba já tinha 18 engenhos correntes e moentes antes da ocupação holandesa. *Sem nenhuma dúvida o professor Wilson deu o seu pitaco sobre história e embora veladamente deixou entender que um dia escreverá a História da Paraíba, pois se gaba de que tem muita coisa pra contar. É só meter mãos à obra, porque o caminho está aberto. Ninguém deseja tanto como eu ver essa novidade na rua.* (ALMEIDA, 1978c, p. s/n. Grifos nossos).

Como se vê, mais uma vez a questão gira em torno da verdade histórica provada através de documentação direta, de fontes ‘oficiais’ e ‘verdadeiras’ que possam ratificar determinado fato ou posicionamento. O crédito cego ao texto escrito, portador da verdade inquestionável e isento de influências, por ser um testemunho incontestável do tempo. Sempre foi essa a preocupação de Almeida. E mesmo quando reconhece alguns de seus deslizes acrescenta que isto não incorre em “nenhuma alteração da história”. Ora, se boa parte das correções nos seus textos em relação a outros historiadores versavam, em sua maioria, sobre informações desta categoria acima criticada por Seixas, como isso não vem a ter importância? Um nome fora do lugar, uma data em outro momento, só é do mundo dos erros se for produto dos outros e não dele.

Mais do que nunca é preciso provar o que se diz, ser objetivo e seguro nos seus argumentos. Depreende-se por algumas frases citadas que a fonte servia para Almeida de acordo com as conveniências, a partir daquilo que ele queria defender como verdade – daí defendermos o caráter da fonte como uma construção efetuada pelo historiador. Sem contar que, ao que tudo indica, o autor desprezava o diálogo com outros que discordassem de seu posicionamento, não por questões institucionais ou teóricas, mas simplesmente por que outras pesquisas poderiam desabonar os seus feitos como historiador.

Mas a contenda não terminou neste momento. No dia 11 de junho de 1978, no mesmo jornal, Seixas surge com o texto: *A história não se inventa.* Discorrendo sobre os pontos argumentados por Almeida, mais uma vez emerge a questão central da discussão: a

verdade histórica. Como essa verdade histórica pode ser revelada? Seixas não deixou por menos as palavras de Almeida e ainda o acusou de ser tipo, um intelectual de gabinete, que produz as suas pesquisas de uma forma indireta, no que diz respeito ao contato real com as fontes, se prevalecendo de compilações nem sempre seguras ou de textos de outros autores. Seixas mostra-se como um ferrenho defensor de uma total revisão da história paraibana, mencionando um retorno às fontes diretas, aos arquivos que ainda teriam muito que dizer sobre o passado da Paraíba. Contudo, segue a mesma sombra de muitos dos historiadores paraibanos que o precederam, inclusive do próprio Almeida: a história é o fato histórico e a comprovação de seu acontecimento através das fontes, pois “a história não se inventa”:

Divulgou o jornal O NORTE de 28 de maio, ligeiro comentário do escritor Horácio de Almeida em resposta às considerações críticas que andei formando em torno do 2º volume, de sua **História da Paraíba**, editado recentemente pela Universidade Federal da Paraíba, *em que procuramos esclarecer alguns pontos que nos parecem não estarem de acordo com a verdade histórica*. Contestando o nosso modesto trabalho tachou o Dr. Horácio de Almeida a sua leitura de “dissaborida”, talvez porque não comungamos com seu ponto de vista, *embora na realidade o nosso intuito fosse outro, qual seja o de trazermos uma contribuição nova e original a historiografia paraibana que, hoje, mais do que nunca, carece de uma revisão total em toda a sua estrutura*. A história da Paraíba está nos arquivos. Estes vivem espalhados por vários pontos do nosso país e até no estrangeiro, esperando por quem, um dia, lhe sacuda a poeira secular. *Muitos fatos importantes de nossa história vivem ainda envolvidos nas sombras da ignorância*. Material do mais alto valor histórico encontra-se ainda hoje no Arq. Do Inst. Hist. E Geogr. Paraibano, na Santa Casa de Misericórdia, no fôro eclesiástico das diversas paróquias, nos arquivos das Câmaras Municipais e nos cartórios mais antigos do interior do Estado. Enquanto não for tudo isso explorado, e mais ainda os documentos existentes na Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, não se pode escrever a história da Paraíba. *Para provar a importância capital de uma ordem de documentos a que o autor de História da Paraíba, não teve ainda acesso, talvez porque não costuma levar a sério o trabalho cuidadoso e honesto dos que preferem o contato direto com as fontes de pesquisa à leitura de obras impressas que nem sempre se apóiam ou se escudam da documentação autêntica dos arquivos*. Se o Dr. Horácio se desse ao trabalho de pesquisar velhos manuscritos ainda hoje existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, certamente perderia a vaga de contestar tudo quanto se escreve a respeito dos acontecimentos mais importantes da História da Paraíba. [...] Parece que o Dr. Horácio tem mesmo o prazer de contestar. Ainda bem que reconheceu o direito que me assistia em discordar de alguns capítulos do seu livro **História da Paraíba**. Chegou até a dizer, que não reconhecia válido um só dos meus argumentos. No entanto, logo mais se contradiz, quando assim afirma: “Concedo a Wilson a assertiva de que Matias de Albuquerque Maranhão era filho de Jerônimo e não de Antônio de Albuquerque”. Tal fato – dizia ele – não implicava em nenhuma alteração da história. Alteração seria dizer que Matias encontrou a Paraíba com dois engenhos de açúcar e elevou esse número a 10 (escreve 12), quando é sabido que a Paraíba já tinha

18 engenhos antes da ocupação holandesa. Ora, grande mestre da historiografia da Paraíba e polemista renitente, não somos nós a afirmar que a Paraíba tinha apenas dois engenhos de açúcar quando Matias assumiu o Governo da capitania paraibana, deixando no final de sua administração dez engenhos “correntes e moentes”. Matias tudo fez para incrementar a lavoura açucareira da Paraíba, confessando haver “aumentado a praça de madeira que havendo nela, só um, ou dois engenhos de fazer açúcar, lhe pôs dez correntes e moentes”. [...] *Outro assunto que me surpreendeu foi o silêncio do Dr. Horácio de Almeida a respeito da ação efetiva desenvolvida pela Casa da Torre nos sertões das Piranhas, da capitania da Paraíba. Nenhuma referência fez o Dr. Horácio em torno do papel desempenhado por ela na conquista e devassamento do Nordeste brasileiro.* A Casa da Torre, embora com sede na Bahia, sempre manteve nos sertões da Paraíba, um procurador que cobrava e recebia renda de seus sítios e fazendas. A Casa da Torre não passou ao largo da Paraíba, como pensa o Dr. Horácio. Ao contrário, ela esteve de posse de quase todas as terras do sertão paraibano, até que, num golpe direto sobre a aristocracia rural nordestina foi criada, a Carta Régia de 1753, que a abalou profundamente no seu direito de propriedade, aliás, muito litigioso entre antigos sesmeiros e colonos. [...] Mas deixemos este caso para outra oportunidade e entremos diretamente no assunto para o qual exigiu de mim o Dr. Horácio a obrigação de provar o que afirmamos a respeito da Casa da Torre. Dizia então o Dr. Horácio se eu provasse mediante concessão de sesmaria que qualquer atividade efetiva da Casa da Torre, nos sertões da Paraíba, “se renderia a evidência dos fatos”. Vamos, então, satisfazê-lo. Nos meados do século XVIII já eram numerosos os habitantes da ribeira do Rio do Peixe entre os quais de se tacavam Bento Freire de Souza e o capitão-mor José Gomes de Sá. José Gomes era o mais afortunado de todos os curraleiros da região e foi a ele que Bento Freire se associou em seus esforços, desde 1739, em favor da construção da capela de N. Senhora dos Remédios. Não se podia constituir uma paróquia sem patrimônio. Era o que preceituava o direito canônico. Duas viagens teve então Bento Freire de fazer à Bahia, para solicitar do coronel Francisco Dias d'Ávila, morgado e senhor da casa da Torre, doações de terra para patrimônio da referida capela. A doação da sesmaria foi assinada a 31 de outubro de 1739. O ato de escritura foi registrado no Livro de Notas nº 14, do cartório “João Queiroga”, da cidade de Pombal, tendo na ocasião representado o senhor da Casa da Torre, o sargento-mor João de Miranda Henriques. [...] Os exemplos são numerosos. A Casa da Torre foi realmente a maior sesmaria do sertão da Paraíba. Ela gozava até do direito AD-PADROADUM. A história, pois, não se inventa. Ela vale pelos fatos que apresenta, e os fatos só adquirem validade quando apoiados em documentos autênticos, ou escudados nas asserções de cronistas poderosos. (SEIXAS, 1978, p. 01. Grifos nossos).

E, por falar em documentos, os ‘novos’ fatos surgidos na pesquisa de Almeida, não são invencionices. Segundo o autor, despontaram da própria forma como ele os interpretou, emergidos da documentação até então não vasculhada pelos historiadores, que ele teve o privilégio de consultar. Como os Anais da Biblioteca Nacional e os seus manuscritos, os anais do Arquivo Público da Bahia, as revistas dos institutos históricos, o Almanaque do Estado da Paraíba, os relatórios dos presidentes de província – no segundo volume mais

especificamente – bem como as mensagens dos presidentes paraibanos à Assembléia Legislativa e seus discursos na abertura das sessões. Pode-se observar assim que o domínio da fonte escrita é predominante na história produzida por Almeida. Se ele utilizou depoimentos orais, como menciona no prefácio em *Brejo de Areia* (1958), os entrevistados são raramente citados.

As contestações das fontes são quase ausentes e recebem o mesmo cuidado dos historiadores que Almeida questiona, ou seja, são apenas correções. Não há um posicionamento crítico diante da fonte, pois ela, apesar de tudo é sacra. Uma das poucas contestações encontrou na exposição do presidente da então província da Paraíba Venâncio de Oliveira, de 1841, que informando à Assembléia Legislativa sobre as escolas primárias locais, diz que “havia 46 escolas de primeiras letras em 1841, derramando instrução por toda parte”. Na fala do posterior presidente da província Frederico Carneiro de Campos, de 1848 “as escolas públicas da Província, não iam além de 23”, reduzidas assim pela metade. Para Almeida se não houve um “engano” na afirmação de 1841 aconteceu um “erro de impressão” (ALMEIDA, 1978b, p. 141), pois como poderia em sete anos os números de escolas caírem pela metade?

Ora, as outras escolas provavelmente foram fechadas, pois a política local sempre ditava tanto a criação como a extinção dos estabelecimentos, até porque não se dava muita importância assim ao ensino público nestes tempos, por isso os números oscilavam tanto (PINHEIRO, 2002, p. 15-87) e este problema o próprio Almeida revelou quando menciona que:

Crescia o número de escolas, mas sempre que uma crise afetava a economia da Província, fosse proveniente da seca ou queda nos produtos de exportação, o remédio estava no fechamento dos estabelecimentos de ensino, como medida restauradora das finanças públicas. Não havia outro recurso para o equilíbrio do orçamento, como demonstram os fatos (ALMEIDA, 1978b, p. 141).

Na mesma página ele cita que no ano de 1861 quinze escolas forma extintas pelo então presidente da Província Francisco de Araújo Lima, para corroborar os seus argumentos, mas por este próprio exemplo é plausível depreender de que foi possível sim que entre 1841 e 1848 tenham sido fechados 23 estabelecimentos de ensino na Província. Aspectos que ele não aventou para aquele caso em específico.

Vemos que a grande intenção de Almeida era uma elaboração factual para construir a ‘verdadeira’ história da Paraíba, corroborada por uma massa documental não tratada ou

desconhecida até o momento pelos historiadores. Surge, assim, a Paraíba, pequena e sofredora, mas forte e inclemente, com um passado duro, mas cheio de bravura e heroísmo, como os perfis de alguns de seus homens podem demonstrar:

A fama de rebeldia que a Paraíba desfruta tem as suas raízes em processos acumulativos de lutas e injustiças sociais que, embora de passagem, foram também revistos. Vem daí uma certa mística de heroísmo, de mistura com sentimentos de revolta contra a classe burguesa e o poder constituído, manifestando-se por vezes sob a feição de um regionalismo quase agressivo.

Em lutas desiguais tem vivido a Paraíba, no correr dos séculos, lutas em campo de batalha e lutas contra a pobreza e a inclemência da natureza. E' essa, ao que parece, a condição de sua existência. A Paraíba lutou para nascer. Duras e prolongadas foram as pelejas pela conquista do solo, durante vinte e cinco anos, até que, afinal, se celebrou a paz tão desejada com os potiguaras da serra de Cupaoba. (ALMEIDA, 1966, p. XIV-XV. Grifos nossos).

Esse sentimento de revolta contra a classe burguesa e o poder constituído é algo contraditório no livro de Almeida. Essa visão se completa quando lemos o segundo volume que encerra esta História da Paraíba. Não vimos como a elite colonial local, ao entrar em atrito com Pernambuco por sua influência e seu poder econômico na capitania, possa ser uma revolta contra a classe burguesa, ou a forma como os paraibanos participam dos movimentos de autonomia regional durante o império ter este mesmo condicionante na medida em que era a burguesia local contra o poder centralizador imperial. Burguesia essa totalmente diversa do conceito europeu clássico. Não há nos livros de Almeida, apesar de seus argumentos, a presença de um movimento popular na história paraibana que pudesse caracterizar esse “sentimento de revolta contra classe burguesa”.

Todos esses fatores surgem como aspectos descritivos sem nenhuma fundamentação mais precisa nos seus textos. O econômico e o social que poderiam ser mais explorados são extremamente imperceptíveis. O social é muito pitoresco, como questões de curiosidades de almanaque e o político é o que recebe mais atenção. Contudo, vem a ser uma história dos feitos dos grandes homens, laudatória, personalista, muito descritiva e factual.

Como a obra, planejada para sair em dois volumes, de início não teve êxito por completo, os eventos referentes à conquista da capitania da Paraíba pelos holandeses surgem apenas na segunda edição do primeiro volume, quando é editada a outra parte da *História da Paraíba* (vol. II). Mesmo assim, ainda em 1966, Almeida declara que o volume “segundo venha a cobrir um espaço de tempo muitas vezes superior a este primeiro será mais fácil de compor” (ALMEIDA, 1966 p. XV).

Difícil encontrar uma lógica nisto. Tudo bem que a escassez de fontes sobre o primeiro volume torna a questão mais complicada. Mas vem a nós o seguinte: no primeiro volume “dar vida ao fato” foi mais difícil pela escassez de fontes, mas quem disse que o excesso de documentação – consequência de um espaço de tempo maior e cada vez mais próximo do presente – facilita? Então nos leva a corroborar o nosso posicionamento de que Almeida não faz crítica às fontes, o que ele sabe muito bem é concatenar os dados numa narrativa contínua do passado ao presente. Este é o efetivo encontro dos tempos no seu relato. Nada que possa remeter a um presente que se questiona, mas ao passado que se quer nesse presente. Não é uma busca de respostas, mas a construção de um passado interessado que justifique o presente e projete um futuro.

E ele ainda completa: “Não só há mais documentação, *como entre um fato e outro há interregnos que não tem história*” (ALMEIDA, 1966, p. XV. Grifos nossos). Quer dizer, se nos atribuirmos de um argumento lançado por ele já em 1958, em *Brejo de Areia*, no qual dizia “há cidades que não têm história, [...] onde nada acontece digno de menção” (ALMEIDA, 1980, p. 01) ³², a história para Almeida vem a ser o que mesmo? Como vemos não é apenas um passado que se pode provar através dos documentos, mas uma história *acontecimental* mesmo. Se entre um fato e outro não há história, então a história não é o passado como um todo, mas apenas os acontecimentos que penetram a continuidade, ou melhor, que surgem como os degraus da escalada do tempo contínuo.

Na segunda edição do primeiro volume, em 1978, o texto que abria a edição anterior, *À Guisa de Introdução*, desaparece. Surge uma *Nota Preliminar*, revelando alguns questionamentos que se impuseram ao autor após a publicação de 1966. Primeiro, foi vista a necessidade de que o livro precisava ser reescrito, e que o segundo volume compreenderia agora um espaço temporal e físico maior sobre a Paraíba, podendo ser compreendido, em conjunto com o primeiro, como uma história da Paraíba por completo:

Depois de publicado o primeiro volume da História da Paraíba, em 1966, deixei o tempo correr, *desinteressado de prosseguir na conclusão da obra. Ao cabo de dois anos, fui reler o livro e antes de acabada a leitura já estava decidido a escrevê-lo de novo. Foi feito às pressas, sem tempo para uma revisão geral*, menos ainda para o *esgotamento de certos acontecimentos históricos* que pediam tratamento mais acurado.

Refundido o livro, dei começo ao segundo volume, que me pareceu mais interessante, porque a história, nessa altura, *se alarga, abrangendo todo o território da Paraíba*. O trabalho ia para frente quando surgiu um fato que me fez parar. *O ilustre paraibano José Américo de Almeida* fora convidado

³² A primeira edição é de 1958.

pelo Ministro da Educação do Governo Médici, Jarbas Passarinho, para escrever a história da Paraíba. Aceitou o convite e meteu mãos à obra. Diante da notícia que a imprensa divulgou, suspendi o trabalho que vinha fazendo, levado por um raciocínio que depois considerei errado. *A história que ele ia fazer entendi que seria oficial*, porque composta sob encomenda do governo. Mesmo assim, devia prosseguir na minha, que valeria, na pior das hipóteses, para confronto dos estudiosos (ALMEIDA, 1978a, p. 9. Grifos nossos).

Por acaso ter lançado o livro em 1966, no final da administração Pedro Gondim, dentro de uma política cultural deste governo, não seria também ter escrito uma história oficial? Esse argumento certamente não convence. Mas mesmo recorrendo ao argumento de que por ter sido produzido apressadamente, ao falar de sua segunda edição deixa escapar novamente este aspecto que impedi, na primeira, que os acontecimentos históricos fossem abordados até a sua exaustão: “Em verdade, esta História que agora apresento *foi escrita aos empurros*. Nem por isso deixa de ter *unidade e interpretação*, como convém ao trabalho de tal natureza e disso poderá certificar-se o leitor” (ALMEIDA, 1978^a, p. 09. Grifos nossos).

Na leitura das duas edições do volume I da *História da Paraíba*, é possível percebermos que a reescrita contemplou todo o livro se comparada com a primeira. Novos tópicos surgiram nos capítulos bem como outros tiveram os títulos modificados. Mas a nossa atenção volta-se expressivamente à composição de 1966, portanto não faremos uma análise comparativa entre as duas edições até porque não é a nossa proposta de pesquisa. Talvez algumas mudanças no trato com os eventos e da interpretação do passado por Almeida possam ter se efetuado, mas acreditamos que a apreciação do segundo volume de 1978 – mesmo ano da nova edição de 1966 – possa nos apresentar a continuidade das perspectivas. Mas em sua já citada nova edição, do volume I, em 1978, nos esclarece que:

E para compensar as deficiências fiz o que pude para levar o leitor ao ambiente onde os fatos se desenrolaram. Só assim terá uma impressão mais nítida dos fatos, como se atrasasse o calendário para testemunhá-los. As figuras que emergiam do túmulo podem ser contempladas a curta distância. Algumas perderam o penacho. Outras romperam a crosta do esquecimento porque tinham um direito a reivindicar, o da presença nos fatos históricos. Evitei o quanto possível subordinar a história a fatores de racionalização, onde se patenteia a intenção pessoal do intérprete. Os que veem na história somente a fatoração econômica se não menosprezam desconhecem a metodologia. É preciso passar o fato histórico pelo crivo metodológico para poder visualizá-lo melhor, pois fora daí não há nem pode haver crítica histórica. Apurar a verdade é dever da história e sem crítica histórica não é possível separar a verdade da mentira. (ALMEIDA, 1978a, p. 09-10. Grifos nossos).

Mais uma vez é reforçada a sua visão sobre o exercício primordial do historiador, que é, segundo suas palavras, reconstruir o passado exatamente como ele se passou para que o leitor possa revivê-lo e tenha a capacidade de ser quase, mesmo que pela imaginação, uma testemunha ocular da história. Fazer isto se torna um dever, um princípio fundamental da conduta ética do historiador que surge como aquele que possui o poder de ouvir as vozes do passado que ‘clamam’ por sua existência no presente, melhor dizendo, por sua presença na história. Contradictoriamente, Almeida reivindica a objetividade do historiador que deve se utilizar de um minucioso método para a (re) construção do fato histórico, mesmo que para isso ele tenha que “dar vida” ao passado através da escrita, torná-lo não apenas real, mas possível de ser testemunhado novamente.

A história produzida no Brasil, neste momento, era feita por historiadores advindos das universidades, filiados a partidos políticos, muitos de esquerda, com uma preocupação maior em entender o país. Influenciados pelo marxismo, autores, por exemplo, como N. W. Sodré e Caio Prado Jr, buscaram compreender os processos constitutivos da sociedade brasileira, as suas especificidades, os seus problemas estruturais e a proposição de soluções em busca de uma autonomia econômica e de melhores condições sociais para o povo brasileiro. Era uma história, digamos, engajada, feita por intelectuais combatentes e combativos.

No Brasil pós-1945, a história do Brasil sofrerá radicais reinterpretações em várias tendências. O tema que predominará será o da mudança, o da transição da sociedade baseada no capitalismo agrário para a sociedade baseada no capitalismo industrial. Isto é: o tema que predominará no pensamento social que enfatiza a mudança será o da “revolução brasileira”, caracterizada como “burguesa” ainda. Discutem-se, então, as relações de produção no campo e nas cidades, as relações de produção e a consciência nacional, o imperialismo, as lutas de classes, as classes e o Estado. [...] A visão marxista do Brasil se consolidou, então. Na visão marxista, a história brasileira é analisada em seus processos, estruturas e relações sociais. Os grandes eventos e personagens históricos da historiografia oficial são recriados à luz das formas de vida e trabalho; privilegiam-se as relações sociais que os homens estabelecem para engendrar a sua produção material, as suas contradições e lutas (REIS, 2007, p. 154).

Diferentemente da história produzida por Almeida, que não buscava entender a Paraíba e sua sociedade a partir da atuação de seus diversos grupos sociais, mas apenas realizar um relato descritivo de fatos recheados de dados, nomes e datas. Uma história que mais silenciava do que falava. E era este o ponto de discussão e de ‘combate’ do autor: era

preciso corrigir uma data equivocada, um nome não citado, ou um personagem desvalorizado pela importância não dada a ele em determinado evento, por tudo que pudesse manchar os brios de uma história tão forte e épica como foi a história paraibana. Muito mais uma história *estatal* que uma história social, uma história dos políticos ao invés de uma história política.

Até o início da década de 1980 Almeida apresentava-se como um intelectual atuante. Em 1980 é publicado o *Dicionário Erótico da Língua Portuguesa* que, em 1982, já contava com sua segunda edição revista e ampliada. O livro surgiu dos conhecidos encontros ocorridos no Rio de Janeiro em casa de Plínio Doyle, nos quais figuras como Ciro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade entre outros – conforme citado anteriormente – participavam dos famosos sábados de discussão que ficaram conhecidos como *sabadoyles*. No ano anterior outro dicionário publicado por Almeida havia surgido por incentivo dessas mesmas reuniões que foi o *Dicionário Popular Paraibano*, no qual elencou diversos vocábulos e expressões populares relativas ao modo de falar ‘específico dos paraibanos’ (ALMEIDA, 1979). Para Almeida, a obra – Dicionário Erótico – surgiu “por insistência de amigos, entre os quais Carlos Drummond de Andrade, que colaborou por sinal com centenas de verbetes e sugestões muito valiosas” (COUTINHO, 1982, p. 6).

No suplemento de artes do jornal *A União*, chamado Correio das Artes, de 18 de março de 1984, em homenagem a Almeida – falecido em ano anterior – o próprio Drummond nos revela alguns aspectos de sua relação de amizade com Almeida num texto intitulado “*Vovô é um barato*”, falando sobre o dicionário:

Tarefa que Horácio cumpriu com absoluta dignidade, em meio familiar compreensivo, que lhe dava todo o apoio.

Coube-lhe redigir esse dicionário porque gente mais moça e mais identificada com o assunto não se animara em fazê-lo. Um dia, numa das reuniões de sábado em casa de Plínio Doyle, alguém lamentou a falta no Brasil de um repositório verbal de erotismo, quando imenso é o vocabulário nacional da especialidade, herdeiro e continuador da tradição portuguesa. Havia pouco editara-se em Paris o *Dictionnaire Historique, Rhétorique, Etymologique de La Littérature Erotique*, obra do respeitado mestre universitário Pierre Guiraud. O léxico alemão do gênero, subscrito por Ludwig Knell e Gerhard Jaeckel, era outra prova da importância da matéria, do ponto-de-vista do estudo das línguas. Horácio, presente à reunião, foi lembrado para executar o trabalho, de vez que era notório estudioso dos fatos do nosso idioma. A princípio esquivou-se, mas acabou cedendo a pressão amistosa e em oito meses de dedicação ao projeto, fez o *Dicionário Erótico da Língua Portuguesa*, hoje em segunda edição (DRUMMOND, 1984, p. 3).

Contra as possíveis críticas sobre um dicionário de termos eróticos, algo à primeira vista contraditório numa sociedade conservadora como a paraibana, Almeida mais uma vez demonstra o seu estilo polêmico na defesa de que:

“Meu dicionário é uma contribuição ao estudo do nosso idioma. Se a palavra, dita palavrão e acusada de pornográfica, está na boca do povo, que é quem molda a língua e faz a linguagem, por que teria que ser omitida dos livros? Vamos acabar com essa cavilação besta, tolice, hipocrisia imbecil (COUTINHO, 1982, p. 6)”.

Nesta mesma entrevista, novas querelas são postas a tona por Almeida, entre as quais algo extremamente recorrente na sociedade paraibana que é a mudança do nome da capital do Estado com retorno da denominação anterior a de João Pessoa para Paraíba. Movimentando todo o cenário político local, atiçando os sentimentos ainda sobreviventes do período da Revolução de 1930 no Estado

Agora, Horácio de Almeida causa nova celeuma na Paraíba: em carta recente ao governador Clóvis Bezerra³³, lançou a idéia que vem repercutindo fortemente em todo o Estado: a mudança de nome da capital paraibana. Remanescentes dos “liberais” – aqueles que apoiaram a chamada Aliança Liberal, válvula propulsora da Revolução de 1930 – e “perrepistas”, que se mantiveram fiéis a Washington Luís e à República Velha, discutem com ardor a proposta de Almeida. “Coragem eu não teria de fazer tal sugestão [...] se tivesse sido adversário de João Pessoa. Mas conforme lembrei em carta ao governador Clóvis Bezerra, fui seu admirador e partidário dos novos rumos por ele traçados na luta política que se desencadeou contra ele e contra a Paraíba. Estive a pique, mesmo de pegar em armas na defesa da bandeira revolucionária que a Paraíba levantou nos idos de 1930 (COUTINHO, 1982, p. 6)”.

Não nos cabe aqui no momento, avaliar o conteúdo político das discussões, mas perceber o cenário, e os dispositivos discursivos – vale ressaltar que também não é uma análise do discurso – utilizados por Almeida na sua atuação enquanto intelectual e homem público sempre voltado a uma intervenção direta ou indireta num espaço político, social e cultural que era a Paraíba. Certo que dentro desse exercício Almeida buscava não uma posterior celebração de sua obra, embora não viesse a nega-lá, mas procurava estar presente nas discussões, seja retomando determinados temas, trazendo outros, como também

³³ Clóvis Bezerra Cavalcanti era vice-governador no período do mandato de Tarcísio de Miranda Burity que governou a Paraíba de 15 de março de 1979 a 14 de maio de 1982 quando deixou o cargo para concorrer as eleições do mesmo ano como candidato a deputado federal fazendo com que Clóvis Bezerra assumisse o cargo até 15 de março de 1983.

intervindo, enquanto ‘autoridade’, sobre os assuntos que tivessem o passado da Paraíba e seus usos como ponto central de debates:

Foi Horácio de Almeida quem primeiro propôs ao governo de seu Estado que se designasse uma Comissão, encarregada de preparar as comemorações do 4º centenário da Paraíba, a ocorrer em 4 de novembro de 1985:

— Faltam ainda três anos, mas a maior parte do que precisa ser feito demanda pesquisa, toma muito tempo e envolve o trabalho de muitas pessoas. Deverei ir em breve à Paraíba, para reunir-me com a Comissão já formada, a fim de justificar minhas propostas. Sei que vou encontrar muita oposição a essa idéia de recuperar a memória da Paraíba, fazendo voltar esse nome à cidade que hoje se chama João Pessoa (COUTINHO, 1982, p. 6).

Mas os projetos de Almeida não eram apenas estes. Contando mais uma vez com o apoio estatal, tinha em mente a execução de outros textos, conforme nos é revelado na singular entrevista:

[...] Almeida acaba de assumir a tarefa de preparar uma edição anotada, com um estudo sobre o autor, da “Descrição geral da Capitania da Paraíba”, de Elias Herckman.

— A Paraíba – comenta ele – é rica em crônicas antigas. Estou satisfeito que o governador Clóvis Bezerra tenha me distinguido com essa incumbência. Depois do “Sumário das Armadas”, de um jesuíta anônimo, vem a “Descrição...” de Herckman. Esta obra nunca teve publicação autônoma. [...] Pela primeira vez, agora, ela sairá em livro. [...] Já no ano passado, escrevi ao presidente da Academia Paraibana de Letras, professor Afonso Pereira, lembrando da necessidade dessa publicação. Felizmente, a idéia ocorreu também ao governador Clóvis Bezerra, que é um homem sensível a tudo quanto diz respeito à preservação de nossa memória cultural [...] Mas há mais entre as suas sugestões, Horácio de Almeida propõe a publicação de várias obras – entre as quais um “dicionário Bibliográfico Paraibano”, um “Dicionário Toponímico da Paraíba” e um “Catálogo da Imprensa Periódica da Paraíba (1826-1985)” – como também erguer-se um monumento a Martim Leitão, fundador da cidade – “nem sequer, que me conste, ele figura em placa de rua, onde qualquer político municipal tem acesso para resguardar sua memória” – e homenagens a artistas e escritores, como Pedro Américo, Santa Rosa, Augusto dos Anjos e José Lins do Rego (COUTINHO, 1982, p. 6).

Pelo menos em vida, Almeida não viu realizar-se boa parte destes últimos projetos, pois dez meses depois desta entrevista veio a falecer no Rio de Janeiro em 05 de junho de 1983. Desta entrevista ainda podemos depreender o quanto e o que significava a história para Almeida: um passado recheado de nomes e de personalidades que devem ser preservadas na memória dos cidadãos a partir de nomes de ruas, da criação de monumentos e de celebrações. A história possuía para ele um sentido prático. O exercício da história não se

restringiria à construção de textos, de relatos apenas, mas o trabalho contínuo da memória era o seu principal intento, mesmo que fosse uma memória privilegiada, de poucos e para poucos.

Mesmo assim não deixa de ser legítimo o seu posicionamento. Pois a sua história permanece e o modo como a concebeu ainda tem força, porque Almeida se prevaleceu de uma engenhosidade que fez com que a sua história pudesse influenciar o modo como o passado deveria ser posto para a sociedade paraibana: um passado de glórias e de feitos honrosos, constituintes de uma identidade, servindo de alicerce fundamental para a construção e a continuidade discursiva de nossos políticos, pois:

Aquele que não está profissionalmente tarimbado com o manejo dos “fatos”, com a sua acumulação e com as alegrias de seu encadeamento gratuito, por prazer, não sente nenhuma curiosidade pelas reconstituições mais precisas e mais engenhosas. Os prodígios da erudição o deixam indiferente. Esta mecânica lhe é estranha, como homem. Se se trata de um diplomata ou oficial, ele pode se interessar pela classificação ou pela interpretação dos fatos diplomáticos ou militares, como diplomata ou oficial, mas o homem dentro dele permanece estranho a este cuidado de especialista. Não há história dos fatos para o não especialista (ARIÈS, 1989, p. 229).

Então, como fazer com que os outros, que não os produtores deste conhecimento se interessassem pela história? Elencando e datando inúmeros fatos históricos, reconstituindo-os nas artimanhas da escrita para a construção de um passado glorioso de um povo bravio que lutou para nascer: os paraibanos. Assim Almeida fez uma história e a sua história da Paraíba. Veremos a seguir quais os dispositivos utilizados para isso. Como contribuiu para esta tal paraibanidade.



3. UM DISCURSO DAS IDENTIDADES: ALMEIDA E O SEU “SUBLIME TORRÃO”³⁴

Limita-se a Paraíba a leste com o Oceano Atlântico, a oeste com o Ceará, ao sul com Pernambuco e ao norte com o Rio Grande do Norte. Sua área geográfica é bem menor do que a atribuída nas cartas antigas, em parte pela imprecisão dos cálculos anteriores, em parte por força de mutilações sofridas. [...] a Paraíba, cuja história parece bem mais atuante do que pensam os historiadores brasileiros.

Almeida, H. *História da Paraíba*. (1966, p.9).

Já é tempo de desfazer os equívocos de que anda um tanto referta a história da Paraíba, sobretudo na fase da conquista. A tarefa é ingrata, por isso que vai de encontro a vozes que a opinião pública consagra entre as mais autorizadas. Mas não importa, pois a missão da história é bem mais nobre que a de agradar ou desagradar, por quanto lhe cabe apurar a verdade dos fatos e, não somente isso, dar vida aos fatos, dinamizando-os nos seus elementos ideológicos, unindo-os pela interpretação, porque do contrário a realidade histórica fica sem perspectiva, despida de significação. E' essa, com efeito, a tarefa mais difícil da história.

Almeida, H. *História da Paraíba*. (1966, p. 98).

³⁴ Analogia à música *Meu sublime torrão*, de Genival Macedo (1921-2008), compositor paraibano, que exalta as belezas do Estado, a ‘canção do exílio’ dos paraibanos, muito mais popular do que o próprio hino oficial.

As identidades são invenções construídas a partir de dispositivos imagéticos e discursivos. Mas estas construções não são erguidas do acaso, sem uma referência. Elas partem de uma presença apreendida por uma vasta possibilidade de representação³⁵. O que acontece é que determinadas facetas são mostradas, no intuito de serem valorizadas em detrimento de outras, não ditas por não ser o interesse, no momento, dos artífices deste produto. É assim que as identidades surgem, como um artefato sob encomenda, uma idéia manufaturada que é comprada e consumida para o deleite e domínio de um determinado grupo. Simbolizando o poder ou o desejo de poder deste grupo, a identidade chega a ser senso comum na medida qual do sonho dos outros de poderem um dia se perceberem como parte deste processo, mesmo não sendo contemplados na sua elaboração.

Mas as identidades também surgem a partir das experiências dos homens em sociedade, da necessidade de se reconhecerem como pertencentes a um espaço (com suas práticas) e um passado específicos, que se congregam sempre de forma interessada em manter um determinado *status quo* ou uma unidade, para preservar, garantir ou almejar variados objetivos desses sujeitos.

As discussões atuais sobre identidades remetem a dois aspectos: de um lado a percepção de que são edificadas a partir de um processo de construção representativa feito por e para indivíduos, grupos sociais e instituições; de outro, que são características imanentes e permanentes destas mesmas unidades. As identidades são formadas no intuito de unificar, de tornar comum, de ser o ponto de reconhecimento e pertencimento dos indivíduos, seja através de qualificativos físicos, de personalidade, de parentesco, de gênero ou relativas aos espaços, com um passado comum partilhado por todos.

Contudo, a história que se pretende produzir nesta pesquisa se coaduna com o primeiro posicionamento e busca entender a formação destas identidades, de como elas são criadas, as ferramentas simbólicas, imagéticas e discursivas usadas neste exercício. Chamamos aqui este universo de instrumentos significantes da Cultura Histórica, que vem a ser a dimensão das representações do passado social, agindo para a sua formação os próprios historiadores, os intelectuais, a imprensa, os produtores culturais e todos os divulgadores do conhecimento histórico, profissionais ou não (FLORES, 1997).

A presente pesquisa busca compreender a construção da identidade espacial e social dos paraibanos na escrita do passado de Horácio de Almeida (1896-1983), visivelmente influenciada por uma tradição edificada pelo IHGP no início do século XX. A historiografia

³⁵ Para Chartier as representações são “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (1990, p. 17).

paraibana teve o seu começo efetivo – no que diz respeito a um espaço de produção e divulgação de pesquisas históricas – em 1905 com a criação do IHGP. Uma produção que buscava desvincular a história da Paraíba da de Pernambuco, mas paradoxalmente sofreu influências diretas daquela produzida no Estado vizinho. Principalmente pela questão de serem processos históricos próximos e em muitas das vezes imbricados.

Por isso a história elaborada pelos componentes desta instituição buscava responder os seguintes questionamentos: o que nos determina enquanto paraibanos? Que aspectos nos singularizam e nos tornam diferentes dos outros? Quem são os outros? Buscava-se assim o que nos especificava enquanto paraibanos. Qual ou o que é a nossa identidade. Foram perguntas-sombras que perseguiram muitos intelectuais no decorrer do século XX e ainda hoje são motivos de acalorados debates no que diz respeito ao paraibano e, em ordem crescente de identificações, o nordestino e o brasileiro.

No campo da historiografia a questão das identidades emergiu uma profusão de estudos que transitam por diferentes abordagens, sejam as relacionadas à construção da identidade nacional como, por exemplo, Hobsbawm (2008), Hobsbawm e Ranger (2008), Anderson (2008) e Geary (2005)³⁶. Obras que buscam entender o surgimento das nações modernas e os instrumentos ideológicos da construção deste conceito; o porquê da atualidade das discussões sobre o que vem a ser uma nação e a pluralidade de seus significados para cada povo, bem como os instrumentos utilizados nestas ‘fabricações’ e no seu estabelecimento como verdades e senso comum.

No que diz respeito às chamadas identidades de gênero, sexualidade, grupos etários e identidade operária, encontramos trabalhos como os de Perrot (1988), Ariès (2006), Green e Polito (2006) e Thompson (1997)³⁷ que pesquisaram sobre o lugar, enquanto espaço que a sociedade reserva a determinadas pessoas. Seja ele como exclusão ou o universo de identificação e de luta para uma visibilidade e participação efetiva na sociedade. São histórias que abordaram as mulheres, as crianças, os homossexuais e os operários enquanto identidades

³⁶ Conf. HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008; _____, e RANGER, Jerence. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, mais especificamente as páginas 9 a 23 e ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bootmann. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

³⁷ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988; ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006; GREEN, James Naylor, e POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006 e os volumes de THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

em construção através do espaço de vida e atuação de cada um destes grupos na história e de como a própria sociedade os percebia e os diferenciava.

Os estudos sobre a identidade nacional na historiografia brasileira são marcados por pesquisas fundamentais como as empreendidas por Carvalho (1990, 2003 e 2007), Gasparello (2004), Odália (1997)³⁸, Reis (2007), Guimarães (1988), e Diehl (1998), por exemplo. Eles abordam a construção da nacionalidade brasileira desde os seus primeiros momentos de autonomia política, com a análise daquilo que os edificadores desta nação pensaram enquanto pontos agregadores desta identidade. As ferramentas utilizadas no convencimento desta unidade como os símbolos, passando da elaboração dos direitos e deveres reservados ao cidadão até ao ensino estabelecido nas escolas, além da história construída por nossos intelectuais são algumas das abordagens utilizadas.

Neste universo, como mencionamos no capítulo anterior, as experiências locais foram reveladas através de suas identidades regionais com uma profusão de trabalhos como os de Arruda (1990), Ferretti (2004), Padoin (2001), Silveira (1984), Dias (1996) e Albuquerque Júnior (2001, 2007 e 2008)³⁹ que trouxeram para o campo historiográfico as facetas políticas, culturais e ideológicas da edificação das diferenciações regionais no Brasil. Estas se produziram não apenas dentro da dinâmica de um processo econômico, mas contribuíram também para isso a produção de imagens e de discursos elaborados para justificar as especificidades de cada lugar, sejam as referentes ao espaço como também às pessoas. Uma história que procurou compreender a criação de tipos como o gaúcho, o paulista, o mineiro, o paraibano ou o nordestino, que buscou apreender estas identidades como construções interessadas em mostrar uma verdade destes sujeitos e espaços.

A presente pesquisa se coaduna, em muitos aspectos, com as abordagens citadas. O discurso do passado produzido por Almeida, entre as décadas de 1950 e 1970, é fundamental para se entender a construção da identidade dos paraibanos pela historiografia local, chamada

³⁸ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1990; _____, *A construção da ordem/O teatro das sobras*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; _____, *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004 e ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997.

³⁹ Conf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990; PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. Rio de Janeiro: IBEP Nacional, 2001; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984 e ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001; _____, *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007 e _____. *Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008.

oficial pelos vínculos imbricados na sua produção e difusão, embora o autor não a reconhecesse enquanto história oficial (ALMEIDA, 1978b, p. 09). Em 30 de novembro de 1965, no Rio de Janeiro, assinava Almeida a guisa de introdução de sua *História da Paraíba*, que em 25 de janeiro acabara de ser produzida nas oficinas da gráfica da Imprensa Universitária da Paraíba, na capital do Estado. Desta tiragem, 100 exemplares foram impressos em papel *westerpost*, autografados pelo autor e distribuídos (“tirados, fora de comércio”), conforme folha de rosto da citada edição. Provavelmente estes volumes foram entregues, no ato de seu lançamento, às personalidades presentes, afinal fora encomendado, conforme mencionamos no capítulo anterior, no governo de Pedro Gondim, que chegava ao final, tendo como símbolo de sua intervenção no campo das artes e da cultura em geral o Plano de Extensão Cultural.

Pedro Gondim ficou caracterizado, pela imprensa local, como um administrador ágil e voltado para o desenvolvimento da Paraíba. Segundo a pesquisa de Araújo (2009) Gondim foi um dos governadores paraibanos que mais trabalhou a sua imagem perante a população do Estado no intuito de estabelecer no senso comum, não só a percepção de uma administração competente, mas a de um líder reconhecido e aceito pelo povo justamente por ser o símbolo deste governo. Para tanto, um universo simbólico foi criado para povoar o imaginário local de um governador que trabalhava para reforçar a imagem de uma Paraíba forte, aguerrida e sempre em dia com os acontecimentos políticos nacionais, pois

[...] as representações que envolviam o governador buscavam constantemente cristalizar no imaginário local, a ideia de que Gondim era o político necessário à Paraíba naquele momento. As representações, assim como os valores simbólicos da sociedade paraibana, eram manipulados pela imprensa estatal para que fosse possível promover uma atmosfera de tranquilidade e desenvolvimento para o Estado, tal como se anuncjava no cenário nacional (ARAÚJO, 2009, p. 27).

Gondim, um dos fundadores do PSD no Estado, governou a Paraíba em dois momentos: de 1958 a 1960, como governador interino na administração de Flávio Ribeiro Coutinho e, depois, entre os anos de 1961 a 1966, como chefe do poder executivo. O primeiro tempo serviu de preparação à construção da base política no Estado para a sua posterior eleição. No cenário nacional, antes do golpe militar de 1964, o país teve como marco simbólico a administração de Juscelino Kubitschek que está assinalada na história e na memória dos brasileiros como um momento de grande desenvolvimento econômico. Segundo Skidmore (1982),

O período Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas [...]. O dinâmico presidente prometeu “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”, e não há dúvida de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão industrial (SKIDMORE, 1982, p. 204).

Contudo, para que o presidente alcançasse os seus objetivos era necessária uma coalizão política e uma conciliação social. Para isso utilizou-se de instrumentos estratégicos, entre os quais, destacamos como exemplo, a valorização do sentimento nacionalista atrelada à necessidade da sua modernização, do seu desenvolvimento. Não é mera coincidência que a construção de uma nova capital federal, tenha se tornado o marco simbólico e material de seu governo:

A estratégia de Kubitschek merece o rótulo de “nacionalismo desenvolvimentista”, e não simplesmente “desenvolvimentismo”, tal a fórmula pela qual foi apresentada ao povo brasileiro. Reforçando os propósitos e as ações do governo havia um apelo ao senso de nacionalismo. Era o “destino” do Brasil tomar o “caminho do desenvolvimento”. [...] O sucesso da política econômica de Kubitschek foi o resultado direto de seu sucesso no sentido de manter a estabilidade política. [...] O segredo residia na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos. Este estilo político não envolvia mudanças fundamentais. Pelo contrário, Kubitschek se utilizava do próprio sistema a fim de ganhar apoio – ou em muitos casos “ajeitando” a oposição – para os seus programas (SKIDMORE, 1982, p. 207).

Mas a estratégia de governo de Kubitschek era a de conciliação com os grupos dominantes, com as forças de base tradicionais da política brasileira. Muitas vezes se esquece também da inflação e do grande déficit do país após a sua administração por conta da exorbitante de empréstimos e da entrada ostensiva de empresas internacionais (SKIDMORE, 1982, p. 210-230).

Em Pedro Gondim podem ser observados muitos desses aspectos, referentes a elaboração, no imaginário social, da figura do governante que atende prontamente todos as necessidades da sociedade, de um Estado que funciona de uma forma efetiva para garantir os valores ditos democráticos. O jornal estatal *A União* foi um mecanismo fundamental para construção deste simulacro bem como o Plano de Extensão Cultural⁴⁰, que dentro de suas

⁴⁰ Conf. Nota, página 18.

atividades promovia, no universo das artes e dos intelectuais, a imagem de um governo preocupado com o desenvolvimento da Paraíba em todas as esferas do corpo social:

[...] para que tal movimento de legitimação seja possível, é necessário o estabelecimento de uma série de *práticas de poder*, de falas, de atitudes e recursos imagéticos para que um determinado sujeito consiga cristalizar sua imagem perante a sociedade; para que o *povo* na amplitude e vagueza que o termo designa, seja sensibilizado, atraído e se sinta identificado com as “*autoridades*” que se propõe a representá-los. [...] as *práticas políticas* se apóiam em modelos de poder, em representações sócio-culturais, que juntamente com o imaginário político de uma sociedade, em um dado momento histórico, possibilitam a um sujeito ou a um grupo, ou mesmo a um ideário, se consolidar no poder (ARAÚJO, 2009, p. 18)⁴¹.

Logo, consideramos que a *História da Paraíba* de Almeida, publicada em janeiro de 1966 ao término do mandato político de Gondim, como frisado diversas vezes, tenha sido o acabamento, o instrumento de memória do governador. Pois como incentivador da produção desta memória, a sua própria existência estaria garantida dentro dela e a identidade paraibana reforçada e preservada. Ora, em estudo sobre as versões do passado brasileiro criadas pela política cultural do Estado Novo, na década de 1940, Gomes (1996) nos apresenta uma seção da revista *Cultura Política* e o suplemento literário do jornal carioca *A Manhã*, que buscaram, através do alcance de um grande público de leitores, “divulgar a proposta política do novo regime”, as ações do governo em todas os campos de sua competência e a edificação de um consenso nacional, em relação ao país enquanto unidade territorial, social e acima de tudo política.

A estratégia era fazer com que o povo referendasse as atitudes do governante que se apresentava como o defensor e o reconstrutor da identidade e do Estado nacionais (GOMES, 1996, p. 16). Para a autora, antes do segundo império, nenhum outro momento da história do Brasil representou tanto esforço em uma elaboração simbólica do Estado-nação. Muitas dessas atitudes refletem até hoje na cultura histórica brasileira (GOMES, 1996, p. 11).

Portanto, Almeida desponta, enquanto intelectual, neste ambiente profuso por um discurso que busca as origens de um povo; que pretende explicar, através do passado, os valores de um grupo, o que o congrega e o que o diferencia de outros. Os componentes são

⁴¹ A pesquisa tem um embasamento teórico atribuído pela leitura de GEERTZ, Clifford. Centros, Reis e Carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: *O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Mello Joscelyne, Petrópolis: Vozes, 1998; _____. NEGARA: O Estado Teatro do Século XIX. Trad. Miguel Vale de Almeida. Lisboa: Difel, 1991 e BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1982, que analisando os ritos e as simbologias envolvidas na construção do poder, e a forma como são arregimentadas e utilizadas estas ferramentas, propuseram o termo ‘teatralização do poder’.

variados, mas o que nos interessa são os relacionados ao passado histórico elaborado por este intelectual para a Paraíba. Mas vale ressaltar, como Gomes adverte e desde o início buscamos demonstrar, que este tipo de exercício não é inédito, é fruto de uma tradição erguida ainda em meados do século XIX e disseminada no século XX pelos institutos históricos, seus intelectuais e diversos meios de divulgação como a imprensa. Logo provém “[...] de uma situação em que já havia todo um conjunto de realizações acumulados ao longo de um “tempo”, definido pela memória coletiva como “vida nacional”” (GOMES, 1996, p. 17).

Quer dizer, a atuação de governantes que perduraram durante um grande período de tempo na vida pública do país necessitou de uma maquinaria de tamanha envergadura para legitimar, de alguma forma, o seu nome e o seu governo na sociedade brasileira. Isto implica algumas questões: de um lado, os instrumentos utilizados para a construção desse consenso e, do outro, “a produção de um apoio de massas para o nacionalismo estatal” – e os seus reflexos nos espaços regionais – que foi muito mais forte no Estado Novo, do que no período imperial, que serve à autora como parâmetro de comparação. No período de Vargas, além do envolvimento direto do Estado na produção cultural, “os agentes desse esforço, ligados à burocracia do Estado, podiam contar com recursos tecnológicos e financeiros de alcance muito maior” (GOMES, 1996, p. 20-21)⁴².

Sendo assim, quais foram as estratégias, os mecanismos ou os símbolos utilizados por Almeida para a construção da identidade dos paraibanos? Elencamos três temas que serviram de eixo para a nossa compreensão a partir da leitura do primeiro e segundo volumes da *História da Paraíba*: o território, o povo e o governo. Num primeiro momento compreenderemos o *território* da Paraíba não apenas no que o incorpora enquanto delimitação geográfica, mas como, a partir do passado estruturado pelo autor, este espaço se formou e passou a ser o cenário de eventos históricos singulares e que dão significados variados no tempo ao lugar em questão. O *povo* nos leva ao elo chave da construção da identidade promovida pelo autor para os paraibanos: quem era este povo, quais as suas especificidades, os seus heróis, os grandes feitos, sua descendência e seus costumes, enfim aquilo que os tornava singulares e, por isso, importantes para o país por sua contribuição à construção da Nação, que congrega, por fim, com o nosso último tema, o *governo*. Quais as ações do poder estatal dentro da dinâmica da edificação do país e os momentos de luta pela autoafirmação e permanência da Paraíba enquanto unidade política, social e territorial.

⁴² Conf. posicionamento de Celso Mariz em apresentação ao livro *Cidades e Homens*, publicado em 1945 e reeditado em 1985 dentro das comemorações do IV Centenário da Paraíba, citada neste texto à pagina 36, quando revela o apoio da Imprensa Oficial do estado na dominante publicação da produção intelectual local.

3.1. Demarcar para pertencer: a Paraíba, o seu espaço e a sua história

A idéia de unidade nacional na historiografia surgiu com a criação do IHGB em 1838 (GUIMARÃES, 1988) e uma diversidade de instrumentos foi utilizada para a concretização política e ideológica deste objetivo tendo, como um dos principais, a elaboração de um passado homogêneo para o país. Mas eram necessários outros aspectos além de uma história singular. Era essencial a identificação e a delimitação de um espaço, o reconhecimento de um território, de um domínio. Prova disso é que, na revista publicada trimestralmente pelo IHGB havia uma atenção especial ao relato de diversos viajantes, enviados pelo Instituto, no intuito de reconhecerem e de fixarem os limites geográficos do país (GUIMARÃES, 1988, p. 23), até porque o Instituto não era estavam reservado apenas à história, mas também à geografia

Um segundo corpo temático amplamente tratado na *Revista* diz respeito a publicações relativas às viagens e explorações do território brasileiro, abordando questões de fronteiras e limites, as riquezas naturais do país [...]. Se pensarmos que num momento de constituição da Nação, também a definição de sua identidade físico-geográfica é parte do projeto mais amplo, podemos entender o porquê de um instituto reservar espaço tão amplo ao tratamento do assunto. Na verdade, trata-se de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação, integrando na imagem em elaboração os elementos continentalidade e riquezas inumeráveis, capazes de viabilizarem num futuro não-definido a realização plena de sua identidade (GUIMARÃES, 1988, p. 23).

A questão era reconhecer aquilo que pertencia ao Estado, material e geograficamente falando, como domínio. Definir a linha demarcatória de um imenso território, algo digno de uma grande Nação, com uma potencialidade de riquezas inumeráveis, simbolizando, assim, o poder deste país, até porque “é preciso ter em mente que será o governo de dom Pedro II aquele a encaminhar a solução política da problemática de fronteiras” (GUIMARÃES, 1988, p. 23).

Todavia a história revela que, dentro do processo da constituição das identidades nacionais, surgem diversos pontos de tensão questionadores desta própria unidade. Como expressamos anteriormente, com a criação dos institutos históricos locais em algumas províncias do país, denotaram-se mais aspectos políticos, econômicos e sociais específicos aos seus limites do que uma conciliação em torno de uma Nação. Principalmente porque

muitas características seriam deixadas de lado na elaboração desta identidade, pois nem todos os interesses políticos foram contemplados. Vê-se com isto que “A emergência de movimentos regionalistas, quer seja de cunho político, quer seja de cunho cultural, surge como uma reação, normalmente das elites locais ou de dada região, que não querem se submeter ao Estado Nacional que está surgindo” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 27). O autor, que buscou evidenciar a questão na construção da identidade nordestina, cita exemplos de regiões da Espanha e da França que, subordinadas à ordem de construírem a unidade nacional, utilizaram-se até da violência, que teve como consequência o recrudescimento de muitos movimentos regionalistas. Entre os franceses:

A questão regional naquele país permaneceu tão candente que sua principal escola de historiadores, no século XX, a chamada Escola dos Annales, [...] dedicou grande parte de seus trabalhos a fazer a história das várias regiões da França. Estes historiadores já eram herdeiros dos geógrafos franceses, notadamente daqueles inspirados por Vidal de la Blache, que também tomaram a região como sendo o objeto privilegiado da análise da geografia [...] (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 27).

Ora, a geografia histórica existia na França desde o século XVII, mas foi com Paul Vidal de la Blache – que era historiador de formação – em finais do século XIX e início do XX, que despontou no cenário das Ciências Sociais influenciando até a Escola dos Annales com a chamada Geografia Humana (CADIOU, 2007, p. 176-178). A perspectiva de la Blache percebia a constituição dos espaços como fruto das interações sociais; o espaço era o cenário dos acontecimentos humanos, transformado por eles mas, ao mesmo tempo, obstáculo, fator condicionante de determinados eventos:

No início do século XX, os geógrafos estavam produzindo o que a *nouvelle histoire* vai produzir posteriormente. Estavam colocando os problemas mais pertinentes, a partir do novo ponto de vista da ciência social: o das relações entre as sociedades, apreendidas em sua evolução, e o meio físico e biológico no qual elas se inscrevem; dão um grande espaço às economias e sociedades; recortam seu objeto de estudo pela definição de um espaço regional local. Enquanto isso a história tradicional ainda fazia a crônica política ou militar, na perspectiva factual, da curta duração; fazia a biografia dos grandes indivíduos. [...] Os geógrafos oferecerão aos historiadores novos a inspiração para aquilo que fará a sua inovação maior em relação à produção histórica anterior e milenar: a sua concepção de tempo histórico (REIS, 2000, p. 61).

Discute-se aqui não a circunstância de que todo relato histórico possui o seu tempo e espaço, isto é condição existencial do mesmo, mas sim uma nova forma de abordagem historiográfica sobre os espaços, que surge na Escola dos Annales e tem em Braudel o ponto referencial com o livro *La méditerranée et le monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II* (O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II), de 1949. Este livro marcou os estudos históricos no que diz respeito à ‘longa duração’, como perspectiva de apreensão histórica, e a ‘história total’, como dimensão de abrangência do conhecimento histórico que nos interessa mais de perto nesta pesquisa. Agora o espaço, a região, passa a ser compreendido por aquilo que ele tem de histórico, pelos sedimentos que os ‘tempos sociais’ depositaram, algo que “para a história positivista não era um problema histórico” (REIS, 2000, p. 62).

Não arriscaríamos dizer que Almeida empreendeu uma ‘história total’ da Paraíba inspirado pela historiografia francesa, mas por suas leituras de José Honório Rodrigues, apropriadas de modo particular, respondeu aos seus interesses no momento da escrita, quando buscou elaborar não *uma* história da Paraíba, mas *a* história deste Estado. Rodrigues teceu algumas críticas sobre a divisão do conhecimento histórico em unidades, defendendo um conhecimento que pudesse compreender toda a complexidade das transformações e experiências humanas, pois para ele

A devoção exclusiva a recriação da vida econômica, artística ou política significa a mutilação da unidade do sucesso histórico, conjunto complexo de fatos de estrutura e de fenômenos ideais. [...] Assim, a eleição de um aspecto da atividade humana, como objeto da história, representa não só uma relativa quebra da continuidade, como uma ruptura da unidade complexa da vida. A especialização não é um erro, mas expõe o historiador a vários perigos (RODRIGUES, 1978, p. 145).

Daí o porquê de Almeida achar que a história é “um escalonamento de etapas” que confluem para uma “visão geral” do passado (ALMEIDA, 1966, p. XII). Então, nenhum aspecto revelador dessa totalidade pode ser esquecido. Um dos primeiros elementos deste ‘todo’ paraibano estava relacionado ao território, ao espaço geográfico e jurisdicional do Estado, que sofreu perdas desde a sua conquista, todas injustas por sinal; mutilações que proporcionaram aos olhos de muitos pesquisadores, o não reconhecimento de um passado muito mais importante do que se pensa sobre ele (ALMEIDA, 1966, p.9).

Localizar, delimitar e descrever. Foram as três primeiras atitudes de Almeida em seu livro de 1966. Não que não fosse necessário, mas o que nos chama a atenção é a forma

utilizada de dizer-se diferente dos outros espaços. Como por exemplo, em ser o ponto mais oriental da costa brasileira, e não como “acreditaram muitos historiógrafos” que seria em Pernambuco, pois “está provado” em documentação digna de crédito que está situado na Paraíba. Contudo “esta posição não lhe dá relêvo histórico, mas é um privilégio geográfico que cumpre salientar” (ALMEIDA, 1966, p. 3).

E, por falar no litoral, na área conhecida como zona da mata, onde surgiram os primeiros núcleos populacionais do país, no que diz respeito à Paraíba, “é o centro econômico por excelência do Estado”. A região onde se concentra a maior parte da produção e da riqueza e também “onde mais se condensa a história porque ali começou o povoamento do solo”, pelo menos até o ano de 1680 quando se inicia a expansão do território para o interior. Portanto não incide em erro, para Almeida, que a história da Paraíba, durante um bom tempo, venha a ser muito mais a história de sua capital e seus entornos (ALMEIDA, 1966, p. 3-4).

Descrevendo o clima, a vegetação, rios e acidentes geográficos, a Paraíba emerge como um espaço diverso, entrecortado de condições naturais que regulam e determinam a vida de seus habitantes. Desde os momentos iniciais de sua ocupação no litoral – passando pelas “ilhas de umidade”, como apresenta o ‘Brejo’, a lugares de “natureza agressiva”, como expõe o ‘Curimataú’⁴³ – o homem paraibano soube aproveitar e sobreviver, de acordo com aquilo que a natureza poderia proporcionar (ALMEIDA, 1966, p. 4-5).

Outro ponto de atenção na sua narrativa está relacionado às dimensões do Estado, que por acontecimentos não tão bem explicados e, de certo modo, injustos, fizeram com que a Paraíba diminuísse expressivamente a sua extensão:

A Paraíba é uma nesga de terra, com a configuração mal delineada de um violão, tal a cintura que tem no centro, por onde passa o eixo maior, que vai de leste a oeste. *Apertam-na nesse ponto de estrangulamento* os dois Estados vizinhos, de um lado o Rio Grande do Norte, do outro Pernambuco.

⁴³ As diversidades naturais – como vegetação, relevo e clima – e econômicas do território paraibano bem como a influência de algumas cidades que, a partir de seus centros urbanos polarizaram as trocas comerciais, os equipamentos públicos e de serviços, proporcionaram diversas classificações e divisões regionais para a Paraíba. Como por exemplo, *Regiões Fisiográficas*, em 1945; *Regiões Geográficas*, de 1965 que compreendem o Litoral, Depressão – que abrange os vales dos principais rios que desaguam na costa, como o Camaratuba, Mamanguape e o rio Paraíba – além das regiões da Borborema, Baixo e Alto Sertão; as *Microrregiões Homogêneas*, em 1968 e, mais recentemente, as *Meso e Microrregiões*, de 1987 e 1991 respectivamente. O Brejo e o Curimataú paraibano, espaços fronteiriços, de acordo com esta última regionalização, vêm a ser microrregiões da mesorregião Agreste da Paraíba. Vale ressaltar que o Curimataú divide-se em Oriental e Ocidental. Outro aspecto diz respeito a compreensão cotidiana que ainda identifica alguns municípios à essas duas microrregiões em destaque no texto, mesmo sem fazer parte delas de acordo com a mais recente classificação. Estas “divisões foram caracterizadas com base na configuração espacial e o processo de povoamento do Estado, que ocasionaram a existência de paisagens distintas, e diferentes formas de uso do solo, desde o Litoral até o Sertão no extremo oeste”, in: RODRIGUES, Janete Lins (coord.). *Atlas escolar da Paraíba: espaço geo-histórico e cultural*. 3. ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

Nos tempos passados não era esta a figura geométrica de suas linhas. [...] Infere-se dessa linha divisória que toda a Ribeira do Seridó já pertenceu à Paraíba [...].

Esse desmembramento do território da Paraíba *não sómente feriu interesses econômicos, como fez derivar por limites convencionais, ainda hoje incertos e confusos*, o que antes corria por acidentes geográficos, definidos em limites naturais. Tamanha *mutilação*, escreve Irineu Joffily, foi conseguida pela influência de um só homem do Rio Grande do Norte contra a *nulidade de muitos da Paraíba* (ALMEIDA, 1966, p. 6-7. Grifos nossos).

A ‘mutilação’ sofrida pelo Estado deixou sequelas muito incômodas no orgulho ferido dos intelectuais e políticos paraibanos, como o próprio Almeida, pois qualquer menção a estes fatos por outros pesquisadores foi contestada e não passou despercebida por ele. Almeida menciona Câmara Cascudo – sem referenciar o texto – quando o autor relata o problema em relação a demarcação territorial de 1611, que passou as terras do engenho Camaratuba para a Paraíba, e que, na verdade, segundo Cascudo, “seria do seu Estado pelos limites históricos da Capitania de Itamaracá” (ALMEIDA, 1966, p. 7). A rusga com o Rio Grande do Norte é retomada e toda uma justificativa é montada para ratificar esta divisão, pois,

Realmente a baliza norte de Itamaracá era a Baía da Traição, segundo o foral de doação concedido a Pero Lopes de Sousa, em 6 de outubro de 1534. Mas Baía da Traição significava apenas um ponto de referência na costa, por ser o único conhecido naquelas paragens, e não podia servir de limite porque não possuía uma fronteira natural rio ou serra, que demandasse o interior. [...] Essa demarcação foi ordenada por El-Rei em carta ao Governador Gaspar de Sousa, datada de 31 de agosto de 1612 [...]. Nenhum prejuízo resultou para o Rio Grande do Norte a perda de Camaratuba [...] (ALMEIDA, 1966, p. 7-8).

Macêdo (2005) nos esclarece mais pontualmente alguns dos litígios territoriais entre os dois Estados, a partir da análise da historiografia norte rio-grandense sobre os desdobramentos do período. Fazendo a ‘arqueologia’ das construções simbólicas e discursivas da região chamada Seridó, do Rio Grande do Norte, a cartografia deste espaço distinto, na sua visão, emerge dentro da dinâmica expansiva da colonização do interior do território colonial português. Neste empreendimento, Estado e Igreja atuavam tanto em conjunto como por interesses muito próprios a cada um, embora que, naquele momento da história, oficialmente não fossem duas instituições tão distintas:

A integração de Estado e Igreja, típica do absolutismo e que tinha em Portugal, sua expressão no Padrão, fazia do rei o Grão-Mestre da Ordem de Cristo, cabendo-lhe a nomeação de todo o clero secular: capelães, vigários e bispos. [buscando assim] A unidade de consciência e de ação política [...] (WEHLING, 1994, p. 81-82).

Este poder investido à Coroa portuguesa pela Igreja Católica proporcionou à administração local a garantia de uma ação satisfatória do domínio metropolitano em variados aspectos, como por exemplo, o da distribuição e organização do espaço:

A subordinação da Igreja ao Estado refletir-se-ia, também, no ordenamento do espaço. A administração colonial se utilizou tanto da terminologia jurídica quanto de uma delimitação territorial criada pela Igreja. A freguesia era esta herança de recorte territorial com inspiração eclesiástica. Como principal e maior unidade administrativa da colônia, a capitania dividia-se primeiramente em comarcas, estas em termos e por fim os termos em freguesias (MACÊDO, 2005, p. 65).

E, por falar em freguesias, no século XVIII, mais precisamente em 15 de abril de 1748, foi criada a freguesia da Senhora Santa Ana do Seridó, por desmembramento da freguesia do Piancó na Paraíba, pelo Bispo de Olinda, Dom Frei Luís de Santa Teresa, que jurisdicionava religiosamente as duas capitâncias. Este fato, somado “a elevação do Arraial do Queiquó à Povoação do Caicó” em 1735, seria um dos fatores desta contenda com a Paraíba (MACÊDO, 2005, p. 66 e 75), que tomou maiores proporções do que a do engenho Camaratuba:

O pomo da discórdia estava na questão dos limites do território seridoense, reivindicado por ambas as províncias. A constituição geográfica do Seridó tinha sido partejada com uma fatia do norte paraibano e com outra do sul da Capitania do Rio Grande. O processo de encampamento da parte potiguar pelos mecanismos da administração colonial tinha dado a este território uma feição dúbia, pois estava assentado parte sob o domínio potiguar, no caso da vila, e parte adentrando-se na Paraíba, no caso da freguesia, que desmembrara-se da freguesia do Piancó [...] (MACÊDO, 2005, p. 75).

Todavia, esta contenda poria em discussão aspectos não revelados por Almeida, e que Macêdo nos rememora através de Medeiros (1954)⁴⁴, um dos primeiros a historicizar aquela região. Além da criação da citada freguesia, que foi resultado do crescimento econômico daquele espaço, diversos fatores ocasionavam desconforto para ambas as

⁴⁴ Referenciamos aqui MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

províncias, como o maior contato do sertão norte rio-grandense com outras regiões de influência que não a sua própria capitania, ou seja, “o interior não tinha sua economia integralmente articulada ao restante da província” (MACÊDO, 2005, p. 77). A Paraíba e Pernambuco exerciam uma atração e interação econômicas muito maiores, contudo os representantes políticos locais estavam adquirindo influência e poder dentro do jogo político potiguar. Mas o imbróglio maior ocorreu “quando da formação das Juntas Constitucionais das capitâncias, por ordem das Cortes de Lisboa em 1821” (MACÊDO, 2005, p. 77) e seguiu durante as posteriores conformações políticas do Rio Grande, nas quais sempre esteve inserido um representante político do Seridó.

Não poderíamos deixar de mencionar a questão, de que até o ano de 1818 a ainda capitania do Rio Grande do Norte “esteve subordinada juridicamente à Paraíba” (MACÊDO, 2005, p. 77) fazendo com que os paraibanos, mesmo depois da autonomia política da região, continuassem “[...] a considerar da sua Capitania certos trechos do território do Seridó. Alguns iam além e achavam mesmo que todo o Seridó deveria pertencer à Paraíba” (MEDEIROS, *apud* MACÊDO, 2005, p. 78).

Em 1778 a questionada freguesia ascendeu à vila, sendo denominada de Vila Nova do Príncipe. Anos depois o Padre Francisco de Brito Guerra, deputado geral potiguar, apresenta projeto no Senado para a “demarcação do território da vila” que é sancionado em decreto de 25 de outubro de 1831, mas “em 1834, a Assembléia Provincial paraibana, em conjunto com a Câmara da Vila de Patos, representavam à Câmara Nacional, solicitando a revogação do decreto de 1831” (MACÊDO, 2005, p. 78). Toda uma estratégia foi montada pelos políticos locais para que isto não ocorresse, com a representação potiguar contra argumentando a paraibana, acompanhada de abaixo-assinados das principais vilas do Seridó ratificando o desejo de pertencerem ao Rio Grande do Norte.

O homem citado por Almeida, de acordo com Irineu Joffily, provavelmente deve ter sido o deputado do Rio Grande Padre Brito Guerra, que demonstrou em plenário a total falta de fundamento da argumentação paraibana que mencionava um suposto entrave ao desenvolvimento do comércio local, revelando até o valor da arrecadação das vilas do Seridó potiguar. Sendo assim, “contra a nulidade de muitos da Paraíba” (ALMEIDA, 1966, p. 7) o decreto não foi revogado. Mesmo revivendo os eventos, Almeida encerra o assunto de uma forma diplomática, sem deixar é claro de semear e contribuir para a permanência da dúvida:

Muita tinta já foi gasta nessa questão de limites entre Paraíba e Rio Grande do Norte, como se pode ver da coleção quase integral da *Ver. Do Inst. Hist. e*

Geog. Paraibano. Passando por sobre tão delicado assunto não nos move o pensamento reabrir uma ferida que ainda sangra. Longe disso, o que há em vista é tão somente restabelecer a verdade de alguns aspectos da história. Paraíba e Rio Grande do Norte constituem dois povos irmãos, ligados desde o começo por afinidades espirituais e vínculos de família, não podendo jamais esquecer a sua origem comum (ALMEIDA, 1966, p. 8).

Mas antes dessa ‘batalha’ de limites geográficos, outras lutas territoriais foram travadas, principalmente no que diz respeito à conquista da Paraíba. De acordo com a documentação citada por Almeida, é reconhecido que a partir de uma ‘hecatombe’ – que foi a morte de todos os trabalhadores e moradores do engenho de Diogo Dias pelos potiguaras às margens do rio Tracunhaém, na Capitania de Itamaracá, e do medo espalhado até a Capitania vizinha de Pernambuco – era preciso que o território ao norte fosse tomado pelos colonizadores. O “clássico” evento provocado pelo sequestro da filha do chefe potiguar Iniguassu, uma espécie de “Helena das selvas”, como o próprio Almeida a caracteriza, e o incitamento dos franceses, fez com que este povo se transformasse no grande empecilho do domínio português ao norte de Pernambuco (ALMEIDA, 1966, p. 45).

Recolhidos apenas aos limites da ilha, os habitantes de Itamaracá, tomados pelo medo diante da violência do ‘gentio soberbo’ e de uma iminente ameaça à ordem da capitania de Pernambuco, o rei D. Sebastião, em 1574 – mesmo ano da ‘carnificina’ em Tracunhaém – determinou que “fosse fundada à custa do governo a Capitania da Paraíba” (ALMEIDA, 1966, p. 48). As ordens principais dadas ao governador geral Luiz de Brito eram ocupar o rio Paraíba e fundar uma cidade. Reconhece o autor que, “por dois motivos impunha-se a medida. Vencer o obstáculo que impedia a marcha da conquista para o norte e eliminar pelas armas o estabelecimento de um comércio fraudulento [...]” (ALMEIDA, 1966, p. 48). Os obstáculos eram dois respectivamente: os potiguaras e os contrabandistas franceses – vistos assim aos olhos dos portugueses.

Mais recentemente, a historiadora Gonçalves (2007) trouxe um banho de ceticismo, questionamentos e de vigor historiográfico a esta pretensa construção histórica herdeira do IHGP. Para a autora, o interesse de ocupação e a efetiva criação da Real Capitania da Paraíba, a partir da observação das fontes disponíveis, não podem ser creditados ao ano de 1574, data que remete ao conhecido evento da “tragédia do Tracunhaém”. Em 1570 já havia uma determinação do rei D. Sebastião para a ocupação do rio Paraíba, sendo reiterada em 1579 pelo Cardeal D. Henrique (GONÇALVES, 2007, p. 35). Estes pontos são revistos pela historiadora que deixa bem clara a impossibilidade de algumas das afirmações mais corriqueiras:

A tradição historiográfica paraibana, influenciada por frei Vicente do Salvador, apresenta o ano de 1574, data em que ocorreu o episódio conhecido como “massacre de Tracunhaém”, [...] como aquele em que teve o início a chamada guerra dos Potiguara. No entanto, se recorrermos à principal fonte de informações da época, o *Sumário das armadas*, cuja redação provavelmente data do final da década de 1580 ou início dos anos 1590 [...] perceberemos que a referência aos conflitos entre os Potiguara e os portugueses remontava há pelo menos dez anos antes de Tracunhaém [...] (GONÇALVES, 2007, p. 63).

Além do mais, outras versões foram esquecidas por Almeida, pois em 1912 Maximiano Machado, em *História da Província da Paraíba*, apresenta o evento do massacre de Tracunhaém, como mais um capítulo das lutas empreendidas entre potiguaras e colonizadores diante do avanço gradual dos portugueses sobre o território ocupado pelos indígenas. Até o sequestro da filha de Iniguassu nem sequer é mencionado por Machado, casando em muitos aspectos, como ressalta a autora citada, com o *Sumário das armadas* (GONÇALVES, 2007, p. 68-69), documento indispensável para se compreender o período. Sem autoria comprovada, Almeida chegou à conclusão de que seria de Jerônimo Machado, que junto com Simão Travassos, foram os dois jesuítas que acompanharam a quarta expedição de conquista da Paraíba (ALMEIDA, 1966, p. 74-76) ⁴⁵.

A presença dos franceses de fato incomodava o projeto de colonização portuguesa que, no entanto, tornou-se prioridade com o declínio do comércio das especiarias. E por falar em franceses, diversas são as expressões depreciativas utilizadas por Almeida – repetindo acriticamente a documentação – ao mencioná-los, pois foram eles a combustão dos conflitos entre os “gentios” e os portugueses. Os franceses “inocularam o veneno da discórdia” (ALMEIDA, 1966, p. 41) nos potiguaras que, tendo a sua honra ofendida no episódio legendário do rapto da cunhã nas serras da Cupaoba, atacaram os colonos em Tracunhaém. Suas aproximações nas imediações do Paraíba se deram após a expulsão efetuada mais ao sul por Men de Sá. Em suas atividades de extração do pau-brasil, com o consentimento e apoio dos gentios, juntos “depauperava[m] a metrópole no comércio clandestino” (ALMEIDA, 1966, p. 41). A presença dos corsários e seus contatos com os indígenas foram tão insalubres e prejudiciais à colônia que, segundo Almeida, a influência dos franceses trouxe-lhes um

⁴⁵ Entre as páginas 74 e 76 da produção de 1966 Almeida dispõe uma discussão sobre quem seria o autor do *Sumário*, elencando os historiadores que o citaram bem como a quem atribuíam a autoria, mas a partir da página 80, Jerônimo Machado desponta indiscutivelmente como o escritor do *Sumário das armadas que fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Paraíba, escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Cristóvão de Golvêa, visitador da Companhia de Jesus de toda a província do Brasil*.

ambiente de ‘devassidão’, deixando “um tanto depravada a inocência dos índios” (ALMEIDA, 1966, p. 43).

A vinda deles era tão constante no litoral da futura capitania que este ficou conhecido como o “porto dos franceses”⁴⁶, tanto que na Baía da Traição existia uma oficina para a recuperação das embarcações, e às margens do rio Paraíba, em área próxima da instalação da vindoura capital havia um estaleiro. Tudo obra e fruto da frequência dos franceses na região que extraiam o pau-brasil, pois segundo relatos da época, eram uns dos de melhor qualidade do litoral da colônia⁴⁷. E, mesmo com a instituição do Governo Geral, a prioridade da coroa portuguesa era consolidar a ocupação e o desenvolvimento da capitania de Pernambuco, por ser até então a área de maior lucratividade para a metrópole. Tanto que conquistar o rio Paraíba emergiu em primeiro plano quando Portugal se sentiu ameaçado em seu projeto de expansão pelo empenho da coroa francesa à exploração da madeira – que antes era diligência apenas de particulares – como também a reação violenta dos potiguaras pelo apresamento e escravidão de seu povo por habitantes de Itamaracá, que ameaçavam a segurança desta porção norte do território. Por conseguinte, era indispensável afastá-los o quanto possível dessas terras para que também a fronteira da produção e exploração pudesse se expandir (GONÇALVES, 2007, p. 38-62).

Foram necessários onze anos e quatro expedições para que a conquista desde território se efetivasse. Espaço da guerra, de lutas quase infinidas que perduraram após a posse efetiva, visto que “muito sangue e sacrifício custaria a dominação da terra rebelde, que durante onze anos resistiu inexpugnável ao conquistador e por mais quatorze anos foi teatro de sanguinolentas lutas” (ALMEIDA, 1966, p. 52).

A conquista da Paraíba não pode ser negada como uma necessidade estratégica de defesa para as capitâncias de Pernambuco e Itamaracá, no intuito “de garantir a segurança necessária para o desenvolvimento da colonização daquelas áreas” (GONÇALVES, 2007, p. 64). Que se coaduna com outros interesses mais imediatos e já mencionados, como a expulsão dos franceses e o controle interno através da destruição de um obstáculo mais incômodo, que foi a virada de posição dos potiguaras diante dos portugueses – pois décadas antes eram aliados quando da destruição dos Kaetés, indígenas que viviam em Pernambuco – e da tentativa de escravização dos mesmos:

⁴⁶ Por exemplo, no mapa *Imagen Nova e Precisa do Brasil Inteiro*, composto pelo cartógrafo holandês Johann Bleav I. F. (ou Joan Bleau), em 1680 encontramos a denominação de “Porto dos Francezes” para um dos pontos da costa da Capitania da Paraíba. Conferir detalhe do mapa na página 86.

⁴⁷ Segundo o *Sumário das Armadas*, in Almeida (1966, p. 42).

O cronista Gabriel Soares de Sousa, cujo relato coincidiu com a conquista da Paraíba, acrescentou mais um motivo. A área conquistada deveria transformar-se em posto avançado que protegesse a lavoura de Itamaracá e Pernambuco, “que não lavram por termos dos potiguaras”. Deve-se registrar, no entanto, que a agressividade destes índios decorreu do fato de que os colonos das duas capitâncias tentaram escravizá-los, conforme noticiou outro contemporâneo, o padre Travassos, denunciando o “mau tratamento e respostas que a seus serviços [dos índios] davam... sem temor de Deus nem medo do castigo” (WEHLING, 1994, p. 77).

Na busca de dar um protagonismo ao evento da conquista da futura Capitania Real da Paraíba, Almeida vê em Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, um “espírito nacionalista”, o homem que iniciaria ali os alicerces da futura pátria. Contudo, não se pode fazer menção, diante da documentação existente sobre o período, de qualquer empenho direto do donatário no evento, embora o domínio dos indígenas que ameaçavam a Capitania de Itamaracá fosse favorável a uma zona de segurança para o desenvolvimento de sua capitania:

Neste particular, cumpre reconhecer, a ação dos pernambucanos foi mais eficaz que a do governo geral. Não sómente deram assistência a Itamaracá, como investiram sobre a Paraíba, na fase da conquista e, depois conquistada, formaram o seu primeiro núcleo colonial. Injustiça será dizer que Pernambuco assim procedia por conveniência própria, a fim de resguardar do perigo as suas costas. Fatos posteriores desacreditam semelhante argumento, que talvez encontre melhor explicação no espírito nacionalista que já brotava na pátria nova fundada por Duarte Coelho (ALMEIDA, 1966, p. 49).

Essa diligência ‘desinteressada’ dos pernambucanos sobre a ocupação do rio Paraíba e seu entorno foi estimulada pela incapacidade da coroa portuguesa de povoar o território, pois “os erros acumulados e a inércia do governo retardaram longamente a conquista da Paraíba” (ALMEIDA, 1966, p. 41). Portanto, diante da inoperância da corte e dos seus encarregados nesta empresa, foi de Pernambuco, onde se iniciou a colonização do Brasil⁴⁸,

⁴⁸ Almeida é contra o posicionamento de que os portugueses ‘abandonaram o Brasil’ nas três primeiras décadas após o descobrimento pelo fato de terem ocorrido diversas expedições de reconhecimento e de proteção ao avanço de outros navegadores, que não portugueses, ao seu contato com a costa, como também a criação de algumas feitorias e a exploração do pau-brasil. Mas a solução inicial veio com a criação do “sistema donatarial”, visto por ele como um regime “neofeudal”, pela forma da distribuição de terras. Interpretação equivocada, pois a relação estabelecida entre rei e donatário era completamente diferente das relações assentadas no regime feudal: “Parece fora de dúvida que não eram feudais, apesar da semelhança de alguns traços com as instituições senhoriais. Com o Estado absolutista em vias de consolidação, inclusive do ponto de vista legislativo, as capitâncias devem ser encaradas como concessões do poder público a particulares, nas quais parte significativa das atribuições governamentais eram delegadas aos donatários. A delegação de poderes, entretanto, não alienava a soberania do rei e não o transformava em suserano. A relação entre rei e donatário era de soberano e súdito e não de suserano e vassalo, como no feudalismo” (WEHLING, 1994, p. 67), sem contar que a postura dos donatários diante da Coroa impunha-lhes o papel de “agentes políticos e administrativos”, bem como judiciários, a fim de garantir os interesses portugueses perante a colônia (WEHLING, idem). Porém, acrescenta Almeida,

que partiu o empreendimento da conquista. Da mesma forma Pernambuco é o ponto agregador, unidade argumentativa e representativa de uma região, com uma relação dúbia de convivência histórica, ora sendo favorável a sua vizinhança, visto que “Para a conquista da Paraíba, Pernambuco emprestou ao reino o braço forte, que a êste faltava” (ALMEIDA, 1966, p. 52) ⁴⁹, noutros o obstáculo da autonomia paraibana,

Por ter sido Pernambuco o berço da colonização brasileira e pela posição de relêvo que ocupou nos primeiros séculos, sua ação se estendeu para o norte, repercutiu longe, mas para exaltar tantas glórias não é mister amesquinhar as províncias vizinhas com tratamento desdenhoso (ALMEIDA, 1966, p. 51).

Essa necessidade de prolongar ao máximo o passado paraibano foi o exercício mais contundente de Almeida em seu livro. A Paraíba é um ente atemporal; a conquista foi uma mera consequência de algo que já estava determinado a acontecer. Todas as expressões utilizadas referentes às primeiras décadas da colonização portuguesa na América e à posterior criação da Capitania da Paraíba ⁵⁰, não se referem a um espaço que veio a se constituir como tal, mas sim um lugar que sempre existiu e ao qual bastava apenas o domínio da civilização sobre a violência dos ‘bárbaros’ e o abuso dos contrabandistas franceses. Talvez a menção de um lugar nomeado, antes mesmo de ser estabelecido – o fato da criação da Capitania Real anterior ao momento de sua conquista efetiva – deu essa possibilidade discursiva para Almeida e outros autores que o antecederam. A partir de uma leitura mais atenta de testemunhos contemporâneos à conquista, Gonçalves (2007) nos esclarece que

muitos obstáculos impediram que boa parte dos portugueses que se arriscaram nesta empreitada tivessem sucesso, fazendo-os fracassar apesar de imensos sacrifícios. O único lugar no qual todo o esforço foi recompensado veio ser a Capitania de Pernambuco, o ‘berço da civilização brasileira’: “Vingou a Capitania de Pernambuco, donde se pode dizer que a civilização do Brasil começou por êsse pedaço de Nordeste” (ALMEIDA, 1966, p. 36).

⁴⁹ Vê-se aqui e em outros momentos do texto, uma nítida influência à compreensão histórica de Almeida, o modo como em Pernambuco foi construído o imaginário referente ao passado daquele Estado. Conf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

⁵⁰ Entre as páginas 37 e 41 da composição de 1966, ao relatar sobre o insucesso da Capitania de Itamaracá, Almeida nos traz um relato breve da administração do preposto João Gonçalves, o segundo encarregado de gerir os negócios da Capitania que “[...] por suas qualidades pessoais, sobretudo pela confiança que nêle tinham os índios” (ALMEIDA, 1966, p. 37-38) conseguiu desenvolver o primeiro núcleo de povoamento de Itamaracá, a vila da Conceição. Acontecimento facilitado também por uma “grande seca na Paraíba” em 1545 (ALMEIDA, 1966, p. 38); segue a narrativa referindo-se ao “cêrco de Igarassu” em 1548, no qual os “potiguaras da Paraíba” ameaçaram a vila de um ataque num cerco que terminou com os primeiros disparos dos moradores da vila que fez com que os indígenas levantassem “[...] o cârco com a retirada dos sitiados para a Paraíba” (ALMEIDA, 1966, p. 40). Estes termos grifados não são apenas **prepositivos**, muito menos demonstram que esses índios eram da região, ou do território do rio Paraíba. O autor quer com isto construir um passado do qual todo o Estado da Paraíba, no presente momento de sua escrita, sinta-se herdeiro, desta unidade ‘Paraíba’, de um todo indivisível e identificável desde os seus primórdios, desde a sua origem.

[...] depois de efetivada a conquista da Paraíba, em 1585, a Coroa despojou os donatários de Itamaracá das 23 léguas de sua Capitania que ainda não haviam sido exploradas. Procedimento, aliás, que já era previsto no Regimento do Primeiro Governo Geral, de 1548.

A tradição historiográfica paraibana, no entanto, usualmente data a criação da Capitania Real da Paraíba de onze anos antes, 1574. Para tanto toma como referência o “massacre de Tracunhaém”, após o qual o rei D. Sebastião teria retomado aquelas terras aos herdeiros de Itamaracá. No entanto, até o momento, não foi localizada qualquer fonte primária que confirme essa hipótese, embora ela seja repetida exaustivamente por grande parte dos autores que se ocupam da história da Paraíba [...] (GONÇALVES, 2007, p. 67).

Mas esta odisseia diacrônica empreendida por Almeida pretendia distanciar ainda mais o passado da história da Paraíba, que passou a existir bem antes da sua conquista em 1585, já figurando enquanto espaço existente na visão, relatos e representações cartográficas das primeiras viagens portuguesas à costa da futura colônia. É uma fala que busca evidências materiais para a sua sustentação discursiva, ao mesmo tempo uma voz que reclama com veemência não apenas por um passado não dito, ainda não revelado, mas por um passado que precisa ser reconhecido enquanto verdade, um passado reivindicado, que é deste lugar por direito, sendo ele o porta voz desta petição:

A história da Paraíba, tem sido contada a partir de 1585, data da sua fundação, mas vem de mais longe, de época contemporânea da primeira expedição mandada ao Brasil para reconhecimento de suas costas, do malôgro de Itamaracá e dos conflitos provocados por piratas franceses.

O pouco que se sabe dêsse período obscuro, que cobre quase 85 anos, alguns historiadores, inadvertidamente, desviaram para outras terras, sem que houvesse da parte da Paraíba qualquer esboço de protesto. Cumprre seja agora revisto, porque a Paraíba tem reivindicações a fazer nesse período anterior à conquista, pois já pulsava como terra insubmissa, fornecendo material para a história (ALMEIDA, 1966, p. 8. Grifos nossos).

O argumento cênico de ‘terra insubmissa’ é positivo apenas neste aspecto de ressaltar a longevidade histórica da Paraíba, mas não agrada muito quando o insubmisso, o gentio, prejudicava a expansão da civilização portuguesa em ‘terras hostis’. Esta ação reivindicatória também tramita em outras esferas, revelando-se, como indício de uma *disputa do passado* entre os espaços de produção e recepção do conhecimento histórico. Como se vê na crítica

lançada a Tomaz Pompeu Sobrinho, historiador cearense que “[...] escreveu [...] sobre a proto-história do Ceará, editada em 1946 pelo Instituto⁵¹ daquele Estado” (ALMEIDA, 1966, p. 9).

A história escrita por Pompeu Sobrinho tem “A preocupação que não o larga de arrecadar para o Ceará fatos que evidentemente ocorreram noutras partes” atitude que “enfraquece a posição de *imparcialidade* que deve ter uma obra histórica” (ALMEIDA, 1966, p. 9. Grifos nossos). Sobrinho apropriou-se de um passado que não pertence àquele espaço, pois o local onde aportaram os portugueses na costa brasileira, quando da primeira viagem de reconhecimento das terras da futura colônia foi o solo paraibano e não como o citado historiador quis, o Ceará. É improcedente tal afirmativa, logo “Um exame mais sério da questão leva a crer, com *fundamentos irrecusáveis*, que o lugar onde fundeou a armada em 1501, ao chegar a Vera Cruz, foi a Baía da Traição, na Paraíba” (ALMEIDA, 1966, p. 11-12. Grifos nossos).

Por todos os argumentos que vimos elencando até agora é que de uma coisa a obra de Almeida não pode receber o mérito: o da imparcialidade. Se é que esse mérito existe ou venha ser possível para qualquer historiador desde o momento em que surgiu este exercício de escrita e de raciocínio. Houve alguém mais parcial do que o próprio ‘pai’ da história, Heródoto, ao descrever os feitos dos gregos perante aqueles que chamavam de bárbaros?⁵²

A primeira expedição de reconhecimento da costa da nova colônia portuguesa foi executada em 1501 e ainda provoca muita discordância, principalmente no que diz respeito ao comandante de tal empreendimento. Sérgio Buarque do Holanda, em 1961⁵³ demonstrou que a notícia do achamento de novas terras em meio à rota das especiarias não repercutiu de forma espantosa inicialmente na Corte. Tanto que providências para uma verificação do espaço foram tomadas após um ano da passagem da esquadra cabralina. Outra questão que também causa controvérsias diz respeito até a própria vinda ou não desta expedição ao litoral brasileiro:

⁵¹ Fundado em 1887, o Instituto do Ceará não é a única instituição voltada para a construção da identidade histórica daquele Estado. O ICC (Instituto Cultural do Cariri) fundado em 1953, na cidade do Crato, tem como um dos seus principais objetivos fabricar uma memória e uma história específicas para a região do Cariri cearense. Estes dois espaços, ao mesmo tempo em que edificam uma história, sem perder de vista a perspectiva da unidade ‘Ceará’, se distanciam na afirmação de suas especificidades, não deixando de transparecer em suas atitudes um anseio de autonomia da região – falamos em específico aqui do ICC – em relação à esfera de poder do Ceará que se concentra mais ao norte do Estado tendo a capital como centro. Há uma breve passagem sobre esta instituição no trabalho de ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. *Quando o “anjo do exterminio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*. João Pessoa: Mestrado em História, UFPB, 2010, p. 74-76.

⁵² Ver HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

⁵³ Ano da primeira edição da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*.

A [expedição] de João de Nava, que saiu em março de 1501, dirigia-se na realidade à Índia e, se tocou algum ponto da costa brasileira, foi de passagem. Só na primeira quinzena de maio é que deveria partir uma armada à terra de Vera Cruz. As versões que atribuíam ao seu comando ora a D. Nuno Manuel, ora a André Gonçalves, acham-se hoje abandonadas. Por outro lado, o nome de Fernão de Loronha, ou Noronha, apontado mais recentemente, não se apóia, por ora, em documentação incisiva ou controversa (HOLANDA, 2008, p. 103).

Esta viagem, de acordo com Varnhagen e muitos outros que o seguiram, foi o momento no qual os principais marcos naturais da costa foram nomeados, compreendendo o “Cabo de Santo Agostinho ou de São Roque até São Vicente” (HOLANDA, 2008, p. 103). Pela escassez de documentos, ou segundo Almeida, por conta “da inexistência de qualquer documentação, nos arquivos portuguêses, referente à armada de 1501” (ALMEIDA, 1966, p. 10) existe este imbróglio sobre a expedição fazendo com que, desde o período colonial, os cronistas e historiadores – uns prudentes, outros confusos – não arrisquem em afirmar os seus protagonistas.

Nutrida de incertezas quanto à sua passagem pelas costas brasileiras, esta viagem, para Almeida, não pode ser pensada como “uma viagem clandestina”. O fato de não ser mencionada por outros cronistas que não Américo Vespúcio – que estava entre os componentes da armada e descreveu a viagem em duas cartas, conhecidas por *Mundus Novus*, de 1502 e *Lettera*, composta em 1504 – se deu pela “política de segredo” existente em Portugal, no intuito de manter em sigilo os avanços sobre o Atlântico a fim de impedir o interesse de outros países na corrida dos descobrimentos (ALMEIDA, 1966, p. 10-11).

A Baía da Traição, localizada “a 6 graus de latitude sul”, emerge no texto de Almeida como um fator de prova da passagem da armada sobre o território paraibano. Inclusive o episódio no qual Vespúcio, na sua *Lettera*, descreve que um dos primeiros contatos do europeu com o indígena foi marcado por um ato de ‘traição’. Uma cena até então não vista por nenhum homem branco naquelas terras, quando, num acesso de fúria, alguns europeus foram mortos e devorados pelos gentios (ALMEIDA, 1966, p. 14-16). Eis o porquê de tal topônimo.

A discussão sobre o ponto do ancoradouro ainda trespassa o território do Rio Grande do Norte. A partir, dos cálculos de latitude descritos nas cartas de Vespúcio, Humboldt menciona as proximidades do Cabo São Roque como local exato de paragem da armada, bem como Mendes de Vasconcelos que apontou um pouco mais ao norte deste marco geográfico. Contudo, Cândido Mendes de Almeida considera que tenha sido “mais ao sul, nos limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte, ou na Baía da Traição ou na Baía Formosa”

(ALMEIDA, 1966, p. 13). Não resolvendo de forma alguma a confusão reinante sobre este aspecto Pompeu Sobrinho:

[...] o erudito escritor cearense constitui novidade histórica, sem qualquer efeito de interpretação, no sentido de resolver a velha questão. O autor, sustentando a tese de que o Ceará foi a primeira terra visitada pela expedição de 1501, supre a falta de documentos com raciocínio e conjecturas muito poucos convincentes (ALMEIDA, 1966, p. 14).

Diversas investidas são executadas por Almeida para provar, à base de documentação e de seu raciocínio lógico, de que não restam dúvidas que fora em Baía da Traição o local exato de ancoradouro da armada de 1501, utilizando, além da comparação dos pontos de latitude, a desqualificação de Vespuílio⁵⁴ e a suposição de que o relato de antropofagia feito por ele tenha se passado neste lugar. Ou então, como poderia ser possível que a Baía de Acejutibiró, tenha recebido o nome de Baía da Traição – assim mencionado por D João III desde 1534 – na demarcação do “limite norte da Capitania de Itamaracá”? (ALMEIDA, 1966, p. 24). Mas os seus argumentos sobre este caso no mundo dos historiadores parecem não ter sido de muita valia:

O consenso dos historiadores em localizar no Rio Grande do Norte o desembarque da armada de 1501, a primeira que veio ao Brasil em missão de reconhecimento, firma-se na declaração de Vespuílio, de que o ancoradouro estava a cinco graus de latitude sul. Neste ponto, o florentino merece todo crédito, embora os mesmos intérpretes se ponham em divergência na definição do lugar certo, uns puxando o ponto de desembarque para as proximidades da Paraíba, outros para as do Ceará, nenhum para a bôca do Potengi, onde fica o Forte dos Reis Magos, único lugar da costa que está mais ou menos na latitude de 5 graus. Caminha para cinco séculos êsse êrro de interpretação, que *subtrai da Paraíba o ancoradouro histórico*, que outro não é senão a Baía da Traição, como já ficou demonstrado, pôsto que situada a seis graus ao sul do equinocial. A confusão em que debatem os historiadores nasce de um dado errôneo fornecido pelo homem que a história já julgou, o aventureiro Américo Vespuílio, para quem Colombo descobriu um continente (ALMEIDA, 1966, p. 26-27. Grifos nossos).

⁵⁴ Conf. as páginas 24-26 de ALMEIDA, 1966.



MAPA-1 Mapa adaptado do original *Imagen Nova e Precisa do Brasil Inteiro*, composto pelo cartógrafo holandês Johann Bleav I. F. (ou Joan Bleau), em 1680. A seta mais acima aponta para a Baía da Traição na Capitania da Paraíba e a outra para o Cabo de São Roque na Capitania do Rio Grande do Norte. In: <http://www.wdl.org/pt/item/1116/?ql=por&s=brasil&view_type=gallery>. O original encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acesso em: 25 de abril de 2010.

Os mapas produzidos sobre a América no século XVI, de acordo com Almeida, não possuem uma precisão em suas demarcações geográficas, tanto que diversos pontos da costa do Brasil surgem em delimitações diferentes em cada um deles. Dentre os muitos que surgiram, três chamam a atenção dos historiadores, sendo um deles o planisfério de composição desconhecida, encomendado por “Alberto Cantino, agente do Duque de Ferrara na Corte de Lisboa”, de 1502; o de Canério, de 1505, e o de Martin Waldseemüller, de 1507, que nomeou pela primeira vez o continente de América (ALMEIDA, 1966, p. 27) bem como o de Kunstmann⁵⁵ III, segundo o autor, composto em 1511. Irineu Pinto incorreu em alguns erros diante destas antigas representações, quando indica que no planisfério de Cantino, a indicação do monte *São Vicente* vem ser a Paraíba, embora conforme Almeida “esse monte

⁵⁵ Friedrich Kunstmann, em 1859 publicou um atlas em Munique de mapas compostos entre 1502 e 1606, em conjunto com Karl von Spruner e George M. Thomas. A autoria do mapa é desconhecida e é designado como ‘Kunstmann III’ por ser o “Segundo mapa anônimo, reproduzido sob o número III, no atlas de Kunstmann [...]. O autor teria sido um cosmógrafo inativo, que se preocupou muito mais com o lado artístico do que com o geográfico. Seria português ou se informou em fontes portuguesas. O mapa que deve ter sido posterior ao de Canério, representa as descobertas dos portugueses na África e nas duas Américas, e não registra as descobertas espanholas. Nesta carta, o contorno do litoral brasileiro é bastante perfeito ao norte de Porto Seguro, mas para o sul torna-se confuso. Entretanto nas imediações de São Vicente ele registra o “rio de Sambicente” e depois a “ilha de Goanas”, que não encontramos no mapa de Kunstmann II”, in: PORCHAT, Edith. *Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação*. São Paulo: Iluminuras, 1993, p. 86.

não está marcado no mapa referido. Pela primeira vez, aparece no de Canério, executado em 1505" (ALMEIDA, 1966, p. 27).



MAPA - 2 Planisfério encomendado por Alberto Cantino, de 1505. Autoria anônima. Mais conhecido como "mapa de Cantino". In: <http://www.causamerita.com/enigmas_i.htm>. Acesso em: 25 de abril de 2010.

Outro engano do historiador paraibano diz respeito à nomeação do rio Paraíba de *São Domingos*, declarando que aparece "pela primeira vez no mapa de Kunstman, após a expedição de Solis" ⁵⁶. Para Almeida, trata-se de uma grave ilusão de Irineu Pinto, pois a viagem efetuada pelo navegador Solis deu-se no ano de 1515, sendo o mapa de Kunstmann III composto no ano de 1511 (ALMEIDA, 1966, p. 29). Contudo, em relação ao *Monte Sam Vicenso*, que aparece pela primeira vez no planisfério do cartógrafo genovês Nicolo Canerio, bem como no de Waldseemüller em 1507, "[...] a julgar pela sua latitude, outro não parece ser esse monte senão o Cabo Branco" (ALMEIDA, 1966, p. 27). Sendo assim, o território da Paraíba, figura desde o início da colonização portuguesa, nas representações e na visão dos primeiros navegadores e cartógrafos. Logo, para os que discordam dessa versão querendo atribuir este marco às Capitanias vizinhas do Rio Grande ou Pernambuco "Seria inadmissível que os navegantes passassem a fio de São Roque a Ponta de Pedras e não vissem de permeio o Cabo Branco, que avança[va] agressivo, balizando a navegação da época" (ALMEIDA, 1966, p. 29-30).

⁵⁶ Juan Díaz de Solís (1470-1516), navegador espanhol que, em 1516, chegou ao estuário do rio da Prata.



MAPA- 3 Detalhe do "mapa de Canério" – planisférico de 1505 ou 1506 atribuído a Nicolo Caveri (Nicolaus Cavério). Cartógrafo genovês, mencionado por Almeida como 'Canério'. Provavelmente composto em Portugal é a principal referência para a composição de Waldsseemüller – no qual destacamos a possível demarcação do *Monte Sam Vicenso*, que Almeida indica como sendo o Cabo Branco, na Paraíba. In: <<http://www.econ.ohio-state.edu/jhm/arch/vinland/vinland.htm>>. Acesso em: 25 de abril de 2010.

Além da primazia ou não da costa paraibana nos anos iniciais da história do Brasil, a expansão do território, através da chamada 'conquista do sertão', para Almeida veio a ser a "fase mais interessante da história" da Paraíba (ALMEIDA, 1978b, p. 22). Tanto por aquilo que já foi dito sobre este período quanto sobre o que ele, agora, pode revelar à luz de 'novos' documentos. Porque os que tentaram esclarecer este momento da história antes dele fizeram apenas "à base de conjecturas", pela dificuldade da existência ou acesso às fontes. "De fato, para a elucidação de uma quadra das mais dramáticas, cheia de *aventuras e lutas heroicas*, escasseiam informes. Alguns acontecimentos, entretanto, poderão ser restabelecidos para *perenidade da verdade histórica*" (ALMEIDA, 1978b, p. 22 Grifos nossos).

Embora Almeida, no segundo volume de sua história, tenha dito que o período mais 'interessante' da história da Paraíba diz respeito à entrada da colonização no território paraibano rumo ao oeste – pela quantidade maior de documentos disponíveis, através do "levantamento [...] dos requerimentos e concessões de sesmarias" (ALMEIDA, 1978b, p. 19) – o autor não faz jus, em termos de dedicação textual sobre o assunto. Pois enquanto o

primeiro volume comprehende os antecedentes da conquista do rio Paraíba e suas cercanias até as conquistas dos holandeses, o segundo parte da expulsão dos flamengos das capitâncias do norte às primeiras décadas do século XX com uma quantidade de páginas menor que as do primeiro volume.

Mais de uma década depois da saída dos holandeses, deu-se início o povoamento do interior do território paraibano. Executada de forma parcimoniosa, a ocupação do sertão não representou uma corrida desenfreada em busca de alguma riqueza. As paragens foram tomadas por criadores de gado, que rapidamente se estabeleceram construindo as suas vidas menos exaustivas que as da empresa açucareira. No início tudo se deu de forma pacífica, mas com a chegada do homem branco, a violência e o domínio se alastraram:

[...] Os campos paraibanos se mostravam favoráveis para a criação de gado e cada um já chegava com seus rebanhos. Depressa a vida ali se desenvolveu nas atividades da pecuária, menos exaustivas que a de fazer moer um engenho de açúcar.

Ao contrário do que se deu no litoral, a penetração para o interior da Paraíba ocorreu pacífica, sem luta com os naturais da terra. A luta veio depois, suscitada pelos brancos, que não modificaram jamais os seus métodos de colonização (ALMEIDA, 1978, p. 19).

O antigo engenho Itapuá e suas proximidades, às margens do rio Paraíba onde hoje é a cidade de Pilar, de acordo com Almeida era o ponto limite do avanço no território paraibano até o período do domínio holandês. Nos extremos dessa propriedade, “já no planalto da Borborema, uma outra sorte de terra foi requerida”. Oito foram os requerentes, que compunham “o tronco de uma família que deixou tradição na Paraíba como desbravadores do sertão”: os Oliveira Ledo. Mesmo que muitos deles nem sequer tenham colocado os pés por aqui, pois residiam todos na Bahia (ALMEIDA, 1978, p. 23).

Essa ausência de alguns sesmeiros do sertão paraibano em suas terras requeridas e a quem estava atribuído o poder de concessão dos lotes de terra, segundo Almeida, caracterizaram alguns dos problemas enfrentados nesta época. Antônio de Oliveira Ledo foi o primeiro homem a iniciar um curral no sertão e fundar um arraial, o do Boqueirão de Cabaceiras (ALMEIDA, 1978b, p. 23). Para Almeida, “A palavra *curral*, na linguagem da época, designava o núcleo de uma fazenda de gado, constante de casa e cercado de ramagens às margens de uma aguada. Com o tempo passou a designar a própria fazenda de criação” (ALMEIDA, 1978b, p. 22).

A sesmaria do arraial do Boqueirão de Cabaceiras foi requerida em 1665 ao governador-geral, sendo concedida pelo mesmo, o Conde de Óbidos, no referido ano.

Almeida diz que os requerentes já estavam sobre a posse da terra há mais de dois anos, “como se prova em documento acima de qualquer suspeição” (ALMEIDA, 1978b, p. 26). Muitos outros moradores da Bahia também requereram sesmarias no sertão paraibano, que passaram ao largo de intelectuais como Irineu Jóffily e João de Lira Tavares, pelo fato de ser sesmarias concedidas pelo governo-geral e não pelo governo da Capitania então correspondente (ALMEIDA, 1978b, p. 26-27; 30-31).

No mesmo ano da posse da sesmaria, os Oliveira Ledo enviaram queixas ao governador-geral, comunicando-o das dificuldades de empreenderem o povoamento e domínio da terra por virtude de diversos obstáculos impostos pelo governador da Capitania da Paraíba, o capitão-mor João do Rego Barros. Este recebeu comunicado de advertência do Conde de Óbidos para que permitisse e proporcionasse aos Oliveira Ledo a continuidade de tal empresa:

O motivo que teve o capitão-mor João do Rego Barros (1663-1667) para perturbar a posse dos sesmeiros de Boqueirão de Cabaceiras não ser outro senão o de autoridade afetada. A data de terra ficava no território de sua jurisdição e, no entanto, fora requerida e concedida na Bahia (ALMEIDA, 1978b, p. 26).

Das muitas sesmarias requeridas pelos Oliveira Ledo no território paraibano, chama a atenção de Almeida, sobretudo, uma de 1680, requerida por Constantino de Oliveira Ledo, que foi concedida “pelo capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo (1678-1684) [e] confirmada pelo governador geral do Brasil” (ALMEIDA, 1978b, p. 28). Apenas este mínimo detalhe, que o texto não deixa de evidenciar como uma suposição, Almeida sugere que vem a ser a primeira sesmaria no sertão requerida ao governador da Paraíba. Sendo assim faz com que ele declame sua crítica para os que disseram que a colonização do sertão passou ao largo do empenho do governo da Capitania:

Apesar de concedida na Paraíba, a notícia que temos dela procede da Bahia, em razão da confirmação do governador geral do Brasil. Não consta na relação publicada por João de Lira Tavares, *História Territorial da Paraíba*, nem da *Sinopsis*, de Irineu Jóffily. Trata-se ao que tudo indica, da primeira sesmaria requerida ao governador da Paraíba sobre terras do sertão paraibano.

Fica, desta forma, sem efeito a afirmação tantas vezes repetida pelos historiadores paraibanos de que os primeiros colonos estabelecidos nos sertões da Paraíba foram ignorados, por longos anos, do governo da Capitania, só revelados depois que Teodósio de Oliveira Ledo rompeu a barreira de separação entre leste e oeste, unindo as duas frentes clonizadoras, em 1697 (ALMEIDA, 1978b, p. 28).

Bem, o governador da Paraíba referido por Almeida recebeu, digamos, o requerimento da sesmaria, mas não foi quem de fato concedeu. Mas isto não importa para ele, pois desde o empecilho imposto por João do Rego Barros à posse de uma sesmaria em 1665, e o envio de uma entrada no sertão pelo capitão-mor Alexandre de Sousa e Azevedo em 1682, na qual teve a participação de Antônio de Oliveira Ledo – que por serviços prestados recebeu a patente de capitão das fronteiras de Piranhas e Piancó – o faz ter a certeza de que em 1697 “Teodósio não rompeu barreira nenhuma, porquanto esta jamais existiu na época da colonização do sertão paraibano” (ALMEIDA, 1978b, p. 28).

Esta certeza de um governo sempre presente nos desígnios da Paraíba no faz pensar no nosso outro ponto de discussão, de que trataremos a seguir.

3.2. Paraíba: um lugar que se faz por um povo que se governa

Desde os primeiros momentos após a conquista do Paraíba, Almeida busca construir um relato histórico linear, não só em relação ao tempo, mas também no que diz respeito aos feitos dos homens que construíram a Paraíba. É como se o ‘governo’ e o povo do Estado no presente tivesse, como herança, a ação dos primeiros colonizadores do território. Sendo consequência natural manter a continuidade dessas ações de coragem e probidade, no intuito de preservar e dar seguimento à grandiosidade – estabelecida muito mais no mundo dos fatos elaborados discursivamente – e importância da Paraíba dentro da história, muitas vezes esquecida, do Brasil.

Nessas circunstâncias o povo surge como o outro grande símbolo dessa representação, o ponto de encontro e de ressonância de uma identidade. É preciso que os paraibanos não apenas se reconheçam dentro desta construção, mas a encarando como uma verdade, única e indivisível, possam referendar os atos daqueles que o governam, como mencionamos no início do capítulo. Procuraremos compreender o exercício de Almeida em torno deste aparato, elencando os principais pontos que demonstram a nossa interpretação.

Inicialmente é preciso evidenciar que a Paraíba, e por certo o restante do país, foi um local para onde a civilização européia foi “transplantada”. Para Almeida, o processo de colonização foi empreendido no intuito de que o modelo da sociedade européia se dispersasse por estas paragens – terra “insubmissa” na qual dominava o gentio bárbaro, nos seus costumes e vida selvagem além de um território imenso e hostil. Para tanto, Portugal realizou um dos maiores sacrifícios executados por um povo na história:

[...] era chegado o tempo de povoar o nôvo mundo que Cabral descobrira para Portugal. [...] Mas a tarefa de transplantar para as selvas os fundamentos de uma civilização nascente excedia ao poderio de qualquer nação da Europa, e *nenhuma, no momento, se sobreponha a Portugal e Espanha*. [...] Portugal fez o que pôde no sentido de criar riquezas e meter no solo as raízes do seu *sentimento nacionalista*.

A demanda dos ermos bravios era um desafio ao progresso. [...] Deste modo a colonização do Brasil estava a exigir o supremo sacrifício de uma nação já saturada de tantas conquistas e por isso mesmo exausta, apesar do imperialismo que ditava o mundo (ALMEIDA, 1966, p. 30-31. Grifos nossos).

Como Varnhagen em sua *História geral do Brasil*, Almeida faz uma “elogio à colonização portuguesa” no Brasil. Segundo Varnhagen, Portugal pôs o Brasil na história, por isso ele deverá continuar ser português. Uma história elitista, que rejeita os outros personagens (índios, negros, mulatos, pobres) que atrasavam e atrapalhavam o progresso do Brasil; história essa feita sim pelos brancos brasileiros e pelos heróis portugueses. Varnhagen considera que os atos violentos dos colonizadores partiram mais de uma postura de autodefesa do que de estratégia de dominação. A colonização do Brasil iniciou-se exclusivamente para que a Coroa Portuguesa selasse o seu domínio nessa região em virtude do litoral ser bastante cobiçado e invadido por outros países. Aqui, segundo o mesmo, pelo fato do rei ter feito uma política de distribuição de terras e poder, ele comparou o poder no Brasil colonial com o poder descentralizado da Europa no feudalismo. Daí declarar que Portugal reconhecia a independência do Brasil ante mesmo de colonizá-lo (REIS, 2007, p. 23-50).

Este grande acontecimento fez-se, para nosso regozijo, não apenas por interesses econômicos de Portugal, que estavam voltados para o comércio das especiarias do oriente. O Brasil mergulha na lógica da missão de levar o progresso às terras ignotas, povoadas de selvagens que tiveram a sorte aqui de não sofrerem muito com o cativeiro. Diversamente do que aconteceu nas terras colonizadas pela Espanha, pois a Coroa portuguesa, assim que percebeu os abusos impostos a estes povos, prontamente buscou protegê-los através da proibição de seu cativeiro, utilizando-se da mão de obra vinda da África. Aliás, a escravidão negra, apesar de ser apenas uma substituição do indígena a esta condição de trabalho, foi totalmente necessária naquele momento ao projeto civilizatório português que:

[...] para gáudio nosso, dilatou a imaginária linha divisória do Tratado de Tordesilhas [...]. Fêz mais do que isso porque protegeu de alguma forma o selvagem da desumana especulação dos colonos, ao contrário do que faziam

os espanhóis [...]. *De resto, manteve a unidade da colônia, que não se fragmentou em republiquetas, a exemplo do que acontecia na vizinhança.* Por tôda parte, onde o colono se firmava como proprietário, [...] procurava reduzir o indígena à condição de escravo. [...] *Para remediar o mal*, andou atento o governo da metrópole, já baixando alvarás de proteção ao indígena [...] além de permitir o tráfico negreiro. No final de contas, a substituição de um escravo por outro apenas mudava a face da questão, no tocante ao trabalho servil, *mas era o único remédio que se oferecia no momento, capaz de resolver o problema.* Seja como fôr, o escravo negro constituiu o elemento básico para a prosperidade da colônia (ALMEIDA, 1966, p. 183. Grifos nossos).

O trabalho escravo é tratado quase sempre assim por Almeida, em passagens rápidas e deixado de lado enquanto interesse historiográfico, tanto no primeiro quanto no segundo volume de sua história da Paraíba. O pouco destaque é dado em texto anterior, de 1958, *Brejo de Areia*, quando tem como tema o relato da abolição na cidade de Areia – ponto que tomaremos com mais detalhes no próximo capítulo. Até porque, embora não revele pelo que diz, mas muito mais pelo que omite, a Paraíba pode se orgulhar por ter sido um dos únicos lugares da colônia no qual a miscigenação com o gentio se deu de forma mais consistente. Aqui o índio não sofreu com a escravidão, favorecendo assim a mestiçagem, pois as mulheres destes povos contribuíram de uma maneira extremamente ‘fácil’ para este feito. Aliás, desta ‘intercessão de raças’ surgiu os homens de braço forte que empreenderam a ocupação e o domínio do vasto território nacional⁵⁷:

A mestiçagem, processada a princípio com a cunha doméstica, depois com a mucama de estimação, ia favorecendo o crescimento da população. Mamelucos havia na Paraíba desde antes de sua conquista, uns procedentes dos franceses, outros dos portuguêses, pois é sabido que as índias se entregavam com facilidade aos estrangeiros pelo desejo de ter filhos brancos. Do cruzamento com o indígena saiu o braço livre para o trabalho, [...]. Saíu também o soldado valente, da mesma forma que a gente de prol [...] (ALMEIDA, 1966, p. 184).

Isso prova o quanto, no Brasil, foi tolerada a presença de outros povos que não os brancos europeus, de tal maneira que não foram só utilizados como força motriz para a produção de bens, mas para povoar e contribuir na efetivação do projeto colonial. E até mais,

⁵⁷ Como é demonstrada à página 43: “Se houve alguma miscigenação no tempo dos franceses, bem maior foi a que resultou da convivência com os portuguêses. Essa, sim, foi realmente grande e sob todos os aspectos de vista benéfica, porque sem o cruzamento com tal gente, o Brasil não se irradiava tanto para o norte e para o sul, completando a conquista do território nacional” (ALMEIDA, 1966). O contato com o francês favoreceu apenas para aumentar a devassidão do gentio que, por conta de sua presença, vivia de forma promíscua nas terras da Paraíba. Como não se pode negar a mistura de povos empreendida no Brasil, pelo menos vale salientar o quanto positivo foi para o avanço da fronteira da colonização.

pois foram os primeiros passos na construção de uma nova pátria. Homens aventureiros e corajosos, a escória da sociedade portuguesa e espanhola, que vieram sem família e implementaram aqui uma das mais cordiais convivências com as diferenças entre raças na história. Biológica e sexualmente falando era consequência natural esta mistura, até porque “sem mulher não há homem que se prenda à terra, por mais bonita e dadivosa que ela seja” (ALMEIDA, 1966, p 43):

Deve-se por isso mesmo aos português a ausência de racismo, porquanto acostumados a viverem misturados com as índias a cabaram se misturando com as negrinhos escravas [...]. Cumpre reconhecer que êsses português não podiam fazer outra coisa no desconforto das selvas, senão plantar a semente da pátria futura que Portugal nos legaria (ALMEIDA, 1966, p. 43 e 44).

Excertos como os citados acima, não ocultam uma visão carregada de conceitos mal formados principalmente em relação à mulher que, por sinal, desponta tão pouco nas páginas de seus textos chegando a desaparecer enquanto personagem histórico. Seu papel em toda a história foi o de procriadora, receptáculo natural da ‘semente’ do homem branco; mera figurante dos desígnios da nação que ora se firmava. Até a própria mãe do autor está restrita a poucas linhas, no seu texto ‘auto-biográfico’ publicado em 1962 em virtude da sua posse na Federação das Academias de Letras do Brasil, no Rio de Janeiro. Tanto que a educação para as mulheres demorou a se estabelecer na Paraíba, porque não seria de toda forma algo útil, “pois não havia pressa em fazer a mulher emergir da ignorância em que jazia. O menor perigo que podia resultar era escrever bilhetes aos namorados” (ALMEIDA, 1978b, p. 83). Passagem dúvida que nos faz pensar se são opiniões do autor ou um tom crítico a esta situação. Mas, como frisamos, a sua atenção ao gênero feminino é diminuta nos faz considerar a primeira posição.

O índio, ou o gentio, assim como Almeida designava, tem um tratamento dual ao longo de toda a sua história da Paraíba. Nos momentos que antecedem a conquista da Capitania ele é agressivo, hostil, o grande empecilho do avanço da colonização. Ousado nas atitudes e impetuoso em suas investidas contra o homem branco, influenciável para uns, indiferente para outros. Acima de tudo, o bárbaro, o outro, aquele que identificamos por aquilo que não somos, por aquilo que nos faz diferentes. Almeida (re) diz o indígena da mesma forma que encontrou nos documentos ‘irrefutáveis e cheios de verdade’. Mas o ‘gentio’, ou melhor, as mulheres destes povos foram essenciais para a permanência e apego do homem à terra hostil, principalmente pelos ‘favores’ sexuais que proporcionaram, apesar

da permissividade dos costumes. O cruzamento racial e o surgimento de homens fortes e destemidos foram fundamentais ao empreendimento da empresa civilizatória, tão benéfica e indispensável à nossa formação enquanto nação:

[...] a miscigenação com o ameríndio continuou através dos séculos, apesar da controvertência de fatores diversos. Não se pode negar que contribuiu como elemento expressivo para a formação de uma raça forte, por vezes rebelde, contra toda sorte de injustiça social. E é nessas raízes profundas que deve o sociólogo procurar explicação para a resistência nunca desmentida do nordestino, tantas vezes posta à prova, contra a natureza e contra os abusos do poder político e econômico (ALMEIDA, 1966, p. 76).

Não podemos categorizar que Almeida foi um escritor totalmente fechado às mudanças de abordagens dos eventos históricos, mesmo que os deslocamentos tenham se dado dentro do seu universo de significação, coisa que não poderia ser diferente. Na segunda metade do século XVII, segundo o autor, a presença do colonizador no interior do território das capitâncias do nordeste da colônia portuguesa, dentro da dinâmica de expansão de fronteiras, sofreu um deslocamento inesperado. Em finais do século anterior, com a concessão das primeiras sesmarias e o início do povoamento, os colonizadores “passaram a viver em coexistência pacífica com os índios cariris”, contudo a posterior ação do apresamento e do cativeiro, os indígenas “romperam em hostilidades” em 1687 e iniciaram uma “luta que se travou [...] de vida e morte, como nunca houve igual na história da conquista”: a chamada ‘Confederação dos Cariris’ (ALMEIDA 1978b, p.35).

O levante que perdurou por longos 10 anos, transformou o sertão num território de lutas constantes. Em muitos momentos o índio mostrou-se superior ao colonizador, fazendo-o pensar na possibilidade de um malogro iminente e revelando facetas até então não percebidas por muitos estudiosos do período, como a inversão de papéis que deixou o “branco civilizado” muito “mais bárbaro que o bárbaro” (ALMEIDA, 1978b, p. 35). Mortes, saques de rebanhos, campos assolados pela fúria bárbara, estado geral de lástima, era assim o cenário dos eventos tratados por Almeida. Os protagonistas, os temidos cariris, figuram na narrativa como um povo muito mais inteligente que os potiguaras, por sua capacidade de assimilação da cultura do homem branco. Portanto, “Se eram bárbaros, como asseveram os documentos oficiais, dessa pecha não se livram os que se diziam civilizados e procediam com uma fereza quase irracional” (ALMEIDA, 1978b, p. 40).

Para o triunfo do colonizador foi necessária a experiência de luta com o gentio de Domingos Jorge Velho, conhecido bandeirante que, em suas viagens constantes pelos

‘sertões’ do Brasil, participou até da eliminação do quilombo dos Palmares, a “Tróia Negra”. Confundido muitas vezes, por tantos historiadores, como “o primeiro homem branco a instalar fazenda no sertão do Piancó”, Coriolano de Medeiros é o único, até então, a duvidar deste acontecimento (ALMEIDA, 1978b, p. 53).

Questionando-se agora sobre o que vinha a significar realmente bárbaro e civilizado, os equívocos não deixam de se manifestar. Utilizando-se de argumentos que fechavam uma ‘ferida’, abria outra, pois para Almeida os tapuias do interior deixaram um legado muito mais rico e probo do que os ‘degenerados do litoral’. Mas o saldo desse embate foi positivo, porque só assim surgiu o homem forte e valente do sertão nordestino, o descendente mais direto do temido povo tapuia, o sertanejo:

Rios de sangue correram nos sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, para repressão do gentio rebelado. Era preciso exterminá-lo, conforme pensava o governo, como medida de limpeza de povoamento do solo. Os que restaram da carnificina oficial geraram o homem forte do sertão, representado no fazendeiro, no vaqueiro, cantador de viola, romeiro de Padre Cícero e cangaceiro de fama. Inúmeras famílias sertanejas descendem dos tapuias, que não se degeneraram, ao contrário dos tupis do litoral que deram para beber cachaça e plantar mandioca.

Muitos dos nordestinos que se tornaram notáveis nas letras, nas artes, na política, tinham nas veias algumas gotas do sangue quente do tapuia (ALMEIDA, 1978, p. 59-60).

E por falar em homens notáveis, na Paraíba eles estão presentes desde antes da conquista da Capitania. Frutuoso Barbosa, por exemplo, que recebera da Coroa portuguesa, em 1579, a provisão de capitão-mor *da* Paraíba por 10 anos, caso a conquistasse e iniciasse o seu povoamento. “Tal provisão data de 25 de janeiro de 1579, conforme documento do Arquivo Histórico Português, descoberto por Varnhagen” (ALMEIDA, 1966, p. 59). Este personagem, participante de algumas expedições para a conquista do território, sofreu revezes incomparáveis, mas nenhum maior que a sua sede de poder e sua ambição. Tornou-se o segundo capitão-mor da Paraíba, governando de 1588 a 1591, período extremamente turbulento devido aos constantes ataques, dos ainda não vencidos potiguaras e suas desavenças com os jesuítas trazendo assim um clima de instabilidade social e política para a recém-criada Capitania. “A tal ponto de insegurança chegou a situação que já ninguém ousava sair à caça ou à pesca, porque de toda parte surgia um perigo de emboscada” (ALMEIDA, 1966, p. 113). Entretanto, apesar da crítica de alguns historiadores, como Celso Mariz, sobre a personalidade agressiva e gananciosa, além da falta de operosidade no controle da Capitania, Almeida vem em defesa de Frutuoso Barbosa, para quem:

[...] Frutuoso *não esteve inativo. Apesar de todos os atropelos realizou serviços de inestimável valia, embora certos escritores menos informados lhe neguem as mais sobejas virtudes de operosidade e espírito de sacrifício.* [...] Frutuoso Barbosa, fidalgo da casa de el-Rei, homem rico, que vivia à lei da nobreza, perdeu o que tinha na Paraíba, mulher, filho, fortuna e sossêgo, de lá saindo pobre e *amargurado*. Por cima de tudo isso, *vilipendiado, depois de trezentos anos de esquecimento* (ALMEIDA, 1966, p. 113-114. Grifos nossos).

Parece que a memória, muitas vezes se torna bastante cruel. Pois como pode um homem que tantos sacrifícios fez por esta terra ser lembrado dessa forma? Até alguns, como Irineu Pinto, “quase nada” disseram sobre Frutuoso Barbosa (ALMEIDA, 1966, p. 121). Um governante que assim que viu a própria sede da Capitania em perigo pediu prontamente ajuda às vizinhas Itamaracá e Pernambuco, sendo imediatamente atendido por João Tavares e sua nova expedição de 1590 pelas terras do Paraíba. Um ano depois, Frutuoso “deixava o governo da Paraíba”, por motivos, de acordo com Almeida, até hoje ignorados. Por todos esses problemas, além da ausência de recursos, a sua administração não pode ser vista como inoperante, não tendo fundamento algum

[...] o reparo de Capistrano de Abreu, quando diz que [Frutuoso] pouco fizera pela conquista da Paraíba. Talvez fôsse melhor dizer, pelo povoamento da terra. Mesmo assim, não há cabimento para a censura, porque mais não podia fazer, dadas as circunstâncias difíceis em que transcorreria a sua administração (ALMEIDA, 1966, p. 120).

Como alguns governos ‘passaram ao largo’ da memória e atenção de muitos historiadores, algo que, para Almeida, apenas a escassez de documentos não justifica embora a sua existência seja fundamental, a administração de Feliciano Coelho de Carvalho (1592-1600) merece destaque por diversos pontos. Interpretado de maneira diversa por muitos, este “fidalgo português” foi exaltado por Frei Vicente, visto com restrições por alguns intelectuais e quase que odiado pelos padres jesuítas (ALMEIDA, 1966, p. 123).

Mas o grande feito de seu governo, aliás “o mais notável” para Almeida, foi a efetivação da ‘paz’ com os potiguaras – que se deu primeiramente na Paraíba e não no Rio Grande como muitos fazem menção – após longas lutas nos confins da serra da Copoaba. Num destes combates, em 1596, saiu até ferido, tendo que enfrentar no ano seguinte um ataque francês à fortaleza de Cabedelo. No mesmo 1597 recebeu, vinda da Bahia, a armada que partiria para a conquista do Rio Grande do Norte, que correu grandes riscos de malogro não fosse a ajuda providencial e corajosa de Feliciano de Carvalho, ao partir da Paraíba, sem a

ajuda pedida a Pernambuco, com “84 homens brancos e 350 índios de peleja” (ALMEIDA, 1966, p. 123-162). Talvez o maior empecilho de seu governo tenha sido os jesuítas, que não concordavam com Feliciano de Carvalho e a sua política em relação aos indígenas:

O capitão-mor não estava dando maior importância ao problema da catequese, preocupado tão sómente em emprêsas militares e econômicas. Segundo o seu conceito, as aldeias dos índios não deviam ser consideradas senão postos avançados de defesa, localizadas nas fronteiras do interior, com a finalidade precípua de preparar braços para a lavoura e soldados para guerra. [...] No fundo, a grande questão era pelo governo temporal dos índios (ALMEIDA, 1966, p. 125).

Outros momentos da história elaborada por Almeida podem servir de exemplo para o argumento que defendemos neste tópico. Passando pelo período da dominação holandesa, no qual Almeida se detém muito pouco, o autor comprehende as batalhas para retomada de poder à Coroa portuguesa, como um movimento de libertação nacional. Todo o esforço praticado pelos paraibanos com este fim deixou a Capitania em precária situação econômica, precisando de uma ajuda substancial para poder restabelecer as suas finanças:

Sem uma ajuda substancial da parte do Governo a economia da Paraíba não se restabeleceria, senão a longo prazo, à custa de penosos sacrifícios. Mas a metrópole não estava em condições de prestar o socorro desejado. Antes entrou a escorchar as capitâncias que por si mesmas se libertaram, impondo-lhes pesados tributos (ALMEIDA, 1978b, p. 14).

A carga de impostos pesou consideravelmente sobre as Capitanias, principalmente as que estiveram ligadas mais diretamente ao conflito. Impostos estes que serviriam para o pagamento da indenização de guerra portuguesa para com os holandeses. Boa parte dos capitães-mores da Paraíba do restante do século XVII passou despercebida pelos historiadores locais ou muito pouco se explicou sobre os acontecimentos e feitos durante as suas administrações. Causa desconforto em Almeida esse silêncio, pois “a Paraíba teve muito mais história na segunda metade do século XVII que em todo o século XVIII, que foi de decadência” (ALMEIDA, 1978b, p. 19), como demonstra o seguinte fragmento:

De alguns quase nada se sabe, tão apagados teriam passado pelo governo da Paraíba. Irineu Pinto, minucioso em anotar pequenos fatos, não achou o que registrar em vários anos daquele período administrativo. [...] Leve-se ainda em conta que muitos dos registros feitos nos outros anos são referentes a fatos corriqueiros, sem qualquer significação histórica, o que importa em aumento dos anos negativos.

Será que a Paraíba dormiu tanto tempo, sem sucessos dignos de nota? O sono, se houve, foi dos cronistas, porquanto acontecimentos dos mais importantes tumultuaram a vida da Paraíba naquele período, sem que desse cabedal fizessem os seus historiadores (ALMEIDA, 1978, p. 18-19).

Dando voz ao passado, Almeida elencou diversos eventos que tiram esse vácuo temporal da história da Paraíba discorrendo sobre a conquista do sertão e os embates entre colonizadores e indígenas, além das ações do governo nestes empreendimentos. Embora o seu exercício tenha se proposto desta forma, o século XVI recebe muito mais atenção no conjunto de sua obra do que o seguinte. Neste momento a situação econômica da Paraíba não era das melhores, diferente dos tempos iniciais de sua colonização que fazia com que a Capitania, que tinha o seu sistema produtivo baseado na cana de açúcar se destacasse das outras por sua “organização do trabalho e o ritmo de prosperidade” (ALMEIDA, 1966, p. 202).

Além da pesada carga tributária imposta pela Coroa, a vizinhança com Pernambuco não favorecia em nada o desenvolvimento econômico local. Sem uma infra-estrutura adequada para a época, boa parte da produção escoava para o porto do Recife, além do que os atravessadores pernambucanos possuíam meios mais eficazes e competitivos no âmbito das trocas comerciais. Assim descreve Almeida esta questão:

Por longos anos viveu a Paraíba sangrada na sua economia. Os produtos de exportação saíam quase todos pelo porto do Recife [...]. No porto da Paraíba escasseavam navios. Quando chegava um não havia carga, porque os atravessadores desviavam as mercadorias para o comércio de Pernambuco (ALMEIDA, 1978b, p. 71-72).

A solução encontrada pelo governo geral não surtiu nenhum efeito positivo para a Paraíba, pois com a criação, em 1759 da *Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, esta última sofreu um verdadeiro “golpe de morte”. Almeida alega que Portugal não tinha a habilidade necessária para gerir este tipo de estrutura fiscal. Tanto que ela ultrapassou os interesses iniciais, extrapolando-se ao que a competia e resultando num problema maior para a economia das duas Capitanias. Acabou sendo extinta em 1780:

Os efeitos, porém, foram negativos, porque Portugal não tinha tradição de comércio e a Companhia, ingurgitada de poder, cuidou somente de espoliar as vítimas de sua ganância.

Privilégios os mais odiosos o Estado concedeu a essa empresa. [...] De extorsão vivia a Companhia na fome de lucros. Acabou arruinando o comércio e a agricultura de Pernambuco e da Paraíba (ALMEIDA, 1978b, p. 72-73).

Mas o ‘golpe’ maior sofrido pela Capitania da Paraíba foi o de sua anexação a Pernambuco em 1755. Como se fez menção, a situação econômica era sufocante a cada dia que passava. No ano de 1729 outra pesada fixação de tributos foi imposta à colônia para custear as despesas do casamento do príncipe D. José. A crise por que passavam as capitâncias do norte, desde o fim do chamado período holandês – as despesas com a guerra para a expulsão dos batavos, a quebra da produção dos engenhos e a posterior concorrência internacional do açúcar – fez com que muitas delas declarassem a não possibilidade do pagamento deste imposto, em específico. Mas como a Paraíba, ninguém sabe por que, sofre mais que os outros lugares, o resultado foi mais prejudicial para ela. O dízimo que era a “única fonte de renda que restava” passou a ser enviado para Pernambuco “inexplicavelmente” a partir de 1754 (ALMEIDA, 1978b, p. 73-74). Apesar das reclamações do governo local e da ordem do Conselho Ultramarino do imposto ser devolvido à Paraíba, Pernambuco “Não devolvia o dinheiro porque tinha o plano de levar a Capitania vizinha à exaustão para anexá-la ao seu território” (ALMEIDA, 1978b, p. 74).

Na verdade Almeida revela que isto era uma intenção antiga de Pernambuco desde o governo de “Duarte Sodré Pereira que, em carta a el-Rei (1730), exagerava a pobreza da Paraíba e pedia a anexação de seu território ao de Pernambuco, alegando que nem dinheiro tinha para os donativos lançados por ocasião do casamento dos príncipes” (ALMEIDA, 1978b, p. 74). No ano anterior a esta comunicação, após cinco de uma intermitente seca, o rio Paraíba transbordou levando com ele toda a produção às suas margens, contribuindo assim mais ainda para o estado de escassez da Capitania. E segue com o argumento de que o Rio Grande do Norte passava pelos mesmos problemas que a Paraíba, mas só esta, pelo que se sucedeu “merecia castigo” (ALMEIDA, 1978, p. 75)

Dá-se assim, em 1755, a anexação da Paraíba à Capitania de Pernambuco. No documento que decretava a vinculação ficou prevista “a extinção da capitania, mas tal coisa não se objetivou” (ALMEIDA, 1978b, p. 79). A situação se estabeleceu da seguinte forma: o capitão-mor da Paraíba estaria subordinado ao de Pernambuco, mas os limites do território preservados. Contudo isto não poderia ser observado por Almeida de uma forma agradável, pois viu nestes eventos o “rebaixamento da dignidade” da Paraíba (ALMEIDA, 1978b, p. 79), que só veio ser restabelecida em 1799, quando Fernando Delgado Freire de Castilho, o então capitão-mor da Paraíba propôs à Corte a independência da Capitania, tirando assim “a Paraíba do cativeiro em que vivia” (ALMEIDA, 1978b, p. 87-88).

Assim, percebeu Almeida que a independência do Brasil, marcada simbolicamente e mitificada pelo ‘grito do Ipiranga’, “não foi novidade para a Paraíba”, que já estava preparada

e “amadurecida” para receber tal notícia. Principalmente porque sempre lutou para a autoafirmação e o reconhecimento do nosso povo enquanto nação, vendo nos acontecimentos referidos a concretização deste feito, pois:

Já havia jurado fidelidade ao príncipe D. Pedro para resolver todo e qualquer negócio do Brasil. Dirigir-se ao outro lado do Atlântico, em busca de deferimento às suas pretensões, importava em descer à condição de colônia. [...] Bem antes disso, a junta do Governo da Paraíba, em ofício a José Bonifácio, datado de 11 de junho de 1822, dava adesão ao príncipe D. Pedro e pleiteava dele as prerrogativas de igualdade que a constituição jurada assegurava às comunidades luso-brasileiras (ALMEIDA, 1978b, p. 109).

Beaurepaire Rohan é outro exemplo de administrador eficiente que marcou a história da Paraíba. Foi “um presidente que muito fez pelo desenvolvimento material e cultural” do Estado, apesar do curto espaço de tempo que o governou, entre os anos de 1857 e 1859. Criou escolas, espaços públicos de leitura, o jardim botânico da capital, entre tantas outras realizações. Mas o que a Paraíba “ficou a dever a Beaurepaire Rohan” diz respeito às suas realizações no âmbito do levantamento dos marcos geográficos do Estado e das vias de acesso entre a capital e o interior. Segundo Almeida:

Beaurepaire Rohan, enquanto esteve na presidência da Paraíba, não perdeu tempo em examinar os problemas do território que administrava. Uma das suas preocupações era a dos limites com as províncias vizinhas. Como o arquivo da secretaria não lhe fornecesse dados para um exato conhecimento da extensão territorial da Província, sua população, limites interprovinciais, riquezas naturais, regime hidrográfico, flora, fauna, etc. foi recolhendo, pacientemente, o material com que pudesse fotografar a Paraíba em todos os seus aspectos físicos e administrativos. Com efeito, assim o fez, compondo no Rio de Janeiro um obra notável, a *Corografia da Província da Paraíba do Norte, in-folio* de quase 300 páginas [...] (ALMEIDA, 1978b, p. 144).

Para Almeida, os paraibanos têm “muito a dever” a B. Rohan por estes feitos. Nada que não possa lembrar a nossa velha cultura do favor aos políticos, como se o que eles executassem enquanto administradores públicos não fosse o seu dever...

No período republicano⁵⁸, os outros dois governos que merecem destaque são os de João Machado e Castro Pinto. O primeiro trouxe benefícios materiais inestimáveis à Paraíba, já o segundo foi pautado na moralização do povo paraibano, no que diz respeito à promoção da educação e da cultura. O governo de João Lopes Machado (1908-1912) é considerado por

⁵⁸ Talvez o leitor estranhe estas mudanças bruscas na temporalidade, mas elas ocorrem deste modo nos textos que aqui nos debruçamos.

Almeida como “o mais operoso que teve a Paraíba desde a proclamação da República” (ALMEIDA, 1978b, p. 221). Através do *Almanaque do Estado da Paraíba* – que teve a sua primeira edição no ano de 1909 e contava com textos de diversas naturezas entre prosa e poesia, além de pesquisas históricas e de dados da administração estadual – juntamente com as mensagens apresentadas na Assembléia Legislativa, Almeida enumerou diversas ações que considerou relevantes para corroborar este seu posicionamento em relação à gestão de João Machado. Como por exemplo, o ordenamento do serviço de saúde pública, a ampliação da força policial ostensiva, a abertura de avenidas e estradas, a chegada da eletricidade e o “abastecimento de água” na capital. Este último, “a maior realização do governo João Machado” (ALMEIDA, 1978b, p. 220).

João Pereira de Castro Pinto (1912-1915), com toda a base montada pelo governo anterior, preocupou-se em dotar a Paraíba com outros benefícios, muito mais relativos ao mundo espiritual, do intelecto, visto que “Cuidou menos de melhoramentos materiais que dos morais, atento aos sentimentos de justiça, de segurança pública, de amparo às letras e de aprimoramento do ensino” (ALMEIDA, 1978b, p. 223). Castro Pinto acabou com o domínio político das cidades nas mãos dos juízes locais⁵⁹, trouxe segurança ao interior pondo fim à ação de grupos armados que praticavam assaltos na região, e investiu na educação, com a criação de diversas escolas – apesar de todos os problemas de um ensino público incipiente – e a publicação pela Imprensa Oficial de inúmeros títulos de livros⁶⁰ (ALMEIDA, 1978b, p. 221-226).

Almeida apresenta-se assim como o primeiro historiador que deu voz ao passado esquecido e silenciado da Paraíba. O que tirou os equívocos e as mitificações da narrativa histórica do povo paraibano, o homem que pôs a Paraíba dentro da história, dotando-a de um passado próprio, não mais um apêndice de Pernambuco. Até porque a Paraíba era um vácuo na memória histórica de muitos dos escritores brasileiros. Como poderia isto acontecer a um lugar que, em inícios do século XVII, hospedou o Frei Vicente de Salvador, sendo honrada assim “com a inserção de copiosas páginas” (ALMEIDA, 1966, p. 118) no conhecido *História do Brasil*? Varnhagen e Hélio Viana foram alguns dos responsáveis por esse esquecimento imposto à Paraíba no panteão da história nacional. Confundiram datas,

⁵⁹ Não só os magistrados como também os promotores públicos integravam o poder local em muitas cidades do interior da Paraíba. Até a primeira década do século XX a administração dos municípios era exercida pelo Conselho Municipal, no qual muitos dos componentes faziam parte do poder judiciário.

⁶⁰ entre estes dois governos citados as primeiras obras, consideradas hoje clássicas, da historiografia paraibana foram editadas, como por exemplo, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, de Irineu Pinto, em 1908 e *História da Província da Paraíba*, de Maximiano Lopes Machado, de 1912.

diminuíram feitos e fatos, demonstrando um verdadeiro menosprezo – inexplicável – sobre este Estado:

Varnhagen, passa de raspão pôr sobre os principais sucessos da Paraíba, frisando um ou outro ponto dos muitos que convinha aproveitar para melhor fundamento de sua *História Geral do Brasil*, não que desconhecesse as fontes, pois as teve em mãos [...]. Ele próprio se declara informado de tudo quanto aconteceu na Paraíba, sobretudo na obscura fase da conquista e povoamento do solo. Entretanto, pouco recolhe do material encontrado e chega mesmo a dizer que a Capitania do Rio Grande foi fundada à custa de mais gastos, sangue e trabalho, que a sua vizinha do sul. [...] A sua pouca simpatia pela Paraíba, leva-o muitas vezes a dar minguado valor ao cronista do *Sumário das Armadas* [...]. Ninguém conheceu melhor do que Varnhagen os fatos históricos relacionados com a Paraíba, mas dêle pouco cabedal fez em sua *História*. Tamanha omissão, como não podia deixar de ser, refletiu outros historiadores, inclusive nos modernos (ALMEIDA, 1966, p. 166-168).

‘Injustiçada’ Paraíba que Almeida, agora assenta no devido lugar da história utilizando um arsenal de representações construídas especificamente para este fim. Mas o seu projeto buscava um pouco mais que edificar um passado próprio para o seu lugar de origem, esforçava-se para que ele mesmo, enquanto o homem que se preocupou em tirar a Paraíba do esquecimento fosse lembrado por tão prodigioso esforço. E isto ele executara mais precisamente em 1958, quando da publicação de *Brejo de Areia: memórias de um município*.

4. PÁTRIO-BIOGRAFIA: UMA HISTÓRIA ATRAVÉS DO ESPELHO

Da chã ela enxergou a gameleira imemorial, como o céu verde da cidade.

Viu as manchas de barro vermelho da encosta, a terra esfolada.

E, atreita aos longos plainos nativos, às várzeas intérminas, começou a sentir a curiosidade das alturas. Sem nenhum sentimento do pitoresco, não deixava de admirar essa beleza que a gente só sente uma vez, porque toda admiração é um pouco de surpresa.

Aos acidentes do caminho, Areia aparecia como encalhada nos astros e desaparecia num desmaio. Entremostrava-se, feita uma nuvem poeira na verdura. E, logo, fazendo negaças, sumia-se, parecia ter descambado no abismo.

Enfim, já não se ocultava, como nas manhãs de névoa. Branquejava. Resplandecia com a cal do casario branco dourado pelo sol montanhês. Toda ensoalheirada.

Soledade distingua a cidade debruçada sobre a voragem. Mal equilibrada no dorso da serra, fino como um gume:

- Chega dar agonia na gente!...

Circundava-a uma natureza de contrastes, toda complicada em curvas violentas. Fragmentava-se em morros. Alteava-se em desfiladeiros. Uma imagem de vôos e de quedas. O gênio da criação em surtos inspirativos e em despenhos de fadiga. Vertigens siderais e prostrações nas grotas sombrias.

O horizonte trancava-se de um lado quase rente com os telhados e recuava, do outro lado, até a infinita perspectiva.

Era a iminência eugênica, empinada no céu, que criara nessa exaltação do granito florindo em tantas alternativas, um gênio de pintura – a sensibilidade artística de Pedro Américo.

Almeida, José Américo de. *A bagaceira*. (1995, p. 61-62).

A cidade se estende da Rua do Grude, onde teve seu começo, à Rua do Sertão, onde tem seu fim, numa extensão aproximada de dois quilômetros. Bem no centro, estreita-se de tal forma o terreno que apenas comporta uma rua, cujas casas, suspensas sobre abismos, ocultam, com afetada petulância, o perigo que ameaça tragá-las. De um lado está a gruta do Bonito, do outro, a da Quebra, despenhadeiros sobre os quais assentam as partes traseiras dos edifícios.

Cidade de beleza voluptuária, encarapitada num dos contrafortes da Borborema, conserva ainda a fisionomia alta e bizarra com que ostentou no passado a exuberância de sua força criadora. Aqui e acolá, como a quebrar a monotonia do casario vilarejo, um sobrado de aspecto senhorial, já desfigurado de tantas reformas, sem mais os azulejos da fachada, sem as asas de andorinha nos ângulos do telhado e as bocas de jacaré no alto da cornija, lembrança dos tempos longínquos da opulência.

Almeida, Horácio de. *Brejo de Areia*. (1980, p. 200).

Areia. No alto do maciço da Borborema espalha-se sobre o contorno do cume estreito da montanha. Cidade-símbolo, lugar de memória e de história para Almeida. Nas duas dimensões do coletivo e do individual, do objetivo e do subjetivo, do conhecimento e do sentimento. É no relato deste espaço que mais próximo de si o autor se encontra nesta ‘escrita ausente’, pois toda a sua produção histórica dá-se no Rio de Janeiro. Era como se, ao escrever sobre a Paraíba e a sua cidade natal, não só todo um passado pudesse ser revivido e glorificado, mas todo um território fosse deslocado e aquelas serras brejeiras com seu vento ameno e tranquilo estivessem bem ali diante de sua janela, na cidade carioca.



IMAGEM - 1 Areia. Vista da cidade e sua disposição sobre o cume da serra, com a rua principal que atravessa todo o traçado urbano de casas construídas à margem de vales profundos. Disponível em: <<http://areia.pb.gov.br/galeria2/viewer.swf>>. Acesso em: 30 de abril de 2010.

Os fragmentos acima citados são bem familiares sobre o espaço em questão. Não apenas pelos conhecidos textos, mas pela ligação entre os próprios autores: *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida e *Brejo de Areia*, de Horácio de Almeida, que eram primos, ambos nascidos na mesma cidade. O primeiro publicado em 1928 deu início a uma forma de escrita que buscava falar sobre a verdade de um espaço – mesmo como discurso ficcional – diferenciado pelo seu passado e por suas características naturais repercutiu enormemente no

espaço da produção literária nacional. Trinta anos depois, sem tanta repercussão quanto o anterior, surge o outro, em 1958. Até hoje possui apenas uma segunda edição, diferentemente da do seu “primo ilustre”, que figura atualmente⁶¹ na 43^a, mas que, do mesmo modo, instituiu uma forma de discurso sobre um espaço buscando no passado as características e os acontecimentos que identificam uma unidade e uma verdade. Não é nossa intenção enumerar os reflexos desses discursos, mas observar os elementos que tornam a sua repetição possível.

Poderíamos esclarecer mais adiante a nossa proposta, mas apresentemo-la inicialmente. Entendemos a *pátria-biografia* não como um conceito, mas um instrumento de duas faces. Na primeira nos vem a *dimensão interpretativa*, e, na segunda, o artefato final da representação executada por Almeida nos seus textos sobre a história da Paraíba. Para nós, esta Paraíba construída discursivamente por Almeida é muito mais que sua terra natal, foi o seu lugar de formação enquanto homem e intelectual, o lugar de atuação e intervenção enquanto homem público – mesmo vivendo uma boa parte de sua vida em outro Estado – e também o espaço de anseio por transformações, o lugar de propostas, de preservação de uma memória histórica esculpida por ferramentas – imagens e falas – que fabricaram uma identidade e uma verdade sobre esta porção de território. Portanto, é uma história não apenas de um lugar e de um povo, mas uma história de si mesmo⁶², um relato que revela as suas intenções e lembranças, uma história que, mesmo coletiva, ele também faz parte, não só por ser paraibano, mas por sentir-se paraibano e construtor dessa paraibanidade.

4.1. De Sertão de Bruxaxá a Brejo de Areia: um lugar predestinado?

Na zona propriamente do brejo exuberante vegetação cobria a terra feraz. A mata verde, de árvores gigantescas, na virgindade dos seus bosques, dominava pelas encostas dos morros até o alto das quebradas, enquanto lá embaixo, nas várzeas de massapé, entre fios perenes de água corrente, os partidos de cana completavam o fio da paisagem.

Almeida, H. *Brejo de Areia*. (1980, p. 32).

⁶¹ De acordo com a edição de 2008 pela José Olympio, Rio de Janeiro.

⁶² Ver por exemplo. GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004 que faz uma reflexão sobre diversos textos autobiográficos que constroem interpretações sobre o passado a partir de relatos pessoais.

A cidade de Areia é o clímax, para onde converge todo o esforço racional e onde se depositam os inúmeros desejos e por que não as lamentações de Almeida. Neste espaço o tempo é origem, desenvolvimento, progresso e declínio. Todavia é também possibilidade de recuperação, de superação à luz dos grandes feitos do passado, exemplos que devem servir de padrão para as novas gerações afogadas e perdidas no esquecimento. Mas que cidade é essa dita por Almeida?

Areia, de acordo com as novas regionalizações⁶³ que dividem e classificam – geográfica e economicamente – os diferentes espaços da Paraíba, está situada na microrregião do *Brejo paraibano*, no alto do planalto da Borborema, com o núcleo urbano a 623 m de altitude. Distante 130 km da capital João Pessoa, possui uma área de 269, 424 Km². De clima agradável entre os meses de junho e agosto – que fez Almeida citar uma observação de 1864, quando “o engenheiro André Rebouças dizia sentir em Areia a sensação de estar em Paris, com relação ao clima” (ALMEIDA, 1980, p. 31) – ainda hoje é possível encontrar resquícios da mata Atlântica em seu território, como a reserva Pau Ferro. Com um conjunto arquitetônico do século XIX preservado, em setembro de 2007 recebeu o título de Patrimônio Histórico Nacional, pelo IPHAN, sendo a primeira cidade da Paraíba a receber esta distinção.

Sobre o surgimento e a formação deste município constam diversas versões. Numa delas a ocupação do espaço segue a mesma lógica das áreas tomadas ao ‘gentio’ pela passagem dos bandeirantes paulistas na região. Noutra seria conseqüência da expansão da lavoura canavieira do litoral rumo ao interior da Capitania ou espaço de migração dos colonos das fazendas do sertão. Em estudo recente sobre o latinista, empresário e deputado provincial Joaquim da Silva, nascido em Areia no século XIX, Gaudêncio (2007) expõe as versões mais correntes em relação a estas interpretações:

Para alguns autores, ela [ocupação] está relacionada, da mesma forma que a área do sertão do Cariri, às lutas contra o gentio, onde se sobressaíram os temíveis bandeirantes paulistas, como Domingos Jorge Velho, um dos mais conhecidos expoentes do chamado “bandeirismo de contrato”, na passagem do século 17 para o 18. Para outros, como Joffily, seria e evolução natural da marcha da lavoura canavieira vinda dos desgastados engenhos do litoral e das várzeas da Paraíba, em que o brejo aparecia, com suas “belas esplanadas de terra vermelha ou roxa”, propícias ao cultivo de alimentos para o seu abastecimento. É do mesmo autor a suposição de que os primeiros habitantes do brejo “deviam ter sido os agregados dos fazendeiros do sertão, que ali faziam plantar lavouras para mais fácil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que os acompanhavam como soldados”. Por fim, outros estudiosos assinalam a presença de famílias pernambucanas oriundas

⁶³ Conf. nota 43 na página 73.

de Goiana – o que talvez possa explicar, em pesquisas futuras, a estreita ligação econômica, social, política e cultural de Areia com Pernambuco – e mesmo de outras povoações já existentes na capitania da Paraíba [...] (GAUDÊNCIO, 2007, p.150-152) ⁶⁴.

Para Almeida “Não se sabe ao certo quando teve começo a cidade de Areia” (ALMEIDA, 1980, p. 1), mas pode-se inferir que tenha sido entre fins do século XVII e início do XVIII, até porque antes disso o período da ocupação holandesa “retardou de muito a obra de povoamento e civilização do nordeste” (ALMEIDA, 1980, p. 1). Contudo, sem citar as fontes que possam informar tal notícia – algo tão imprescindível, aparentemente, para o autor – Almeida relata sobre uma entrada, empreendida em 1625, “por um certo Manoel Rodrigues”. Partindo de Mamanguape, seguindo acima o curso do rio de mesmo nome, logo depois o seu afluente Mandaú, percorreu a mata desconhecida, deparando-se com uma cachoeira, que o impressionou pela forma como a natureza se apresentava em toda a sua riqueza e fartura. Diante deste cenário planejou o povoamento daquela região com a vinda de famílias de Pernambuco, intenção malograda, contudo pela invasão holandesa.

Já antes da dominação holandesa, os moradores de Mamanguape haviam feito uma entrada até a zona do Brejo, no Sertão de Bruxaxá. Seguiram a montante do Mamanguape e, adiante já depois da Lagoa do Paó, subiram por um de seus afluentes, o Mandaú, que nasce ao sopé da esplanada, onde mais tarde surgiu o núcleo inicial que deu origem à cidade de Areia.

Os expedicionários, eram capitaneados por um certo Manoel Rodrigues, que empreendera em 1625, pela primeira vez, essa escalada à Borborema. Na subida, tiveram a atenção despertada por estranho ruído, que ecoava no meio da mata virgem. Era o Mandaú que se lançava do alto da serra, no salto de Pitombeira, entre Areia e Alagoa Grande. Os desbravadores, impressionados com a exuberância da natureza, amenidade do clima, fertilidade do solo, cortado de regatos por todos os lados, voltaram a Mamanguape com o propósito de atrair algumas famílias de Pernambuco para exploração da promissora zona do Brejo, que acabavam de descobrir. Mas a invasão holandesa teria transtornado por completo esse plano de colonização (ALMEIDA, 1980, p. 2).

De onde Almeida retirou isto, pelo menos lendo o seu livro não se sabe. Ele não declara a fonte, nem muito menos outro autor que tenha afirmado tal evento. Mas outras especulações são elencadas e defendidas com bastante fulgor, como a que menciona a passagem ou não de Elias Herckmans em ‘terras brejeiras’. Aliás, podemos atribuir a interpretação acima empreendida por Almeida a partir da leitura de um documento escrito em

⁶⁴ Conf. também FIÚZA, Alexandre Felipe et al. *Uma história de Areia*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1988 e JOFFILY, Irinêo. *Notas sobre a Paraíba*. Brasília: Thesaurus, 1977.

1639, por Herckmans, o então governador da Capitania da Paraíba, que encerrava neste mesmo ano o seu mandato iniciado em 1636. Trata-se da *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, de que reproduzimos o seguinte trecho abaixo:

Depois que os primeiros descobridores experimentaram a fertilidade dessas terras, empregaram esforços para atrair de Pernambuco algumas famílias que fossem estabelecer-se em Cupaoba, mediante promessa, de lhes ser fornecido todo o necessário mantimento por espaço de um ano, até que produzissem com o seu trabalho frutos bastante a sustentação da vida. Como porém as pessoas que já se tinham estabelecido para cultivar terras novas, não se mostraram mui dispostas a emigrar, o zelo afrouxou um pouco. Nesse entretanto a privilegiada Companhia das Índias Ocidentais das Províncias Unidas Neerlandesas tendo conquistado Pernambuco e trazido a guerra ao Brasil, os descobridores perderam inteiramente a vontade de povoar essas regiões e levar mais longe os seus descobrimentos (HERCKMANS, 1982, p. 29).

Fica bem claro, nesta passagem, que a invasão holandesa foi apenas o cerco final ao possível empreendimento da ocupação e exploração da região do planalto da Borborema na Paraíba. Mais precisamente nas proximidades da serra da Cupaoba e não no que se comprehende como sendo os lados do sertão de Bruxaxá, como era conhecida a extensão da futura povoação de Areia. Porém Almeida adverte “que se entendia por Cupaoba, naqueles tempos, toda a frente oriental da Borborema, desde Serra da Raiz ao território de Areia” (ALMEIDA, 1980, p. 2). O autor em questão, inspirado por Maximiano Machado em sua *História da Província da Paraíba*, defende a passagem de Elias Herckmans pelo território da futura cidade de Areia, em 1641, quando ainda governador da Paraíba, em busca de metais preciosos:

Maurício de Nassau, em 1641, deu ordens a Elias Herckman, governador da Paraíba, para penetrar o interior, a fim de descobrir minas de ouro. Herckman acompanhado de 113 homens, andou dois meses abaix e acima, com grandes trabalhos e perigos, havendo percorrido e ultrapassado o território de Areia, sem nada descobrir (ALMEIDA, 1980, p. 2).

Almeida também lança suas críticas corriqueiras aos que duvidam da presença de grandes personagens ou grandes eventos simbólicos do passado da história nacional e regional dentro da história da Paraíba. Celso Mariz, que é “filiado aos que afirmam que Herckman nunca esteve em Areia” (ALMEIDA, 1980, p. 2) está totalmente enganado, afirmando que esta expedição não passaria despercebida na *Descrição Geral*. Ora, pelo argumento que Almeida defende, a região da Cupaoba compreendia sim os espaços do sertão de Bruxaxá e

que como a citada diligência foi posta em execução em 1641 não poderia figurar na descrição de 1639: “Está visto que a notícia dessa expedição não podia constar de um relatório já produzido e encaminhado ao seu destino” (ALMEIDA, 1980, p. 2). Mas Celso Mariz não contava com a existência – de acordo com Almeida a partir novamente de Maximiano Machado – de um segundo relatório de Elias Herckmans, exposto a Maurício de Nassau em 23 de setembro de 1641 “no qual dá conta da excursão, do roteiro que lhe fora fornecido por Manoel Rodrigues, dos perigos que enfrentara e do regresso forçado a que se vira constrangido” (ALMEIDA, 1980, p. 3) na sua expedição pelos sertões de Bruxaxá.

Mas o curioso é que, em 1978, quando Almeida publica o segundo volume de sua *História da Paraíba*, no apêndice, à página 253 encontramos a “Relação dos Governadores da Paraíba, desde a sua fundação, 1585, até o ano de 1916”, na qual o governo de Elias Herckmans abrange o período de 1636 a 1639 (ALMEIDA, 1978b, p.253). Poderia ainda assim, mesmo sem ser o governador da Paraíba, Elias Herckmans ter empreendido esta expedição? Bem, este segundo relatório de Herckmans “conquanto não traduzido ainda para o português, foi objeto de estudos de Alfredo de Carvalho que, baseado nele, conta como foi a expedição aos sertões da Cupaoba, data da partida e da chegada, lugares percorridos e vicissitudes da desastrada jornada” (ALMEIDA, 1980, p. 3). Resta a tradução de tal documento para que as dúvidas sejam sanadas.

Mas o avanço da colonização em direção ao interior só pôde retomar o seu processo após o domínio neerlandês. É na segunda metade do século XVII que as primeiras sesmarias no sertão paraibano são concedidas, como demonstramos no capítulo anterior. Do outro lado, a exploração do território partia do litoral rumo ao planalto da Borborema, com o governo da Capitania sempre alerta e cônscio de tudo o que acontecia. Na verdade, “os dois núcleos coloniais da Paraíba, o do litoral e o do sertão, cresciam e caminhavam um para o outro, com plena consciência desse fato” (ALMEIDA, 1980, p. 4). Em 1672, de acordo com Almeida, foi concedida a primeira sesmaria “requerida no Sertão de Bruxaxá” (ALMEIDA, 1980, p. 7).

A ocupação se deu de forma parcimoniosa, com a divisão sucessiva dos lotes de terras entre os colonos, que se aproveitando da fertilidade do solo e da abundância dos regatos, desbastavam as matas dando lugar à produção de variadas culturas, como o algodão, a mandioca, o fumo, vindo a cana-de-açúcar a ser cultivada bem depois, já no século XIX (ALMEIDA, 1980, p. 8). Agora o território de Areia fazia assim a “ligação do sertão com a capital”. Pelos primeiros povoados passava uma estrada que, ao penetrar na região do brejo, abria-se em dois ramos, um em direção a Cuité e o outro para Campina Grande; este fazia

ligação com o caminho principal para o sertão e o anterior seguia rumo à região do Rio Grande Norte que ficou conhecida como Seridó (ALMEIDA, 1980, p. 5).

Dentre as hipóteses do povoamento do brejo paraibano elencadas acima, principalmente a proposta por Irineu Jóffily, de que “os agregados dos fazendeiros do sertão” foram os primeiros colonos da região é veementemente negada por Almeida (ALMEIDA, 1980, p. 5), pois “Sertanejo no Brejo só mesmo nas arribadas forçadas, enquanto durava a calamidade da seca, ou então carregando comboios de mantimentos para a provisão do sertão” (ALMEIDA, 1980, p. 6). O núcleo urbano surgiu a partir de um curral que servia de pouso para os rebanhos e seus condutores que vinham do sertão em direção ao litoral e a sua ocupação se deu conforme a topografia do lugar, dando à cidade o seu aspecto peculiar, dispersada sobre a “lombada da serra”.



IMAGEM - 2 *Brejo paraibano em Areia (PB)*, paisagem brejeira, o espaço das memórias de Almeida. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/fotografias_detalhes.php?id=10994> Acesso em: 30 de abril de 2010.

Quem foram estes primeiros “bravos colonos” o tempo não permitiu que os seus nomes chegassem até nós. Mas provavelmente vieram de dois núcleos principais: Mamanguape e Goiana na vizinha Capitania de Pernambuco, conforme observa Almeida

Inútil será a tentativa de descobrir quais foram os primeiros colonizadores do território de Areia. A ausência de tradição induz que não houve a figura de um chefe de clã, herói colonizador, e sim diversos moradores, que ao mesmo tempo se situaram no Brejo, procedentes principalmente de Mamanguape e Goiana (ALMEIDA, 1980, p. 5).

Areia foi o centro de constituição inicial deste espaço que veio a se chamar *brejo*. Um brejo que, conceitual e fisicamente, difere da boa parte dos que pontilham os rincões do território brasileiro. Que adquiriu um significado específico para a região nordeste do país, como nos propõe Manuel Correia de Andrade. O que “chamamos ‘brejo’ [são] as áreas úmidas ilhadas, quase ilhadas ou marginais à caatinga, semi-árida. Assim, o ‘brejo’ é aquela região onde não há seca, onde há água durante todo o ano, não tendo a mesma acepção que tem no Sul do país, onde ‘brejo’ significa área encharcada” (ANDRADE, 1973, p. 24).

O brejo paraibano situa-se no extremo leste do planalto da Borborema – maciço que se estende pelos Estados de Alagoas até o Rio Grande do Norte – entrecortado por vales profundos, com altitudes que variam em média de 200 a 600 metros, de clima úmido, ou quente-úmido, com uma precipitação de chuvas elevada, se comparada com outras regiões do Agreste nordestino. Por esses fatores o planalto da Borborema “constitui um vetor de redes hidrográficas em todas as direções” (RODRIGUEZ, 2002, p. 30), e como o brejo paraibano situa-se a contraforte dos ventos que sopram em direção ao interior do Estado, dá-se o fenômeno das chuvas orográficas, que consiste, por exemplo, no encontro de uma massa de ar úmida com elevações do relevo, provocando assim a chuva. Por essa razão, o brejo paraibano funciona como uma barreira natural do avanço das chuvas em direção oeste, emergindo assim como um lugar diferenciado – pelo clima, vegetação e topografia – das regiões que ele permeia, o Agreste e o Sertão. À borda dos abundantes regatos do sertão de Bruxaxá, segundo Almeida, os colonos iam se assentando e iniciando a exploração do território; aos poucos as palhoças foram dando lugar às casas grandes dos engenhos:

Mais para o fim do século XVIII estava conquistado o sertão de Bruxaxá, em marcha para a sua emancipação política. Expandia-se o desenvolvimento nas atividades já iniciadas, tanto na agricultura quanto no comércio. Famílias da capital e de Pernambuco ali se estabeleceram, atraídas pela fama do clima e feracidade da terra. As vias de comunicação melhoravam, facilitando o escoamento dos produtos, crescia a população, o comércio

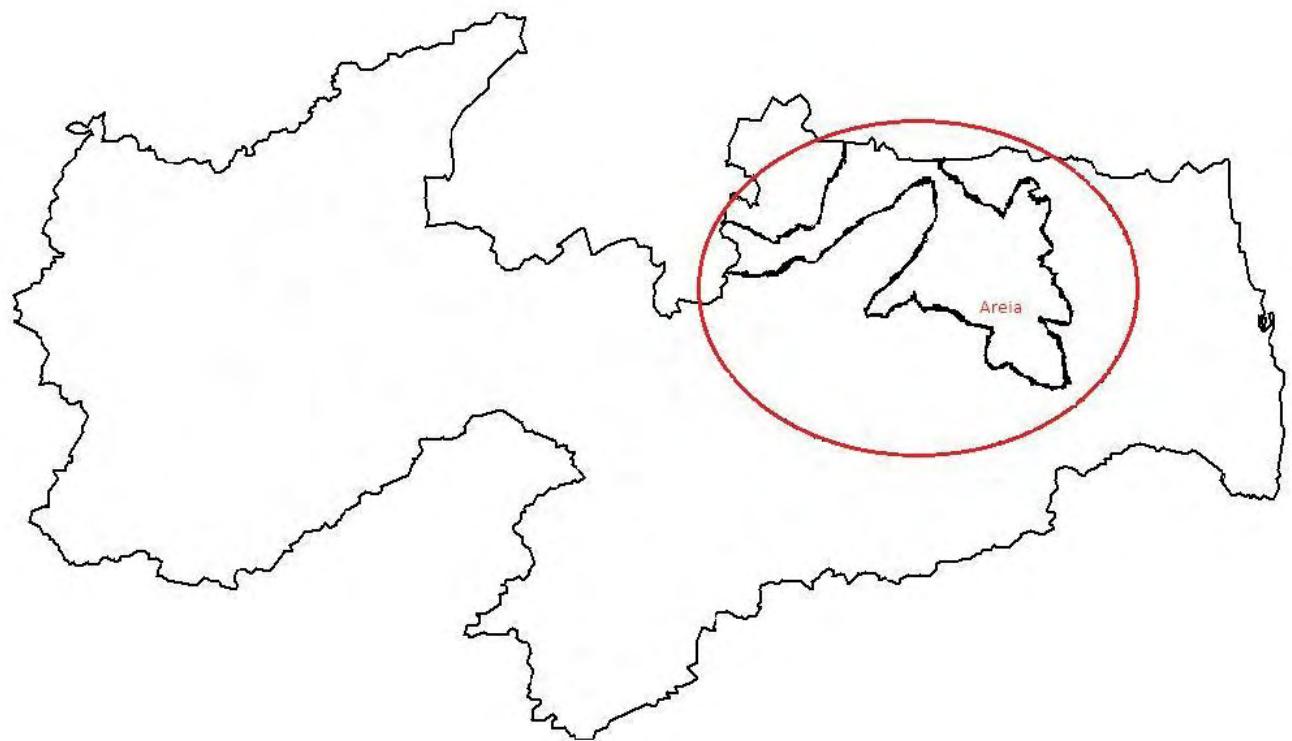
tomava impulso, o povoado mudava de aspecto, dava mostras de crescimento [...] (ALMEIDA, 1980, p. 8).

Por estes tempos, a Capitania da Paraíba vivia momentos difíceis. Anexada a Pernambuco, não tinha a menor condição de desenvolvimento. O território do brejo estava recebendo seus primeiros moradores vindos de Mamanguape – àqueles tempos Vila Real de Monte Mor da Preguiça – que, pela distância de 22 léguas que separavam os dois núcleos, tornavam essa migração esparsa e parcimoniosa. Mas no início do século XIX “É dos mais acentuados o desenvolvimento do vilarejo que domina os sertões de Bruxaxá” (ALMEIDA, 1980, p. 9). Como o povoado ainda não havia sido promovido à paróquia, o vigário de Mamanguape, “uma vez ao mês”, subia a serra para celebrar o culto em Areia.

Mas é sobre o relato de outro sacerdote, Francisco Lima, que Almeida lança algumas dúvidas. O referido padre, “estudioso da história”, lançou a assertiva de “que a povoação de Areia possuía” apenas “4 ou 5 casas em 1807, mas no ano seguinte já se apresentava em grande progresso” (ALMEIDA, 1980, p. 8). Algo que surge no sentido de “novidade histórica” para Almeida, visto que, o passado deste povoado não era tão recente assim:

O povoado já vinha de muitos anos, talvez mais de cem, contando *veneráveis patriarcas* na entrada do século XIX. Demais, quatro ou cinco propíquos jamais formaram povoado. Encarada a questão por outro lado, atentas as condições do meio e da época, não se pode admitir que uma aldeia surgisse de um ano para o outro, ex-abrupto, com igreja, comércio e sólidas residências, como se mostrava o vilarejo naquele começo de século (ALMEIDA, 1980, p. 8. Grifos nossos).

Aliás, o século XIX foi o momento de maior glória e também de maior angústia para Areia. Em 1813 foi criada a freguesia, em 1815 se emancipa e é elevada à vila “com o pomposo nome de Vila Real do Brejo de Areia” (ALMEIDA, 1980, p. 11), pertencendo ao seu território os povoados de Alagoa Grande, Bananeiras, Pilões, Guarabira, Cuité e Pedra Lavrada, conforme a demarcação no mapa abaixo:



MAPA - 4 Mapa da Paraíba com a área pertencente à Vila Real de Brejo de Areia (primeira metade do século XIX) demarcada de acordo com a descrição de Almeida. Representação feita a partir de ilustração disponível em <www.santiagosiqueira.pro.br>, acesso em: 30 de abril de 2010.

Areia era, assim, a nona vila paraibana na linha temporal de criação. E, segundo Almeida, “depressa [...] havia de passar à frente de todas elas, pelo menos durante alguns decênios, favorecida por circunstâncias especiais, que levaram por brilhante trajetória” (ALMEIDA, 1980, p. 12). Ações de homens probos e de espírito empreendedor que trouxeram inúmeros benefícios à cidade e ao seu povo, pois “Não haverá exagero em dizer que Areia tinha homens de estirpe, desde antes de sua independência”, muitos desses que “podem ser lembrados como autênticos patriarcas dos velhos tempos” (ALMEIDA, 1980, p. 15). E as expressões valorativas sobre estes homens continuam: filhos de ‘famílias tradicionais’, todos ‘probos e moderados’, ‘dignos varões’, grandes ‘vultos de prestígio’, que “deixaram descendência ilustre”, alguns dotados de um sentimento ‘nativista’ devido às suas ações de defesa e desenvolvimento das terras brejeiras, pátria-mãe, o paraíso abundante que retribuía agora com a prosperidade e o desenvolvimento (ALMEIDA, 1980, p. 16-18). Uma história masculina por excelência, com mulheres sem nomes, apenas apêndices de seus maridos, ou objetos de sedução que levam o homem a fazer loucuras. Mulheres vingativas e

perversas, como no relato sobre “O crime de Carlota”, que, na primeira metade do século XIX, vinda do sertão assentou-se em Areia, e envolveu-se em um assassinato, sendo dedicado ao feito um capítulo inteiro (ALMEIDA, 1980, p. 61-75).

4.2. Areia: a cidade *na* história e a cidade *da* história

Para Almeida, o século XIX é o momento de magnificência da cidade de Areia, até porque foi o período do registro, da produção de documentos nos quais figurava a cidade em seu momento de prosperidade econômica. É no início desse século “que se apanham os primeiros conhecimentos da história de Areia. Antes era o período obscuro da colonização, durante o qual nada aconteceu digno de nota ou, se aconteceu, ficou sepultado no passado, sem registro dos coevos” (ALMEIDA, 1980, p. 9).

Libertada do julgo pernambucano, a Paraíba, de acordo com Almeida, pôde dar início ao seu desenvolvimento rumo à prosperidade. Um dos grandes exemplos dessa arrancada foi Areia que ascendeu de uma forma impressionante para os padrões da época. De 1815, quando se constituiu em vila, a 1846, no momento em que se tornou cidade, o pequeno povoado, procedente das instalações de um curral que servia de pouso aos vaqueiros vindos do sertão rumo ao litoral com seus rebanhos, viu-se agora como um dos principais núcleos urbanos da província.

De acordo com Almeida, a produção agrícola no brejo paraibano teve o algodão como a sua primeira grande fonte de renda e comercialização, permanecendo ainda até meados do século, quando acontece a entrada da cana-de-açúcar, vai priorizar a aguardente e a rapadura como seus produtos de excelência. Além destes, na segunda metade do século XIX o café também é experimentado nas serras brejeiras, mas a preponderância da cana sobre os outros dois foi proporcionada pelo surgimento de pragas que tornaram impraticáveis a continuidade das atividades, além do solo e o clima que ofereceram à cana o lugar ideal nas várzeas brejeiras (ALMEIDA, 1980, p. 100-103).

No ano em que Areia se erigiu à dignidade de cidade, consumia-se a Paraíba sob o flagelo da seca, que devastava as últimas reservas de energia do sertanejo. A população da zona castigada debandou quase toda *em busca de salvação*, ficando muita gente radicada *no Brejo*, que abundava de fartura, como oásis de redenção para o aglomerado humano que ali se condensava.

A cidade crescia em população e prosperava em riqueza. Por muito tempo foi o maior centro comercial do interior, fechando à capital as portas do sertão. E como suas relações de negócio eram mantidas de preferência com as praças de Pernambuco, resolveu o governo abrir uma estrada da capital até Areia, com o objetivo de conquistar aquele mercado. [...] Já então o município produzia em larga escala algodão, rapadura, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, fumo e cereais, até mesmo um pouco de café, abastecendo o sertão do Seridó aos Cariris Velhos. Sua feira era reputada a maior de quantas existiam em toda a Paraíba (ALMEIDA, 1980, p. 36. Grifos nossos).

O brejo tornava-se assim o ‘celeiro’ do sertão paraibano, o lugar de provimento dos vaqueiros sertanejos que desciam ao litoral com seus rebanhos e voltavam abastecidos do brejo com a maioria dos produtos de primeira necessidade. O clima e a aridez do sertão não permitiam esse tipo de produção até mesmo porque o interesse desses homens, para Almeida era criação de gado bovino. O núcleo urbano, com sua importante feira, atraía até os homens do Seridó norte-rio-grandense, como demonstra Macêdo (2005):

Passada a fase de engorda do gado, eles [os fazendeiros do Seridó] vendiam-nos nas feiras da Paraíba e Pernambuco, voltando, principalmente dos *brejos* paraibanos, com outros gêneros que supriam as necessidades da fazenda: milho, feijão, farinha, fumo e aguardente; além de trazerem de Pernambuco mercadorias mais elaboradas como secos e molhados, tecidos, ferrarias, louças, etc (MACÊDO, 2005, p. 74).

O comércio era o grande pilar da economia de Areia. A feira da cidade era conhecida e frequentada por esses homens que passavam dias e dias marchando com seus rebanhos. Tudo o que era produzido – vale ressaltar não só na cidade, mas nos inúmeros povoados que faziam do brejo espaço próspero e abundante, embora ele não mencione esta questão – de acordo com o autor, era vendido, “quase tudo escoava para o sertão” (ALMEIDA, 1980, p. 113), fazendo com que alguns, que nunca saíram sequer da própria província, afirmassem que esta feira fosse uma das maiores de todo o império brasileiro:

Outro centro de maior abundância não havia por perto, onde o sertanejo pudesse se abastecer das utilidades necessárias ao seu consumo. Tropas de burro chegavam de todas as ribeiras, dos Cariris e além Borborema, uma vez que o brejo estava em condições de suprir o sertão num raio de 60 léguas. [...] A feira de Areia, nascida com a criação do município, gozou a reputação de ser a maior da Paraíba, até o fim do século. Afirma Joaquim da Silva que era maior do norte do Império [...]. De longe, ouvia-se o zunzum do aglomerado humano que enchia os quadros da cidade, atravancada também de animais de carga (ALMEIDA, 1980, p. 114).



IMAGEM - 3 Areia. Centro comercial, provavelmente no início da segunda metade do século vinte. Disponível em: <<http://areia.pb.gov.br/galeria2/viewer.swf>>. Acesso em: 30 de abril de 2010.

A diversidade dos produtos era tanta que os estabelecimentos comerciais possuíam mercadorias que, no montante, valiam muito mais do que um engenho inteiro, observa o autor. E todo esse dinamismo fez com que ele declarasse que pouca coisa a diferenciava de uma urbe importante, com muito poucos fatores que a impediam de ser identificada a uma capital. Buscava elencar toda uma intensidade de movimentos e eventos típicos de um grande centro urbano europeu do século XIX, ou até mesmo brasileiro, ao pequeno núcleo da cidade de Areia:

Dai por diante, em toda a segunda metade do século, o progresso fez morada em Areia. Pouco faltava à cidade para que ostentasse a fisionomia de uma minúscula capital. Sobrados de azulejo, ruas calçadas, teatro, colégios, biblioteca, jornais, banda de música, sociedade dramática, clube de dança, tudo isso e mais um comércio à satisfação, completando o quadro da urbe. A cidade, pelo seu ar de importância, fugia à chateza comum aos burgos da época. Clara, limpa, graciosa, nos dias de sol, mas se chovia dava também uma nota característica, quando as bocas de jacaré, do alto dos sobrados, espanejavam água nas calçadas de pedra, com estrondos de catadupa (ALMEIDA, 1980, p. 115).

Mas a importância da cidade se dava também pelos seus homens que participaram, em muitos casos como protagonistas, de eventos marcantes na história política e social da região e porque não de todo o país. A influência de Pernambuco sobre a Paraíba não se deu apenas no âmbito comercial – fator que proporcionou muitos problemas no que diz respeito a autonomia paraibana – como também na esfera política as relações entre as duas unidades foram extremamente próximas:

Vão irmanadas ao sacrifício na revolução de 1817, que visava à implantação do regime republicano. Em 1824, marcham solidárias, de armas na mão, na defesa do liberalismo político. O mesmo ocorre em 1848, quando misturam novamente o sangue, em luta sanguinolenta, pelos ideais democráticos e, ainda, em 1874, na célebre questão religiosa.

Em todos esses encontros históricos Areia esteve em foco. Sua atuação só foi pálida na revolução de 1817 (ALMEIDA, 1980, p. 19).

Embora a participação de Areia tenha sido *pálida* neste levante, a Paraíba enquanto unidade política teve uma participação efetiva através da atuação de personagens centrais. A revolução de 1817 surge para Almeida como a tentativa da implantação de uma república como sistema de governo para o nordeste brasileiro, no intuito de dissipar os desmandos do monarca D. João VI. O ano de 1808 é crucial para se compreender os motivos deste movimento. Inúmeras transformações se deram na colônia tanto pelo lado administrativo quanto pelo campo das ideias:

Abriram-se os portos ao comércio das nações estrangeiras, estabelecendo-se por esta forma ligação direta do Brasil com outros centros europeus. Elevou-se a colônia à categoria de reino, em pé de igualdade com a velha metrópole portuguesa. Criou-se a Impressão Régia, que foi o ponto de partida para a instauração da imprensa periódica. Revogaram-se as leis que proibiam as atividades industriais no Brasil. E, de par com estas conquistas, surgiram várias lojas maçônicas nos centros mais adiantados, primeiros sintomas de uma consciência nacional, logo mais deflagrada na revolução de 1817 (ALMEIDA, 1978, p. 90).

Afirma Almeida que diversas sociedades secretas, disfarçadas de academias, no início do século XIX despontaram pela Paraíba e principalmente em Pernambuco, que teve no *Areópago de Itambé*, fundado em 1799 pelo paraibano Manoel de Arruda Câmara, o ponto de irradiação das “ideologias da Revolução Francesa contra o absolutismo monárquico de Portugal” (ALMEIDA, 1978b, p. 90). A cidade de Itambé foi escolhida por fazer fronteira com a Paraíba, mas relembra Mello (2002) que alguns críticos – não citando os nomes – afirmam que o padre e naturalista Arruda Câmara não era republicano nem tão pouco liberal.

O padre simpatizava com uma forma de governo que ficou conhecida na Europa como despotismo esclarecido, que não eliminava a figura central do monarca, mas balizava a sua administração com os ideais do progresso, da reforma e do incentivo a uma educação de qualidade. Além do mais, provavelmente Arruda Câmara nunca morou em Itambé, por isso muitos desses críticos duvidam não só da participação de Arruda Câmara, mas também da própria existência do Areópago (MELLO, 2002, p. 101).

Afora o Areópago o Seminário de Olinda também contribuiu para a disseminação do ideário republicano no nordeste brasileiro. Para Almeida os padres foram os verdadeiros “arautos da idéia”. A questão da aproximação entre a colônia e a Europa, com a abertura dos portos, facilitou o contato dos brasileiros com os sistemas de pensamento mais em voga naquele continente. Com isto muitos dos filhos da elite nacional, a partir de seus estudos na Europa, trouxessem na sua bagagem e no seu pensamento os questionamentos do poder monárquico e a vontade de construir um poder autônomo em seus Estados. Os motivos para tal empreendimento cresciam a cada momento junto com o rancor entre brasileiros e portugueses. “Estes se consideravam os senhores da terra e como tais açambarcavam os melhores empregos civis e militares, até mesmo os negócios mais rendosos” (ALMEIDA, 1978b, p. 92).

Mas os problemas não estavam circunscritos apenas a estas questões. Os impostos passaram a recarregar mais fortemente sobre a população, principalmente para bancar as despesas da Corte, instalada agora na própria colônia, bem como os gastos acumulados a partir das investidas militares na região do Prata. Porém o ponto mais específico em relação ao levante de 1817, esquecido por Almeida, está vinculado à desigualdade regional, ao desinteresse do poder central pelas regiões ao norte da capital da colônia, que se distanciaram ainda mais quando da sua transferência para o Rio de Janeiro (FAUSTO, 2008, p. 69-70).

O fato é que iniciado o levante em 6 de março de 1817, em virtude da morte de um brigadeiro numa ação pela prisão de militares maçons em Recife, o movimento se alastrou rapidamente em direção a vizinha Paraíba que, “aderiu à revolução, não só por contágio de vizinhança, como porque participava das mesmas idéias democráticas” (ALMEIDA, 1978b, p. 93). Proclamada a república na Paraíba em 15 de março e eleita a junta que a governaria, diversas ações foram empreendidas, todas com o intuito afastar qualquer atitude ou símbolo que lembrasse a presença do poder real. Da mesma forma enviaram “ao Rio Grande do Norte uma expedição militar, sob o comando do jovem José Peregrino de Carvalho, com a missão de ali propagar a causa da república” (ALMEIDA, 1978b, p. 95).

No início de maio de 1817 o sonho republicano chegou ao fim com a tomada de Recife pelas tropas legalistas. A não participação popular e a divergência de pensamento entre os líderes do movimento também favoreceram a sua debilidade, pois como evidencia Fausto, os objetivos da revolução eram diferentes em cada grupo social: “Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à idéia de igualdade. Já o principal objetivo dos grandes proprietários rurais era acabar com a centralização imposta pela Coroa” (FAUSTO, 2008, p. 70) e poderem assim governar-se a si próprios.

Com o poder da Coroa restabelecido chegava o momento de punir os sediciosos. Da Paraíba, cinco ‘patriotas’ foram condenados à força, dos quais ‘nos orgulhamos de tão honrado sacrifício’, mas de todos estes, José Peregrino de Carvalho, é apontado por Almeida como o grande mártir paraibano da revolução. Com apenas 19 anos de idade, “soube morrer pela pátria” em virtude do “sonho de querer arvorar o estandarte da liberdade, que o absolutismo converteu em crime de lesa-majestade” (ALMEIDA, 1978b, p. 98-99). Estava corroborado assim mais um de nossos heróis pela historiografia oficial.

Da cidade de Areia apenas dois revolucionários seguiram para as prisões da Bahia, mas não tiveram o mesmo destino de Peregrino de Carvalho. Por conta deste pequeno incidente, Almeida reserva a Areia o lugar onde “ferveu a contra-revolução” (ALMEIDA, 1978b, p. 103). Mas a atuação de seus homens foi maior nos movimentos seguintes. Na Confederação do Equador, em 1824, alguns areienses tiveram papel de destaque no movimento. Contudo o posicionamento do autor diante a Confederação muda de perspectiva se compararmos a composição de 1958 com o segundo volume de sua *História da Paraíba*, de 1978. Revisitemos brevemente o processo.

Pouco tempo depois de 1817 o Brasil passou por agitações políticas que levaram à sua independência, singular se pensarmos no conjunto dos resultados dos movimentos empreendidos na América Latina. Se lebrarmos que a vinda da família real para a sua principal colônia em início do século XIX deveu-se às imposições do império napoleônico, seis anos depois o mesmo encontrava-se derrotado na Europa. Como a Inglaterra auxiliou a transferência da Corte portuguesa e deu reforços militares à defesa da metrópole, após as lutas o marechal inglês William Carr Beresford passou a governar Portugal como presidente do conselho de regência que administrava o país devido à ausência do monarca. Para maior insatisfação dos portugueses, no ano seguinte, 1815, D. João elevou a colônia à distinção de Reino Unido, decidindo permanecer no Brasil. Internamente os ânimos se acirraram desembocando em agosto de 1820 na chamada Revolução Liberal da cidade de Porto, movimento que instaurou uma crise no poder monárquico português que teve um sucesso

maior que o levante anterior de 1817, a dita Conspiração de Lisboa, empreendida por oficiais do exército na tentativa da expulsão dos britânicos em Portugal.

A revolução portuguesa de 1820 tinha aspectos contraditórios. Podia ser definida como liberal, por considerar a monarquia absoluta um regime ultrapassado e opressivo e por tratar de dar vida a órgão de representação da sociedade, como é o caso das Cortes. Ao mesmo tempo, ao promover os interesses da burguesia lusa e tentar limitar a influência inglesa, pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal (FAUSTO, 2008, p. 71).

O ano de 1820 revelou as verdadeiras intenções dos portugueses que permaneceram na metrópole. Instituíram uma Junta Provisória que, de um lado, queria o retorno da Corte e do monarca para o seu devido lugar de direito, não aceitavam de forma alguma o poder de um estrangeiro dentro de seu território, e, de outro, a liberdade política e comercial que aparentemente crescia na colônia despertava uma inconformidade naqueles que tinham interesses econômicos sobre ela. Agora com o *status* de Reino Unido, poderiam ser preteridos numa possível independência política do lugar. Foram convocadas também as Cortes “a serem eleitas em todo o mundo português, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição. Previu-se no Brasil a criação de juntas governativas leais à revolução nas várias capitâncias, que passaram a se chamar províncias” (FAUSTO, 2008, p. 71). Almeida chegou a ter excesso de afirmar que a revolução de 1817 no Brasil foi ‘dar frutos’ em Portugal na Revolução Liberal:

O absolutismo monárquico, contra o qual os nordestinos se levantaram, foi afinal lançado por terra em Portugal. O que os portugueses não consentiram no Brasil acabaram fazendo em sua terra, na revolução do Porto. Forçaram por esta forma D. João VI a jurar as bases de uma constituição que os deputados às cortes portuguesas iriam ainda aprovar. Pelas bases juradas, o Rei ficava amputado dos poderes absolutos.

Sem nenhuma dúvida a revolução de 1817 foi dar frutos no outro lado do Atlântico. Embora tarde, chegava a Portugal o reflexo das idéias liberais. *A revolução do Porto realizou em parte o sonho dos nordestinos, além do que precipitou o andamento da história no que tange ao processo da independência do Brasil* (ALMEIDA, 1978b, p. 109. Grifos nossos).

As manifestações dos portugueses se deram também no Brasil, que impeliram o monarca a organizar as eleições dos representantes brasileiros para as Cortes, iniciadas em janeiro de 1821. Estes não tiveram poder de voz em momento algum das sessões, pois estava claro o posicionamento dos portugueses. Todas as medidas em pauta, referentes ao Brasil manifestavam a decisão do retorno da posição de subordinação da colônia à metrópole, não

que ela não existisse de fato. Mas a abertura dos portos e toda uma estrutura e experiência da corte na colônia trouxe vínculos sociais e liberdades comerciais que ficariam abaladas se isto se efetivasse, pois as capitâncias passariam a ser províncias e:

Os governos provinciais passariam a ser independentes do Rio de Janeiro, subordinando-se diretamente a Lisboa. Houve uma tentativa de revogar os acordos comerciais com a Inglaterra que eram do interesse tanto dos ingleses quanto dos grandes proprietários rurais brasileiros e dos consumidores urbanos (FAUSTO, 2008, p. 72).

A Constituição foi aprovada em fevereiro e, com medo de perder o trono, D. João retorna a Portugal em abril do mesmo ano. Na Paraíba, os que se mostraram contra a nova Constituição se rebelaram em armas pelo interior saqueando e depredando algumas cidades, mas quando chegaram em Areia “foram contidos e desbaratados” (ALMEIDA, 1978b, p. 110). Além dos procedimentos citados acima outros foram postos em execução como o retorno para metrópole das principais repartições que estavam instaladas no Rio de Janeiro, bem como a determinação da volta do príncipe regente (FAUSTO, 2008, p. 73). Nos primeiros dias de 1822, D. Pedro declarou que permaneceria no Brasil, fazendo assim com que as Cortes determinassem, em princípios de setembro do mesmo ano, que todas as suas ações na colônia – a expulsão dos militares portugueses que negaram fidelidade ao príncipe, a proibição da posse aos empregados vindos da metrópole nas províncias, por exemplo – tivessem efeito nulo. D. Pedro proclamou, assim, poucos dias depois, a independência do Brasil (FAUSTO, 2008, p. 74).

A Paraíba de Almeida, como sendo um lugar que se destacou sempre pela ordem, seja ela revolucionária ou não, prontamente recebeu a independência, auxiliando o poder constituído a se estabelecer, até mesmo enviando tropas aos locais onde a nova forma de governo não foi aceita: “A Paraíba, além de assegurar a ordem interna, mandou uma força militar para ajudar na expulsão dos portugueses que se opunham à Independência” (ALMEIDA, 1978b, p. 111).

É válido lembrar que não se estabeleceu um consenso geral na pós-independência. Prova maior disso foram os acontecimentos posteriores a 1822. As estratégias tomadas por D. Pedro consistiam em buscar apoio político no intuito de construir uma estabilidade e base para o seu poder, diante da insatisfação de algumas regiões, em especial o nordeste da antiga colônia. Para tanto, no ano seguinte, promoveram-se eleições para a composição de uma Constituinte, que elaboraria uma Carta Magna para o recém-criado país. D. Pedro e os seus correligionários mais próximos, ao perceberem que no corpo dos constituintes emergia a

discussão de uma Constituição que não entregava amplos poderes ao príncipe dissolveu a Assembléia. A 24 de março de 1824 foi promulgada a primeira Constituição do Brasil com a conhecida e polêmica divisão dos poderes que ampliava a ação do agora imperador D. Pedro. O chefe do poder executivo imperial, subordinava todos os outros com a instituição deturpada do poder Moderador. Ao invés de executar o princípio básico de ser autônomo em relação aos outros três poderes e servir como uma espécie de regulador das disputas transformou-se numa autoridade extra, por isso então incontestável do imperador. As capitâncias tornaram-se províncias, sendo exclusividade sua a nomeação de seus governadores.

A junta que governava a província de Pernambuco foi substituída por outra presidida por Manoel de Carvalho Paes de Andrade, a qual não foi aprovada pelo imperador que nomeou como presidente da província Francisco Paes Barreto, que não conseguiu tomar posse. A dissolução da Assembléia Constituinte foi o que faltava para os pernambucanos se lançarem de novo contra o poder central. No dia 2 de julho de 1824, Paes de Andrade lança um manifesto “em que chama de traidor o Imperador e conclama as províncias do norte a unirem-se a Pernambuco, na formação de um estado republicano, a que deu o nome de Confederação do Equador” (ALMEIDA, 1978b, p. 116).

Na Paraíba os problemas surgiram quando da nomeação de Felipe Néri como governador, em 9 de abril de 1824. Esclarece Almeida que Néri foi um incompreendido, pois tinha boas intenções para com a Paraíba e que eram equivocadas as suspeitas de lusitanismo que caíam sobre ele – um liberal, patriota que lutou pela independência em 1817 – apenas porque sua nomeação foi um ato imperial. Uma de suas primeiras atribuições foi a convocação das câmaras das vilas para serem eleitos os membros do Conselho provincial, espécie de Assembléia Legislativa. Das nove vilas existentes, cinco se insubordinaram, as duas do sertão estiveram alheias a todo o movimento “em razão da terrível seca que as consumia”, sendo apenas duas no litoral, Conde e Alhandra, “vilas medíocres, quase totalmente habitadas por índios”, que aderiram ao governo. A vila de Areia “foi o foco da agitação”:

Eis que a Vila Real do Brejo de Areia assume uma atitude de guerra contra o governo. O senado da câmara, em grande vereação, declara que não reconhece autoridade no presidente da Província w, em consequência, nenhum conselho para o seu governo elegerá. [...] A 5 de maio, o povo e a tropa, em pé de guerra, aclamaram um governo temporário [...] (ALMEIDA, 1978b, p. 114. Grifos nossos).

Quem constituía este ‘povo’ ao qual Almeida se refere? Os escravos, os pequenos trabalhadores, a gente humilde da cidade de Areia? Será que todas as classes estavam como afirma o autor, não só representadas, mas cientes dos motivos e objetivos de tal insubordinação? O que Almeida empreendera não foi uma menção anacrônica que identifica aquilo que o senso comum hoje comprehende como povo, um dos substantivos fundamentais na construção das identidades? O que importa acima de tudo é o evento, o acontecimento, que a vila de Areia tenha se insurgido como deveria ser de fato a atitude de um lugar sempre voltado ao progresso, à contestação, aos atos de homens esclarecidos – na acepção iluminista do termo:

O rastilho de propaganda revolucionária, que se alastrou rápido por quase toda a província, partiu de Areia. [...] Antes da posse de Felipe Nery, já havia o Senado da Câmara de Areia, em grande vereação realizada a 3 de abril, protestado contra a dissolução da Constituinte. [...] Nessa célebre reunião, além da censura ao monarca, manifestou a Câmara determinação de opor-se à posse de Felipe Nery, contra o qual atirava veementes objurgatórias. [...] A Atitude da Câmara de Areia, cujos membros não se temiam de fustigar o Imperador e o seu preposto no governo da Paraíba, refletia bem alto o espírito de revolta. O quadro político que se esboçava no país, com perigo de retorno ao colonialismo, provocou dos areienses o grito de alerta, manifestado na histórica ata que, além dos membros da casa, *foi firmada por 188 patriotas, representantes de todas as classes do município* (ALMEIDA, 1980, p. 23. Grifos nossos).

Não se pode negar, como já afirmamos, a mudança de perspectiva sobre este movimento que Almeida empreende em 1958 e, depois, em 1978. No primeiro momento a Confederação do Equador foi um evento patriótico, no qual Areia se destaca por ser a cidade símbolo da ação e da propagação da causa republicana na Paraíba. Vinte anos depois não é tão ornamentado o acontecimento sobre Areia, sendo a Confederação uma ocasião provocada por homens fracos em ideologia e completamente equivocados, sem uma compreensão exata do porque de tanto ódio à figura do imperador. Pois afirma que só o anti-lusitanismo não explica o levante, pois “Procurar espírito filosófico na revolução de 1824 é esforço que parece inútil. Excetuados alguns sonhadores, [...] os demais pregueiros da autonomia republicana eram quase todos uns equivocados. Nenhuma idéia nova lançou a república de Paes de Andrade” (ALMEIDA, 1978b, p. 117).

“Dia a dia cresciam os perigos que ameaçavam a pátria” (ALMEIDA, 1978b, p. 119). Batalhas foram travadas em solo paraibano, com areienses presentes do lado dos confederados. O governador passou a sua presidência para outro em virtude das pressões locais; a cidade do Recife encontrava-se cercada pelas tropas legalistas e em setembro se

entregou. Alguns revoltosos ainda empreendem a marcha rebelde pelo interior de algumas províncias, mas capitulam em novembro. Estava dissolvida a Confederação. Estabelecer-se-ia agora a ordem e a punição imperial aos revoltosos.

O caráter contestatório de Pernambuco, que não se desvaneceu com a derrota da Confederação, era uma especificidade visível desde o período da expulsão dos holandeses no século XVII. E pode ser compreendida um pouco antes disso, no que diz respeito a autonomia exercida pela capitania ao revés das imposições metropolitanas, durante todo o processo da colonização. A riqueza proporcionada pelo açúcar e o movimento expressivo dos seus portos em contato com o mundo, sem contar a distância entre a colônia e Portugal, desembocava, em muitos casos, em atitudes de afronta e desobediência pelo fato de sentirem-se desassistidos pela coroa portuguesa.

Quando da restauração do nordeste da colônia na segunda metade de 1600, Pernambuco acreditava que, pelos seus esforços no combate ao ‘inimigo’ holandês, receberia a recompensa adequada aos seus homens que tanto ‘honraram’ a metrópole. Mas, como elencamos mais acima, as coisas aconteceram de outro modo. A preterição dos brasileiros em relação aos portugueses em cargos administrativos e nas forças armadas, a constante centralização de poder e mudança do eixo econômico para o centro sul levaram os pernambucanos a construírem, ideologicamente, um sentimento de valorização local. Revelado numa aversão aos lusitanos que desembocaria em diversas atitudes como as revoltas do século XIX⁶⁵, o nativismo pernambucano influenciou as províncias que orbitavam o seu espaço e que tinham não só uma proximidade territorial, mas também econômica.

Em 1848, a Rebelião Praieira revive, em alguns aspectos, essas discussões, fazendo com que Almeida declare que a história é uma repetição constante de acontecimentos e que, mais uma vez, Pernambuco lança a sua, agora perigosa influência sobre a Paraíba, em disputas de cunho exclusivamente político, sem nenhuma motivação social ou econômica para tanto. Rusgas de liberais e conservadores apenas. Além do mais, os motivos e as discussões políticas – apesar de Almeida elencar como o principal motivo da revolta – não são muito explorados, sendo dada atenção maior aos combates realizados na Paraíba:

A história sempre se repete. Já vimos que a revolução nativista de 1817 irrompeu no Recife e rápido se alastrou pela Paraíba. A mesma coisa aconteceu em 1824 com a chamada Confederação do Equador. Outro

⁶⁵ Conf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso*: ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. No qual o autor explora a questão da construção do nativismo pernambucano no século XVII, seus desdobramentos e sua participação dentro dos questionamentos da política imperial no Brasil do século XIX.

rastilho de pólvora que se propagou de Pernambuco para a Paraíba foi a Rebelião Praieira [...]. Em todos esses casos o agente predominante foi o político. Vale frisar esse ponto para contrariedade dos intérpretes do materialismo histórico (ALMEIDA, 1978b, p. 125).

Não temos espaço, nem é nossa intenção, enveredar pelos caminhos das discussões que caracterizavam os liberais e os conservadores no Brasil imperial. Até porque consenso e ideologia partidária não existiam, o que predominava eram os interesses políticos dos componentes de cada situação. E se formos elencar como um dos diferenciadores o posicionamento contrário ao poder nas mãos do imperador, os liberais jamais teriam sido um dos eixos da centralização do segundo reinado. Além do mais, os interesses eram múltiplos provocando até subdivisões internas entre os dois partidos, se é que poderiam assim ser chamados (FAUSTO, 2008, p. 94).

Justamente foi a mudança de comando da província pernambucana, que passou das mãos dos liberais para os conservadores – representados pelos latifundiários e grandes comerciantes, muitos dos quais portugueses – que ocasionou o levante. Um grupo de liberais publicava um jornal chamado *Diário Novo*, cuja sede se localizava na Rua da Praia – por isso o nome Revolução Praieira – que lançava inúmeras críticas à situação econômica e política de Pernambuco. Borges da Fonseca, com o seu periódico *O Repúblíco*, também despejava diversas censuras à elite conservadora. Assim que tomou posse, em 17 de outubro de 1848, Herculano Ferreira Pena iniciou uma perseguição ferrenha contra os liberais:

Logo de entrada foi desmontando a máquina política dos liberais, porque seu objetivo era mais político que administrativo. Não ficou na derrubada geral. Passou a hostilizar os adversários como se estivesse a braços com inimigos. As nomeações e demissões não eram publicadas, de modo que o nomeado se apresentava para investir-se no cargo e logo prendia aquele a quem substituía, se era autoridade policial. [...]

O que mais excitava os ânimos era o recrutamento para o serviço militar, como medida de desforra contra o adversário (ALMEIDA, 1978b, p. 125).

Da luta de argumentos à luta armada fora menos de um mês. Em 14 de novembro iniciou-se o combate armado no engenho Mussupinho, próximo ao Rio Formoso. O *Manifesto ao Mundo* foi lançado em 1 de janeiro de 1849, e nele os revoltosos expunham as bases de seu ideário político e o programa das atitudes a serem tomadas. Por exemplo, a criação de uma nova Constituição que assegurasse a liberdade de imprensa, universalizasse o sufrágio, extinguisse o poder Moderador e concedesse aos brasileiros a exclusividade do comércio, além da federalização como nova forma administrativa. Em 2 de fevereiro deste mesmo ano

os rebeldes aproximavam-se de Recife, que após uma longa batalha de mais de 13 horas foram derrotados pelas forças do governo, que já tinha tomado conhecimento do ataque (ALMEIDA, 1978b, p. 126-128).

Mesmo vencidos em Pernambuco, alguns revolucionários se lançaram para o interior se desmembrando em duas colunas. Uma, comandada por Pedro Ivo, dirigiu-se em direção a Garanhuns; a outra para a Paraíba. Sabendo de tal fato o presidente da província, por ter deixado a capital desprotegida ao enviar um contingente como apoio das forças legalistas de Pernambuco, decidiu deixar a cidade e levar consigo o tesouro provincial, além de tomar o cuidado de destruir toda a pólvora existente no comércio afim dos rebeldes não se apossarem dela. Como seria fácil tomar a cidade, mas difícil de empreender uma possível fuga por conta de suas poucas opções de saída, os rebeldes decidiram ir em direção de Areia, por ser no alto de uma serra possibilitando assim um campo de defesa mais seguro (ALMEIDA, 1978b, p. 129). As atitudes precipitadas tomadas pelo presidente da Paraíba contribuíram ainda mais para o clima de desespero que se espalhou pela província: “Ao correr a notícia de que os rebeldes haviam entrado em território paraibano, enche-se de pânico a capital da Província, receosa de ser acometida. [...] Famílias abandonam as casas, refugiando-se nas praias, até mesmo nos matos [...]” (ALMEIDA, 1980, p. 52).

Tantos os praieiros como o governo da província enviaram despachos a Areia, estes comunicando a proximidade dos rebeldes e a necessidade de prevenção, os outros de sua breve chegada e o pedido de acolhimento, que foi prontamente atendido em preterição ao do governador da província. Naquela cidade os rebeldes seriam recebidos por Maximiano Machado “que acumulava [...] os cargos de juiz municipal e delegado de polícia” (ALMEIDA, 1978b, p. 129). O que Almeida tenta expor com este evento sobre a cidade de Areia é que, mesmo sabendo do iminente fracasso de tal atitude – isso ele revela apenas em 1978 – os liberais areienses não podiam trair a causa do partido e, como homens honestos e destemidos que sempre foram, era necessário enfrentar a causa com bravura.

Os liberais de Areia já estavam determinados a participar da luta armada, sem medir as consequências da atitude que tomavam. Só por idealismo partidário se explica a temeridade daquela determinação, que expunha aos azares de uma cartada perigosa figuras do mais lato conceito e prestígio local [...] (ALMEIDA, 1980, p. 53) ⁶⁶.

Os liberais de Areia sabiam que estavam abraçando uma causa perdida, mas era a sua causa, a causa do partido. Para reanimá-la fizeram uma proclamação no sentido de generalizar a revolta, levantando os municípios vizinhos [...] (ALMEIDA, 1978b, p.130).

⁶⁶ Vale ressaltar que nos utilizamos aqui da segunda edição de 1980 e não a primeira de 1958.

No dia 18 de fevereiro os rebeldes venceram a serra e penetraram em Areia, após deixarem no caminho, mais precisamente dentro da igreja de Alagoa Grande – um povoado situado ao sopé das montanhas – sepultado na tarde anterior, o corpo de João Romão, um dos líderes da revolução. Em seguida buscaram traçar o plano, segundo o autor muito mal feito, para a defesa da cidade diante do ataque das forças do governo. Estas que não demoraram a chegar. Após três dias “o exército subia a serra da Onça, em demanda da cidade” (ALMEIDA, 1978b, p. 130). Os rebeldes foram desbaratados na tarde do mesmo dia. “Nem podia ser outro o desfecho melancólico da rebelião praieira, dada a sua causa originária e a mediocridade como foi conduzido o movimento” (ALMEIDA, 1980, p. 57).

Assim findava a Revolução Praieira, “Uma luta armada que começou no Recife e terminou em Areia” (ALMEIDA, 1980, p. 50). Areia, assim, tornava-se o palco do fim da revolta, onde o exército imperial exerceu a sua rigorosa represália aos que apoiaram os rebeldes. Residências, pontos comerciais dos liberais eram invadidos e bens saqueados, a matriz serviu para o atendimento aos feridos, o lugar sagrado foi profanado, pessoas inocentes foram presas e torturadas, as autoridades locais foram substituídas. Mas disso tudo restam os nossos heróis para quem não podemos deixar escapar de nossa memória, pois: “De positivo, o saldo que a rebelião praieira deixou foi apenas o exemplo heróico de homens de raça, que sabiam ir ao sacrifício pela conquista de um ideal” (ALMEIDA, 1980, p. 60).

Contudo, o maior exemplo de heroísmo dos homens de Areia surgiria nas últimas décadas do século com a libertação dos negros cativos. Aludindo a estes personagens o espírito de cruzada, Almeida constrói as páginas mais laudatórias de toda a sua produção. A cidade, terra natal do autor, por tudo o que fez favorável aos escravos merece estar no panteão da história nacional, porque meses antes da famosa assinatura da princesa Isabel, Areia já emancipara todos os seus escravos da ‘mancha negra’ do cativeiro.

As idéias republicanas no Brasil trouxeram de esteio a luta abolicionista. A situação econômica do nordeste do país, em especial a da Paraíba, era extremamente diversa da de séculos atrás. O declínio das experiências produtivas, como o algodão e a cana-de-açúcar, além do alastramento de diversas doenças, diminuíram consideravelmente a presença dos escravos na província. As mortes por pestes e o comércio interprovincial são exemplos do decréscimo do número de escravos na Paraíba na segunda metade do século XIX. Algo que fez com que muitos textos da historiografia oficial local de fins do citado século e de todo o seguinte silenciassem sobre a presença negra na colonização e na construção da sociedade paraibana. Chegou-se até, em certos momentos, a afirmar que os escravos paraibanos tiveram

um tratamento diferenciado em relação aos outros de todo o país⁶⁷, como afirma Mello (2002): “Na Paraíba, o escravismo nunca tivera o peso de outras províncias economicamente mais sólidas” (MELLO, 2002, p. 131).

Como observa Rocha, Almeida pouco fez para mudar essa visão sobre os escravos na Paraíba. Em sua narrativa valorizou muito mais os índios que os negros, empreendendo até a edificação de heróis entre aqueles. Os africanos surgem apenas no fim do período imperial em pouquíssimas páginas (ROCHA, 2005, p. 57). Mas a autora reconhece também que Almeida não desprezou a questão da condição de vida dos escravos, embora vista de uma forma tão reduzida, que os senhores acabam recebendo uma imagem positiva, porque não foram tão cruéis assim com seus escravos (ROCHA, 2005, p. 58)⁶⁸.

Mas nada se compara à construção simbólica elaborada por Almeida no protagonismo da cidade de Areia no evento da abolição dos cativos. São nove páginas recheadas de expressões adjetivas, de louvação e de empenho verbal para tornar não só o momento único, mas especificar, dar aos homens da cidade, defensores e executores desse feito, uma singularidade exemplar, sinônimo de orgulho e de grandeza. Isto aconteceu, de acordo com Almeida, pelo fato de que já existia na cidade uma atmosfera propícia, antes mesmo das leis que sucessivamente acarretaram na deflagração do movimento abolicionista:

Muito antes de instituído o ventre livre no Brasil, já em Areia José Alves de Lima significava-se como precursor do abolicionismo. Rico proprietário, dono do Olho D’água Seco e de fazendas de gado no sertão, viúvo e sem filhos, deu um exemplo da mais alta generosidade, libertando todos os escravos e deixando para os mesmos metade de sua fortuna (ALMEIDA, 1980, p. 139).

Embora tenha sido um caso isolado, o autor não revela em que ano certamente tenha acontecido – a exatidão deixa aqui de ser uma perseguição. Resta saber se a herança deixada era uma fortuna mesmo com a cidade entrando num período de forte decadência econômica.

⁶⁷ Conf. os tópicos 20 – *Manumissões na Paraíba* e 21 – *Abolição da escravatura* do capítulo V, o tópico 10 – *A abolição da escravatura e a realidade social do liberto*, do Capítulo VI em História da Paraíba, segundo volume de 1978 e o capítulo *Cruzada Benemérita*, de Brejo de Areia, tanto na edição de 1958 como na de 1980.

⁶⁸ A historiadora Rocha (2005), em tese de doutorado pela UFPE, estuda os laços de parentesco, os vínculos sociais, religiosos e afetivos construídos entre os escravos e não-escravos na Paraíba do século XIX e suas estratégias de resistência e sobrevivência. A construção e reconstrução permanente de suas identidades são também abordadas. No texto há um breve, mas consistente percurso historiográfico sobre a produção dos historiadores paraibanos, herdeiros da tradição advinda do IHGP até as mais recentes produções, não só acadêmicas. Exercício elaborado para compreender os silêncios sobre a população negra dentro da historiografia paraibana, o que permanece enquanto verdade e as novas abordagens que figuram este grupo social de outro modo nos discursos históricos, sem passarem despercebidos, ou mesmo negados como por muito tempo a história oficial assim os tratou. Conf.: ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. Recife: Doutorado em História, UFPE-CFCH, 2005, p. 51-67.

Mas o que importa para Almeida, é que, tempo depois do feito de José Alves Lima, alguns homens da cidade, capitaneados por Manuel da Silva, organizaram-se num movimento em prol da destruição definitiva desta vergonha que era a presença da escravidão negra na cidade:

Anos depois, já inspirado na lei do ventre livre, foi que Manuel da Silva *levantou em sua terra a bandeira da libertação*. Sentindo a receptividade da idéia, lançou os fundamentos da Emancipadora Areiense, destinada a *promover a defesa do escravo, até extirpar a chaga social*, que a lei de então só objetivaria a longo prazo. *Alma de eleito*, sensível a todas as iniciativas, que visavam a dignificar a pessoa humana, não somente madrugou na jornada, mas sustentou a campanha, por anos de luta, *até a redenção da terra natal*. Em 173, aos 36 anos de idade, congregou amigos e *homens de boa vontade contra o negregado regime*. Ao apelo que fizera acudiram os valores mais representativos do meio, comerciantes, professores, advogados, tabeliões, até mesmo senhores de engenho, anuindo todos ao *compromisso solene de tomar a defesa da causa* (ALMEIDA, 1980, p. 139-140. Grifos nossos).

Só Areia para conter dentro do seu seio estes homens predestinados à causa mais humanitária de todos os tempos. Ou será que a elite da cidade queria se livrar de uma instituição social e jurídica, que se revertera, naquele momento, numa despesa a mais aos seus proprietários? Além do mais não seria um reconhecimento legal que daria de um dia para o outro a condição de cidadão ao negro. Permaneceriam as desigualdades veladas por uma lei de cunho figurativo apenas. Mello reconhece que a abolição na Paraíba foi sinônimo de crise e não de iniciativas filantrópicas:

Como, todavia, a economia areiense estivesse minada pela praga da gomose que devastou os canaviais, alcançando o clímax em 1884, torna-se evidente que as debilidades estruturais da produção agrícola falavam mais alto que o humanitarismo dos abolicionistas para acarretar a desintegração do escravismo local. Com os engenhos rapadureiros de fogo morto, o patriarcalismo não tinha como manter os seus escravos. [...] daí porque a conclusão consiste em que, [...] a abolição não se precipitou pela porta do desenvolvimento das forças produtivas que, no sul, asseguravam espaço ao trabalho livre, mas pela da crise. [...] Com as massas rurais vagando, apenas teoricamente livres, pelas fazendas e engenhos, fácil tornou-se aos proprietários enquadrá-los em nova forma de sujeição. (MELLO, 2002, p. 133-134).

Mesmo não fazendo menção à dificuldade do negro em se integrar na sociedade e a quais espaços ficaram reservados, inferimos através do excerto acima que a atitude da elite areiense, como um todo, sem negarmos a possibilidade de casos contrários isolados, foi muito mais figurativa e simulada do que Almeida buscou evidenciar. Mas as dificuldades surgiram

para os ‘emancipadores’. Muitos se opuseram ao movimento, tanto que dez anos depois, alguns dos que assinaram o documento de compromisso com a Emancipadora, possuíam escravos sem terem libertado um sequer (ALMEIDA, 1980, p. 140).

Para propagar seu ideário e conseguir um poder maior de mobilização, a Emancipadora elegeu membros permanentes e estabeleceu um estatuto, conseguindo com isso a colaboração de homens como Coelho Lisboa, que fora até 1885, promotor da comarca da cidade e o Padre Sebastião Bastos, que ‘converteu’ diversos homens da sociedade areiense “ao credo abolicionista” para colaborarem com a “libertação do município” (ALMEIDA, 1980, p. 141). Neste momento a cidade é a personificação por completo de uma condição que, se esquece o autor, estes próprios homens construíram. Luta-se parece, pela libertação de Areia dessa ‘mancha’, dessa vergonha, e não por uma transformação social. Sendo assim, as alforrias não paravam de crescer, alguns senhores aproveitaram casamentos e batizados de seus familiares para tornarem públicas diversas manumissões. Ou seja, a celebração era para gáudio e honra de quem, senão daqueles que a executavam para serem bem quistos?

A cidade inteira estava contagiada, por isso “Daí por diante as manumissões se sucediam em ritmo acelerado e, por fim, já era um motivo de festa concedê-las. [...] A essa altura, a Câmara Municipal aderiu ao movimento criando imposto sobre os escravos, como meio de apressar a redenção do município” (ALMEIDA, 1980, p. 142). Ou a possibilidade de lucrar antes que a ordem viesse da corte? O ano de 1888 simbolizou o final vitorioso para a ‘cruzada benemérita’, como demonstra Almeida: “A cidade, praticamente, estava limpa da mazela social, mas ainda havia alguns infelizes pelos engenhos e fazendas, cujos senhores se obstinavam a deixá-los no cativeiro” (ALMEIDA, 1980, p. 143). Areia tornou-se, assim, o refúgio de escravos das cidades vizinhas que acorriam aos seus “beneméritos compatriotas” no intuito de requererem a tão sonhada liberdade. Manuel da Silva, o incansável líder dos emancipadores, “Só descansou quando, a 22 de abril de 1888, viu alforriados os três últimos escravos que ainda *enodavam* o município” (ALMEIDA, 1980, p. 143. Grifos nossos).

Areia agora era uma cidade livre, sem a chaga da escravidão. As coisas passavam a ser diferentes então? Talvez. Almeida reconhece as dificuldades da integração do negro na sociedade, pois pela forma como foi tratado no regime de escravidão ele não se encontrava “preparado para isso”. Mas, ao mesmo tempo, abrange e esconde essa visão relatando que, em muitos casos, a situação de vida e trabalho continuava a mesma, mas eram fatos esparsos visto que, vejamos só, a moralidade dos senhores e a ligação afetiva dos escravos aos mesmos, impedia que tal crueldade acontecesse:

[...] esses exemplos não constituem a regra, tanto que após a abolição, não forma poucos os libertos, que continuaram na companhia dos antigos senhores, principalmente os mais idosos, que temiam a separação como se fosse um abandono. Haja vista também a espontaneidade de centenas de alforrias, o que prova a boa formação moral da maioria dos donos das senzalas (ALMEIDA, 1980, p. 146).

Mas era preciso comemorar, marcar a sociedade com um momento de celebração incomparável, na qual todos se tornaram iguais. Embora tenham ocorrido em 22 de abril as três últimas alforrias, a Câmara Municipal marcou para o dia 3 de maio a celebração do grande feito. Músicas, passeatas “ao som do hino da redenção” composto especialmente para o evento, discurso, entremearam-se numa “festa como nunca houve igual em Areia” com duração de quatro dias seguidos, dentre os quais até um jantar foi oferecido aos abolicionistas pelos libertos. Manuel da Silva tornara-se um verdadeiro herói:

Escravocratas da véspera, contagiados de ardor cívico, aclamavam delirantemente o nome de Manuel da Silva como o grande herói da cruzada redentora. Mas a alta das manifestações populares era ver libertos e ex-senhores confraternizados em igual expansão de júbilo, até às lágrimas de emoção (ALMEIDA, 1980, p. 144).

A lei Áurea chegou atrasada alguns dias, mas nada que tire o brilho desta honra. Prontamente todos os escravos da cidade se tornaram trabalhadores assalariados, com Almeida indicando até quanto passou a se pagar por cada trabalhador, mesmo sem indicar a fonte de que extraiu tal informação (ALMEIDA, 1980, p. 145). Mas toda essa glória ‘única e restrita’ ao município de Areia sofreu os revezes da memória fazendo com que “caísse no esquecimento da população e dos poderes públicos da localidade” (ALMEIDA, 1980, p. 147).

4.3. A outra face do progresso: decadência material e os revezes da memória

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurte de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles de uma região para a outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.

A uberdade nativa do solo é o fator que o condiciona. Mal a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o

capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas.

[...]

Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. Umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrepito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes.

Lobato, M. *Cidades Mortas*, 1906.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória da vida.

Nora, P. 1993.

Há cidades que não têm história, cidades humildes, onde nada acontece digno de menção. Nascem e vivem como indivíduos que apenas aspiram a um lugar ao sol. Outras há que tiveram fastígio e depois agonizam. A este grupo pertence Areia, ao grupo das cidades que se exauriram num passado de lutas e glórias, sem mais força no presente para deixar tradição no futuro.

Almeida, H. *Brejo de Areia*, 1958.

Mas, a partir da segunda metade do século XIX, toda a riqueza e glória de Areia agonizaram a ponto de desaparecer em fins do mesmo período, junto com a bruma que cobre as serras em dias de frio brejeiro. Os fatores são, em nível de importância, mais econômicos que políticos⁶⁹. Listaremos aqui os mencionados pelo autor que ora discutimos, mas não custa lembrar toda a prosperidade econômica narrada por Almeida para a cidade de Areia e a região do brejo paraibano citado em momento anterior. Podemos apreender, a partir de algumas informações dadas por Mello (2002), que toda a eventual riqueza que possa ter

⁶⁹ Conf. MARIZ, Celso. *Evolução econômica da Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: A União, 1978, p. 21-35 e GALLIZA, Diana Soares de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930*. João Pessoa: Idéia, 1993.

existido na Paraíba na primeira metade do século XIX é mera ilusão, elaboração retórica de muitos intelectuais e políticos – embora os seus argumentos não sejam literalmente estes – apesar de que alguns dados revelassem um crescimento na produção, por exemplo, do açúcar e o algodão:

Quando do início da segunda metade do século XIX, a Paraíba parecia oferecer sinais de vitalidade. [...] Dizemos aparentemente porque esta prosperidade era *ilusória*, visto tratar-se de mero crescimento vegetativo. Tal se verificava porque enquanto na área açucareira as técnicas de produção, isto é, *o modo de fabricar o açúcar* não se renovava, a cultura do algodão experimentava crescimento extensivo, *ocupando mais terras*, o que geraria problemas sociais no agreste (MELLO, 2002, p. 115).

Os dados utilizados por Almeida e a realidade social e econômica de Areia quando da escrita do livro deixam isso bem claro para o autor. A mecanização da produção agrícola naquele espaço só veio a ser realidade no fim do século. Em 1888 surge o primeiro engenho a vapor que veio não como sinal de modernização, mas de crise, pois os preços da rapadura caíam a cada dia no mercado fazendo com que a junção dos dois fatores baixasse os salários e provocasse uma diminuição da mão-de-obra: “Os cabras do eito, quando não emigravam para o eldorado do Amazonas, onde encontravam a morte certa, arribavam para o sertão ou trocavam a enxada pela vida mais folgada da cidade” (ALMEIDA, 1980, p. 104).

Do mesmo modo, o brejo não atraía mais os vaqueiros do sertão e do seridó em busca de produtos de primeira necessidade. A cana passou a ser produzida em pequenas áreas úmidas das regiões serranas do alto sertão e do cariri cearense, o algodão expandiu sua produção para outros espaços, com isso não havia necessidade do sertanejo efetivar longas jornadas em busca de produtos que passava “a produzir em escala crescente” (ALMEIDA, 1980, p. 104). Boa parte dos engenhos entrou em fogo morto levando muitos senhores à bancarrota. Mesmo com as crises sucessivas das lavouras, assoladas também por pragas, a cana-de-açúcar não deixou de ser uma das principais produções da cidade, pois sempre que uma nova experiência malograva ou entrava em crise, ela voltava como socorro imediato.

Uma destas tentativas foi, em fins do XIX, o café. Muitos dos proprietários que ainda tinham algum capital para investir decidiram desmedidamente, ocupar cada mínimo pedaço de suas terras com a plantação do tão sonhado grão. O Objetivo era disputar diretamente, e quiçá ultrapassar, a produção da cidade de Bananeiras, que hora era a maior do Estado. Mas a praga arruinou esta empresa levando consigo, em pouco mais de cinco anos, os cafezais ao chão e “mais uma vez, a economia do município” (ALMEIDA, 1980, p. 104).

Antes o ‘oásis’ da Paraíba, nas palavras de Almeida, transformara-se na “castigada zona do brejo” (ALMEIDA, 1980, p. 104). Nas primeiras décadas do século XX estava em “ruínas” a produção cafeeira de Areia. A indiferença do governo estadual e a pouca assistência do federal para remediar o problema, são motivos de ressentimento na narrativa do autor. Outras culturas como a do fumo, amoreira e do bicho da seda também foram principiadas, mas não obtiveram nenhum resultado financeiro expressivo.

Com a produção do agave em princípios dos anos 1940, a economia da cidade tomou um novo fôlego. Diante da necessidade mundial de suas fibras – até então a fibra sintética não havia despontado mundialmente – a Paraíba tornou-se um dos grandes exportadores mundiais do produto. De acordo com Almeida a prosperidade voltou a soprar nas paragens brejeiras⁷⁰ e, com ela, a ostentação e os gastos excessivos:

Em pouco tempo a economia do município estava recuperada. A cultura do sisal estendeu-se rapidamente por vasta zona do território da Paraíba, do litoral aos Cariris, disseminando-se inclusive pelos Estados vizinhos. Por toda parte só se via agave. Onde foi engenho de rapadura ou fazenda de café não se fazia outra plantação. [...] Era o tempo das vacas gordas. Todo mundo gastava dinheiro à-toa porque as boladas recebidas quase não cabiam no bolso. Abriam-se estradas particulares para que o automóvel chegassem a todos os estabelecimentos agrícolas, onde antes era difícil o acesso a cavalo. José Rufino [provavelmente o pai do autor] e Germano Freitas foram os primeiros a melhorar as condições de habitação dos trabalhadores rurais. [...] A princípio censurados por aquela extravagância, terminaram imitados pelas mentalidades retrógradas que persistiam em reagir contra o progresso. [...] Entretanto, pouco durou o reinado do agave, talvez menos de oito anos. De repente, a fibra caiu a preços irrisórios, com graves prejuízos para a balança comercial do Estado. Fato recente, ocorrido em 1952, seus efeitos ainda perduram (ALMEIDA, 1980, p. 111).

O surgimento do nylon sintético e sua entrada no mercado brasileiro, além da necessidade de áreas de clima um pouco mais seco do que o brejo, levaram gradativamente para fora a riqueza desta fibra. Mais uma vez a cana-de-açúcar vem prestar auxílio à truncada economia de Areia. Mais do que nunca, no século XX as coisas não estão tão favoráveis à cidade, vítima de “uma conspiração muito séria”. Na verdade Almeida denuncia a falta de empreendedorismo e a indiferença do poder estatal local em melhorar a situação econômica e social do Estado, fazendo com que a migração em massa para o centro sul do país fosse uma das únicas alternativas aos pobres trabalhadores da Paraíba (ALMEIDA, 1980, p. 111).

⁷⁰ Conf. FREIRE, José Avelar. *Alagoa Grande: aspectos econômicos e fatos outros da sua história*. João Pessoa: Idéia Editora, 1996, no qual analisa a produção do sisal e os seus impactos econômicos e sociais de uma das principais cidades do brejo paraibano.

Contradictoriamente, agora o autor se convence da instabilidade da economia de Areia desde os tempos de sua colonização, fazendo cair por terra, sem ele mesmo perceber, a sua defesa de terra “vocationada” para o progresso e a riqueza, fruto da ação de grandes homens: “O freqüente abandono de uma solução por outra, nos ciclos econômicos, mostra a instabilidade da produção básica do município [...]. Vem, assim, Areia desde muitos anos, sofrendo colapsos mortais, caracterizados pela instabilidade econômica das crises cíclicas” (ALMEIDA, 1980, p. 112).

A “minúscula capital” via-se agora como um pequeno burgo abandonado no alto da serra, como a Areias de Monteiro Lobato – analogia que o próprio Almeida utiliza. Era Areia uma cidade morta. Tudo “conspirava”, de uma forma quase que apocalíptica, para este momento tão fúnebre da cidade. Fosse do mundo natural ou não, como os “flagelos” que acometeram a cidade no século XIX.

De ordem política, no seu relato a Paraíba aparece agora instável, pois entre os anos de 1830 a 1840 a Paraíba teve uma sucessão desenfreada de presidentes que muito pouco fizeram pela província. Admite a pequena arrecadação de impostos, que se agravava ainda mais com a calamidade das secas⁷¹ que sucessivamente, castigavam a região, em especial o sertão. Muitos, para sobreviver, fugiam do solo castigado para o brejo, o lugar da “salvação”, como no caso da grande seca de 1846. Mas outras maiores no decorrer do século devastariam ainda mais essas áreas – que, pelo relato de Almeida, o brejo atravessava incólume – servindo de mote na retórica política em busca de recursos para a solução do grande problema do nordeste do país.

Para completar o cenário de desolação, a epidemia do *cólera morbus* “dizimou grande parte da população da Paraíba”, sendo o brejo a área mais afetada da província, no ano de 1856. Em 1862 a região é assolada mais uma, embora não tão mortal como no primeiro momento. “O brejo, sobretudo, transformou-se em campo aberto à invasão destruidora, que foi deixando em sua passagem, vilas e povoações quase reduzidas a necrópoles abandonadas” (ALMEIDA, 1980, p. 84). Baseado nos documentos e números levantados pelo historiador Irineu Pinto, Almeida constrói um cenário desolador da cidade no período da epidemia, que briga páreo a páreo, com os momentos das secas, como a de 1877, que “deixou a Província transformada em vasto campo de desolação” (ALMEIDA, 1980, p. 88). A de 1904 não

⁷¹ Conf. o artigo “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste”, in: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008, pp. 229-245. A partir da análise da literatura, de noticiários da imprensa e de discursos construídos sobre a região por políticos e intelectuais nordestinos, o historiador argumenta que o fenômeno das secas foi utilizado, para elaborar um discurso que o colocava como o grande problema para o atraso econômico e social da região.

permitiu sequer a recuperação das posteriores, “regurgitando de retirantes” em direção ao brejo paraibano (ALMEIDA, 1980, p. 89). Problemas apenas solucionados, de início, com a presença de homens como Epitácio Pessoa que, “na presidência da República, procurou, com braço forte, resgatar o nordeste dos erros do passado” (ALMEIDA, 1980, p. 90). Bem como José Américo de Almeida – por sinal seu primo e natural da cidade de Areia – que, com as suas ações como ministro no governo revolucionário de 1930, “ninguém o sobrepujou na intervenção vigorosa com que procurou saldar uma dívida de quatrocentos anos que a Nação tinha com o nordeste” (ALMEIDA, 1980, p. 91).

Areia sofreu também o “golpe” de ver o território da Vila Real do Brejo de Areia reduzido a uma área extremamente pequena se comparada com o do início do oitocentos. Em nota à página 31 da segunda edição de 1980, Almeida faz uma correção ao texto que aponta a extensão do município ainda com a área do distrito de Remígio emancipado em 1957. A partir de 1834, com o desmembramento de Bananeiras, outros povoados foram galgando sucessivamente as distinções necessárias até a emancipação total de Areia. Quando da publicação do livro, em 1958, o território de Areia “ficou reduzido a pequena fração de terra na zona do Brejo” (ALMEIDA, 1980, p. 31 e 34).

Vale ressaltar que esses eventos não foram exclusivos de Areia, pois em 07 de janeiro de 1949 a Assembléia Legislativa do Estado aprovou na lei nº 318 a divisão territorial da Paraíba em 41 municípios, sendo que de 1951 a 1965 mais 130 municípios obtiveram a sua emancipação⁷². O “maior município do Brejo”, agora ‘subjugado’ a uma nesga fatia de terra tem muitos motivos para lamentar a sua situação. Esses recortes levaram consigo terras, recursos naturais, população, capital e deixaram, conforme sugere Almeida, a cidade isolada. Isolada do tempo, presa no passado.

⁷² Atualmente a Paraíba possui 223 municípios.



MAPA - 5 Mapa da divisão político-administrativa atual do Estado da Paraíba com a área pertencente ao município de Areia demarcada. Com as sucessivas emancipações dos povoados e distritos ficou extremamente reduzido a menos de 1/5 aproximadamente do que era no início do século XIX. Representação feita a partir de ilustração disponível em <www.santiagosiqueira.pro.br>, acesso em: 30 de abril de 2010.

Mas o golpe mortal veio no início do século XX quando o progresso deixou de soprar no alto das serras brejeiras, pois o trem, tão cobiçado pelos políticos e empresários da região, não encontrou quem conseguisse levá-lo até o alto da serra. Os trilhos fizeram uma espécie de “cinturão” pelos arredores da cidade sem sequer fazer menção de passagem por lá, embora o autor defenda que num dos traçados originais do projeto Areia figurasse como beneficiária⁷³. Descreve, em algumas páginas, as birras entre os habitantes da cidade e os de Alagoa Grande, cidade a pouco mais de 16 quilômetros serra abaixo, que experimentou um ciclo de prosperidade econômica quando da chegada do trem em seu território (ALMEIDA,

⁷³ Conf. ARANHA, Gerválio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande: EDUF CG, 2006. O autor revela as disputas políticas travadas nos parlamentos em defesa da implantação do transporte ferroviário na região nordeste e mais especificamente na Paraíba. A partir de pareceres técnicos, relatórios de políticos e textos publicados em jornais da época, o historiador nos mostra todo um jogo de mascaramento e de rivalidade, no qual o trem era colocado como o impulsionador econômico de determinados espaços necessitados deste transporte para dinamizar a sua produção. A utilização de dados falsos que no final das contas revelavam muito mais o interesse de certos grupos, em muitos casos obtinham êxito, levando o trem a lugares que não tinham a necessidade efetiva desse transporte. Em certas localidades o trem não trazia qualquer alteração econômica. Noutros os ramais nem chegaram a ser concluídos, em virtude de alto custo de sua execução ou por desvios de verbas, entre outros motivos.

1980, p. 38-39). O autor insiste, em diversas passagens, sobre este fato como o grande revés material da cidade:

A partir de 1900, à medida que as estradas de ferro fecham o cerco em torno de Areia, acentua-se a crise na economia canavieira. O trecho ferroviário da capital a Guarabira, inaugurado desde 1884, prossegue em demanda do Rio Grande do Norte. Mulungu liga-se a Alagoa Grande em 1901, Itabaiana a Campina Grande em 1907, Guarabira a Borborema em 1913. Estava Areia, por esta forma, apertada num cinturão de ferro, que lhe tirava as forças de sobrevivência. [...] Areia começou a cair com a República, não por causa da mudança do regime, mas pelo cerco das estradas de ferro, que a deixaram isolada, e pelo fermento da política interna, que degenerou em desordem. O desenvolvimento comercial e correlativamente o social estavam em função dos fenômenos reversíveis da economia do município, cuja base assentava na lavoura. Mas é sabido que onde os transportes se tornam difíceis a decadência toma conta do lugar. O tempo pára, o progresso emigra, o homem fracassa em suas iniciativas. Foi o que se deu em Areia, a garbosa e destronada princesa da Borborema. Estrangulada submergiu no lugar comum das cidades mortas, deixando aos pósteros o consolo lírico de rememorar as tradições do passado (ALMEIDA, 1980, p. 104).

Assim como Catão (século III a.C.), no último capítulo de *Brejo de Areia*, Almeida decreta *Delenda Cartago*. Evidente que em temporalidades e características totalmente diferentes, mas a analogia é compreensível. Cartago, a partir do século V a.C. tornara-se um dos grandes centros comerciais do Mediterrâneo. Com uma frota marítima muito poderosa, a cidade, fundada pelos fenícios, exercia um forte controle nas rotas comerciais mediterrânicas, como também, posteriormente dominou a ilha da Sicília. Marco Pórcio Catão, pelos serviços militares prestados à Roma, chegara ao posto de cônsul e, posteriormente, censor. Conhecido pela defesa ferrenha das tradições romanas foi um dos maiores incentivadores da guerra, conhecida como Guerras Púnicas, travada entre Roma e Cartago. Acreditava Catão que a prosperidade proporcionada pelo comércio à cidade da costa africana poderia vir a ameaçar a unidade e a segurança de Roma. Nos pronunciamentos no senado romano terminava os seus discursos com a categórica frase *Delenda est Carthago*, ou seja, Cartago deve ser destruída.

Areia, a cidade comercial, a “minúscula capital” no cume das serras do planalto da Borborema jazia agora, destruída e sepultada por seus próprios escombros. A “maior feira” que o interior do norte do país já vira no século XIX não tinha mais o mesmo fervor. A cidade do primeiro teatro da Paraíba, que tivera professores de latim, entre os quais um dos “melhores” do país. O lugar da efervescência cultural, do gabinete de leitura, dos jornais que, entre as décadas de 1870 a 1940, circularam em número de 15 – embora não fossem todos no mesmo momento. A cidade das festas de padroeira que revelavam toda a riqueza dos

proprietários de terra, das casas comerciais abarrotadas de produtos vindos da capital e de Recife, dos músicos, dos poetas, dos grandes políticos, enfim a cidade agora, do passado:

Toda a grandeza de Areia ficou sepultada no passado. O progresso tomou outros rumos, deixando isolada a antiga aldeia de Bruxaxá, na estagnação de uma cidade morta, onde nada de novo acontece. As terras cansaram para a lavoura, o comércio murchou, o teatro virou cinema de poeira, ao paladar da nova geração apeteceu o **café-society**. Assim ficou Areia, arquejando à beira da desolação, em luta contra a adversidade, sem mais jornais, sem sociedade dramática, sem biblioteca, sem clube de dança, sem banda de música, numa inferioridade mórbida, que tem raízes profundas nos elementos perturbadores da economia do município (ALMEIDA, 1980, p. 136. Grifos nossos).

O cenário, para Almeida, é de desolação total. A narrativa tem um misto de desabafo e de lamento. Areia, “pródiga e fecunda” outrora, “envelheceu antes do tempo” e, pior, “esquecida dos próprios filhos” (ALMEIDA, 1980, p. 200). Até mesmo o símbolo da grandiosidade da cidade fora destruído. Não era obra do homem, mas da natureza, a lendária e secular gameleira:

[...] de fronte majestosa, [...] cuja sombra cantavam os trovadores e se inspiravam os poetas. O soberbo vegetal, soberanamente fincado no ponto mais alto da cidade, *era a testemunha muda dos acontecimentos que ficaram sepultados no passado*. Não foram poucos os idílios de corações namorados e até mesmo cenas dramáticas de lutas cívicas que se desenrolaram à sombra de sua imensa copa (ALMEIDA, 1980, p. 203. Grifos nossos).

Reza a lenda que a gameleira brotou de uma das estacas do curral que deu origem ao povoado ou que foi plantada pelo dono da estalagem do referido curral, mas “o marco histórico” no decorrer do tempo, tornou-se um peso morto, sendo demolido no ano de 1931. Portanto, Areia “ficou [...] sem expressão de grandeza, reduzida em sua configuração a um aglomerado de covas rasas” (ALMEIDA, 1980, p. 204). O trecho seguinte demonstra a dramaticidade empregada pelo autor, talvez no intuito de comover a população da cidade no presente para a preservação de um passado, de uma memória. Areia desponta como um campo de guerra em final de combate:

Areia estava atolada na pior das decadências. A terra se esgotara para o café e para a cana-de-açúcar. Esterilizava-se para tudo mais à míngua de transfusão de sangue. Os trilhos ficaram a muitos quilômetros de seus limites. A população cada vez mais pobre, diminuía em densidade e crescia em ignorância. Era o paroxismo de uma agonia que vinha se processando há mais de 30 anos. [...]

Era nos tempos em que areia, envelhecida prematuramente chegava aos estertores de uma triste senectude. Semeara valores até perder a saivá da fecundidade. Sublimara-se na intelectualidade até degradar-se com a caveira de burro estampada na face. Desmembrara-se em novos municípios até ficar reduzida ao distrito da sede (ALMEIDA, 1980, p. 205-506).



A imemorial gameleira que era o céu verde da cidade

IMAGEM - 4 Gameleira. A árvore símbolo e testemunha do passado glorioso da cidade de Areia. s/d. Disponível em: <<http://areia.pb.gov.br/galeria2/viewer.swf>>. Acesso em: 30 de abril de 2010.

Mas a maior “potestade destruidora” foi o tempo e com ele as lembranças que se esvaíram. No prefácio da primeira edição de 1958, bem como a da segunda de 1980, Almeida revelou a falta de memória e o desinteresse pelo passado dos habitantes de sua terra natal. Aspecto totalmente diverso de todo o seu empenho, que mesmo distante no Rio de Janeiro, pesquisava o passado da cidade: “[...] quando me lancei ao trabalho, era tarde demais para refrescar a memória. Os velhos que sabiam de muita coisa do passado, morreram. Os moços, que tomaram o seu lugar, já agora na casa dos setenta, ignoram, via de regra, quem foram seus avós. De arquivo público não é bom falar” (ALMEIDA, 1980, p. XIII).

Como um efeito de epidemia, todos da cidade perderam as suas referências, os seus símbolos, os seus marcos históricos. Nem mesmo o seu livro teve o poder de reviver essa memória perdida, destruída como a centenária gameleira. No prefácio da segunda edição o ressentimento para com os seus ‘compatriotas’ é evidente: “Pedidos para uma nova edição recebi de várias partes, menos da cidade donde emanou a ação do livro. Nem mesmo este quando foi lançado mereceu dos meus conterrâneos a acolhida que teve dos filhos de outros rincões” (ALMEIDA, 1980, p. XI).

Areia sobrevive, assim, como um *lugar de memória*. A cidade, para Almeida, passa a ser trabalhada pela história. Objeto da história que agora toma o lugar de uma memória que não existe mais a fim de que aquilo que ainda resta não seja esquecido: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993, p. 12-13). De acordo com este historiador a memória, pela aceleração do tempo e da multiplicidade de acontecimentos, não existe mais, o que existe é história, noções que se diferem totalmente. A memória, para ele é espontânea e presente, já a história, enquanto representação do passado tem um papel muito maior, por incrível que pareça, de destruição que de conservação:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distancia, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (NORA, 1993, p. 8-9).

A partir do momento em que não nos identificamos mais com o passado, a natureza da memória se perde e Almeida não percebeu que o seu próprio exercício, pelo menos no que diz respeito à memória de sua cidade, residia muito mais nos restos, nas ruínas, nos resquícios, nos lugares de memória, do que na vida e no cotidiano das pessoas de Areia. As datas comemorativas, nomes de ruas e arquivos, por exemplo, não revivem o passado. Ao invés de memória o que há é lembrança, que a cada dia necessita desses marcos para que ainda seja sentida.

Fazer a história de Areia, por mais contraditório que possa parecer, foi para Almeida o maior golpe que sofrera. Por certo, isso ele não esperava.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está chegada a hora de bater o ponto final. [...] O tempo tão recente desfavorece o historiador, porque lhe tira quase toda a ação de apreciação na crítica histórica. História sem crítica, sem interpretação é narrativa incolor.

O passado é preciso que se estude com critério e independência, para melhor compreensão do comportamento do homem em face dos acontecimentos de seu tempo. Quando o passado é recente o melhor é parar. O campo afigura-se ainda propício aos debates polêmicos, às monografias distorcidas da verdade histórica, às memórias fermentadas, com que muita gente abjura o seu passado ou só conta dele o que convém à conservação de uma imagem, que retoca cada dia e forceja por não desfigurar.

A história continua, mas só poderá ser tratada com independência e critério depois de decantados os fatos que ainda estão em ebulição. Essa tarefa caberá ao historiador do futuro.

Almeida, H. *História da Paraíba*. (1978b, p. 233).

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar as suas origens.

Nora, P. (1993, p. 17).

Começo provocando que Almeida incorreu em todas as ressalvas elencadas acima. O problema da proximidade com os eventos históricos é o de menos. Mesmo porque o presente, o momento de escrita, é de desolação. Em todas as fases do trabalho de Almeida há uma queixa latente entre um passado de fausto, de glória e, do outro lado, um presente incerto, sem o fulgor e a vitalidade de tempos de outrora. Na tentativa de corrigir os erros dos historiadores que o precederam, Almeida não deixou escapar aqueles com quem comungava a sua compreensão sobre o passado.

O intelectual fazia parte, não de um grupo ou de uma sociedade apenas, mas de uma forma de representação da história de um espaço que veio a se chamar Nordeste, a qual o próprio viu nascer e estava ligado organicamente. Os homens elaboradores desse simulacro discursivo de uma realidade não mais existente – mas que era preciso ser preservada ou revivida – faziam parte de uma elite decadente que buscava, através de meios políticos, discursivos e imagéticos, a manutenção de uma posição dentro da sociedade que agora não possuíam mais⁷⁴. Para tanto, se empenharam na construção de uma identidade que escondia mais do que revelava. Uma imagem que, através de negociações e imposições dos grupos dominantes, das elites, alastrou-se e foi consentida pelo senso comum, através é claro, de relações de trocas e de conveniências. Não negamos aqui a força das imposições daqueles que possuem o poder estatal em suas mãos, mas a apropriação revela o quanto aquilo que é imposto sofre modificações até fazer parte do cotidiano das pessoas. Mesmo porque a relação se estabelece dos dois lados.

A identidade paraibana, brejeira, empreendida por Almeida busca uma unidade territorial, econômica, lingüística, política e social a partir de eventos e de uma simbologia que encontrou na história a sua melhor expressão. A história tem a voz da autoridade sobre o passado. Este tipo de história, desde os tempos de seu nascimento enquanto um modo de pensamento e de observação da sociedade se proclama como a mestra da vida⁷⁵, como uma oração de ensinamento aos homens, a consciência do passado da humanidade. Nada melhor para construir um consenso de tamanha magnitude.

A partir dos questionamentos acima observamos que a produção de Almeida esteve sempre voltada à construção da história e da identidade do seu lugar de origem. Havia uma preocupação latente em se fazer uma história autenticamente paraibana com acontecimentos e

⁷⁴ Conf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001 e ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardoso e Austragésilo*. Recife: Ed. Bagaço, 2006.

⁷⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 41-60.

personagens singulares a este espaço. É possível perceber o quanto esta escrita, que pretendia, em sua elaboração, ser impessoal, revelava as trajetórias e a experiência de vida do próprio autor. Para tanto este trabalho pretende contribuir com as discussões acerca das construções e subjetivações humanas através, aqui, da produção historiográfica de um intelectual que, ao buscar compreender e dar significado à realidade social que o envolvia, delineou uma história, como o próprio indiretamente mencionou, ao redor de si mesmo.

Em pleno século XIX, Wilhelm Dilthey defendia que a vida – não no sentido biológico, mas vida enquanto ética, experiência, experimentação do mundo (aquilo que Weber chamou de cultura) – é o horizonte a partir do qual se comprehende o outro, o mundo. O sentido atribuído a este mundo não é de forma alguma absoluto, abstrato, objetivo. O sentido, de acordo com Dilthey é sempre um sentido histórico, situado a partir de um sujeito que tem uma vida concreta e, segundo esses pressupostos, percebe o mundo. Filósofo alemão do século XIX, Wilhelm Dilthey dedicou toda a sua carreira acadêmica na defesa e na construção de um método específico para as ciências sociais, que seria a hermenêutica.

O grande ponto diferenciador da hermenêutica de Dilthey estava justamente na sua intenção que era a de dotar as ciências humanas, ou ciências do espírito, de um método autônomo de conhecimento, um espaço não sujeito à metodologia das ciências da natureza. Como isso se daria? Segundo Dilthey um dos primeiros passos seria não dissociar a Ciência da Vida, algo que o saber positivo do século XIX buscou incessantemente. Era preciso, de acordo com o citado autor, associar compreensão, significado e vida. Nós compreendemos a partir da nossa própria vida, da nossa experiência enquanto seres.

A hermenêutica de Dilthey perguntará sempre pela vida não só do autor, mas também a do intérprete, ou seja, a leitura dessa outra mente, desse outro espírito, dar-se-á a partir da vivência do próprio intérprete, diante de seus valores, da forma como ele mesmo lê o mundo: “a primeira condição para uma possibilidade de uma ciência da história consiste no fato de eu próprio ser um ser histórico, de aquele que investiga a história ser o mesmo que a faz” (Dilthey *apud* BLEICHER, 2000, p. 36). Por isso ser impossível separar a ciência da vida, e dos valores atribuídos nesta experiência do intérprete enquanto ser. Seria o método empático proposto por ele.

Compreender o mundo humano sem os valores existentes no presente é algo impossível para Dilthey. E isto não tem nada de anacrônico até porque parte do princípio de que buscamos compreender a nossa realidade a partir das referências que possuímos, do acúmulo de experiências vividas, ou o que fazemos enquanto historiadores não é perscrutar o passado para entender o presente? Por isso a grande importância dada pelo mesmo à História

que proporcionava a percepção desse caráter provisório, situado no tempo e no espaço, das significações humanas, que têm limites, possuem horizontes, horizontes de compreensão, como assim os chamou Dilthey. A compreensão dá-se dentro de determinados limites sociais, culturais, epistemológicos, metodológicos ou econômicos, enfim não há compreensão nem verdade absolutas como queriam os positivistas, o que é produzido por nós como verdade está situado, tem horizontes, limites que são dados pela experiência (BLEICHER, 2000, p. 23-43; GADAMER, 2004, p. 17-38).

Então, considerar a vida de Almeida, enquanto experiência, como um dos pressupostos de suas interpretações e significações de seu mundo, de sua sociedade e de seu espaço nos parece possível. Mas não a é única questão porque, ao tornarmos evidente esta característica da subjetividade na produção deste memorialista/historiador e defendermos que a escrita de Almeida nos revela um sujeito, corremos um grande risco. E qual seria esse risco? O de achar que toda forma de escrita, aqui em nosso caso a escrita historiográfica, é um processo pessoal, individualizante apenas (DIEHL, 2002). Não é só isso. É preciso não esquecermos que as intenções de qualquer intelectual são frutos de cruzamentos de valores pessoais e coletivos. A necessidade de um passado para criar uma verdade sobre um determinado tempo e espaço, para incluir um espaço no tempo, ou seja, na História e sendo assim dar-lhe existência e legitimidade é produto de um posicionamento intelectual e político de cada momento e compartilhado por outros, digamos, os pares.

O interesse desses intelectuais pela história demonstrava um tipo de consciência histórica (GADAMER, 2004) presente em suas atitudes, independente de ser um instrumento para negar o presente ou para manter, mesmo que somente no campo das ideias, um status, agora em declínio, do(s) grupo(s) que eles representavam. Desse modo, a história surgia como um dos campos mais propício ao consentimento das elites, servindo, por exemplo, como o lugar de elaboração, no imaginário social, da figura do governante que atende prontamente todas as necessidades da sociedade, de um Estado que funciona de uma forma efetiva para garantir os valores ditos democráticos.

E por isso, um dos pontos que a esta altura ainda merece algumas considerações diz respeito ao termo ‘intelectual’ e como ele pode ser encarado dentro das especificidades de nosso tema e objeto. Na historiografia as reflexões perpassam não somente em relação ao surgimento do sujeito e do termo a ele concedido como também sobre a percepção de suas ideias e a atuação na sociedade.

Como nos lembra Sirinelli (2003) a possibilidade dos intelectuais enquanto objeto se tornou mais viável com a retomada da História política sob novos parâmetros metodológicos

e conceituais, deixando de lado não uma história das elites, mas elitista e com um claro desprezo pelo coletivo, que tanto os Annales criticaram, embora Altamirano ressalte que não existe um único modo de história intelectual, o que não difere muito “do que se observa hoje no conjunto da prática historiográfica” como um todo (ALTAMIRANO, 2005, p. 13).

Nesse cenário repleto de possibilidades – espaciais, temporais e relativas aos sujeitos – o historiador propõe um programa de trabalho que possa congregar “a História política, a História das elites culturas e a análise histórica da ‘literatura das ideias’”, inspirado na proposição de Ricouer de compreender a estrutura simbólica da vida social (ALTAMIRANO, 2005, p. 14). Esse renovado interesse pelas elites culturais nos leva justamente à possibilidade de ultrapassar os textos e suas ideias e encontrar um universo de representação simbólica e ação social, segundo Sirinelli (SIRINELLI, 1997, p. 259-279).

Mas como pensar na figura do intelectual diante de toda a tradição normativa que se tem desse sujeito na filosofia, historiografia e na crítica social, com relação ao contexto específico de nosso trabalho?

A categoria dos intelectuais tem como data e local de batismo o ano de 1894 em França, quando algumas figuras do mundo cultural francês – mais especificamente da literatura e da filosofia – assinaram uma petição exigindo a liberdade do oficial Dreyfus, acusado injustamente de traição. Embora Zola tenha se tornado o nome mais emblemático dessa luta ao publicar num jornal *J'accuse*, o texto dirigido diretamente ao presidente francês enumerando os erros absurdos na investigação do caso Dreyfus, segundo Goulemot, Voltaire é o modelo para o qual sempre se voltam àqueles que pensavam ou que lutavam contra a injustiça na França pelo seu posicionamento diante o caso do protestante Jean Calas acusado injustamente de ter assassinado o seu próprio filho.

O intelectual seria aquele se põe publicamente e lança discussões, sempre em busca de reparar os erros e injustiças sociais – embora seja uma visão simplista, mas atende o nosso objetivo no momento. Contudo essa legítima herança do filósofo iluminista existe até certo ponto, diferenciando-se do intelectual, porque este deixa de ser generalista como o filósofo e passa a atacar publicamente o seu alvo, nomeando os inimigos e se impondo por uma causa específica, que tenha como princípios básicos a verdade e a justiça universal. (GOULEMOT, 2001, p. 77-79).

Esses *hommes de lettres* podem ser reconhecidos no personagem que tomamos em nossa pesquisa? Se o encararmos como um homem crítico do poder, num espaço cultural onde a escrita lhe proporcionava uma liberdade de ideias e ações, como no cenário francês, isso seria impossível. A escrita estava voltada para justificar e edificar um consenso, uma unidade

espacial, histórica e política. Essas elites culturais trabalhavam para construir na sociedade um espaço específico para elas, que pudessem proporcionar a continuidade de suas políticas e de seus postos de comando ou de influência. Nesse caso o intelectual seria muito mais um erudito, um acumulador e divulgador de conhecimento, apropriando-se de tudo o que servisse de instrumental para executar o seu objetivo (ROLLAND, 2006).

Portanto, no nosso caso, a escrita da história é o fio condutor de nossos questionamentos. Não apenas o nosso exercício de demonstração do resultado da pesquisa, mas daquela escrita que esses homens – tendo como Almeida o nosso exemplo – empreenderam. Os seus métodos e suas relações de complementaridade também foram buscados. Como ressalta Altamirano falando dos intelectuais hispano-americanos no século XIX, que descobriram no historicismo a principal ferramenta do programa daquela elite modernizante (ALTAMIRANO, 2005, p. 18).

Sem uma crítica construtiva dos documentos, transformando-os em verdadeiros monumentos e de acordo com o que de mais conservador existia em relação às pesquisas históricas naquele momento, Almeida construiu uma versão da história da Paraíba capaz de nos chamar atenção ainda hoje. Pois nada mais forte do que usar como argumento que a história se faz através de fatos e prima pela verdade e exatidão comprovada a partir das fontes. História repleta de heróis que devem servir de exemplo às nossas atitudes diárias. Discussões que perseguiram os historiadores de todos os matizes por longa data.

Isto nos leva a mais uma questão: estaria Almeida, no tempo de sua escrita historiográfica, atrasado no que diz respeito à metodologia e a teoria histórica? Primeiramente precisamos reforçar a pouca presença, senão inexistência de uma discussão teórica clara nos seus textos. E segundo, porque de fato, essas formas de escrita e de pensamento, retomados criticamente durante todo este trabalho, correspondiam às intenções de um discurso que prezava pela tradição e servia de estratégia à permanência em um passado muito mais imaginado, ou à elaboração de um futuro, do que um presente vivenciado por ele e por seus contemporâneos.

Entre os *intelectuais* de seu tempo, Almeida de *fato fez história*.

6. Referências

ARQUIVOS CONSULTADOS

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP

Academia Paraibana de Letras – APL

Biblioteca Central / Coleção Paraibana – UFPB

FONTES

a) Periódicos

ALMEIDA, Horácio. “A História e a Crítica”. *O NORTE*, Suplemento Cultural “Domingo”. João Pessoa, 28 de maio de 1978c.

ANDRADE, Carlos Drummond de. “Vovô é um barato”. A *UNIÃO*, “Suplemento”, CORREIO DAS ARTES, nº 218, João Pessoa, 18 mar. 1984, p. 3.

DUARTE, Waldemar. “Horácio de Almeida: presença em ERA NOVA”. A *UNIÃO*, “Suplemento”, CORREIO DAS ARTES, nº 218, João Pessoa, 18 mar. 1984, p. 4-5.

COUTINHO, Edilberto. “Horácio de Almeida, 86 anos: entre o apelo erótico da língua popular e a polêmica política, sempre um lutador”. A *UNIÃO*. João Pessoa, 29 de agosto de 1982, p. 6.

PINHEIRO, Tobias. “Horácio de Almeida”. A *UNIÃO*, “Suplemento”, CORREIO DAS ARTES, nº 218, João Pessoa, 18 mar. 1984, p. 2.

Revista *ERA NOVA*, nº 18. Parahyba, 25 de dezembro de 1921.

_____, nº 24. Parahyba, 15 de abril de 1922.

ROMERO, Carlos. “a polêmica e o paraibano em Horácio de Almeida”. A *UNIÃO*, “Suplemento”, CORREIO DAS ARTES, nº 218, João Pessoa, 18 mar. 1984, p. 16.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. “A História Não se Inventa”. *O NORTE*, Segundo Caderno. João Pessoa, 11 de junho de 1978, p. 1.

b) Fontes Impressas

ALMEIDA, Horácio de. “Ao redor de mim mesmo”. In: *Augusto dos Anjos: razões de sua angústia*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Ouvidor, 1962.

_____. *Augusto dos Anjos: razões de sua angústia*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Ouvidor, 1962.

_____. *Brejo de Areia: memórias de um município*. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1980.

_____. *Contribuição para uma bibliografia paraibana*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora Ltda., 1972.

_____. *Dicionário Popular Paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

_____. *História da Paraíba*. Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

_____. *História da Paraíba*. Vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978a.

_____. *História da Paraíba*. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978b.

_____. *Pedro Américo: ligeira notícia biográfica do genial pintor paraibano (1843-1905)*. João Pessoa: A União, 1943.

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 30. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

HERCKMANS, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1982.

c) Avulsos

BANDEIRA, Hildon. “Lembrança de Horácio”, 1984.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

ALONSO, Agela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. *Para um programa de historia intelectual Y otros ensaios*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ARANHA, Gerválio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*.

ARIÈS, Phillip. *O tempo da história*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BLEICHER, Josef. *Hermenêutica Contemporânea*. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 2000.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CADIOU, François (org.). *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Tradução de Giselli Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo-RS: Ediupf, 1998.

_____. *Cultura Historiográfica. Memória, Identidade e Representação*. Bauru, Edusc, 2002.

DOSSE, François. *A história*. Tradução de Maria Helena Ortiz Assumpção. Bauru-SP: Edusc, 2003.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FOUCAULT, Michel. “O que é um Autor?” In. *Ditos e Escritos III: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Manoel Barros da Motta (org.). Tradução de Inês Autran Dourado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GADAMER. Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Pierre Fruchon (org.). Tradução de Paulo César Duque Estrada. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. *Joaquim da Silva: um empresário ilustrado do império*. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

- _____. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630*. São Paulo: EDUSC, 2007.
- GOULEMOT, Jean M. *Adieu les Philosophes*. Que reste-t-il des Lumières? Paris: Seuil, 2001.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro. trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I: A época Colonial. Vol. 1. Do descobrimento à expansão territorial. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Globo, 2007.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005.
- MARIZ, Celso. *Cidades e Homens*. 2. ed. João Pessoa: A União, 1985.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso*: ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba. Lutas e resistências*. 10. ed. João Pessoa: A União Editora, 2002.
- PEREIRA, Joacil de Britto. *Paraíba: nomes do século*. Horácio de Almeida. João Pessoa: A União, 2000, (Série Histórica, vol. 5).
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.
- PORCHAT, Edith. *Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação*. São Paulo: Iluminuras, 1993.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*: a inovação em História. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RODRIGUES, Janete Lins (coord.). *Atlas escolar da Paraíba*: espaço geo-histórico e cultural. 3. ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica). 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. (Brasiliana, vol. 11)

ROLLAND, Denis. “O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais. IN: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis (Org). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SÁ, Ariane Norma de Menezes, MARIANO, Serioja R. C. *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. *O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)*. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1962.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. As Elites Culturais. IN: RIOUX, Jean Pierre, SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil*: de Getúlio Vargas à Castelo Branco (1930-1964). 9ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WEHLING, Arno. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Artigos/Revistas

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: *Saeculum – Revista de História*, DH/PPGH/UFPB: João Pessoa, v. 16, jan./jun. 2007, pp. 83-102.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. v. 10. PUC-SP: São Paulo, dez. 1993, pp. 7-28.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Cultura Histórica em representações sobre territorialidades. In: *Saeculum* – Revista de História, DH/PPGH/UFPB: João Pessoa, v. 16, jan./jun. 2007, pp. 33-46.

Teses e Dissertações

AIRES, José Luciano de Queiroz. *Inventando tradições, construindo memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2006.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense *O Araripe* (1855-1864)*. João Pessoa: Mestrado em História, UFPB, 2010.

ARAÚJO, Railane Martins de. *O governo de Pedro Gondim e o Teatro de poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações (1958-65)*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2009.

BEZERRA, Francisco Chaves. *O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2007.

CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história no IV Centenário da Paraíba*. Recife: Mestrado em História/UFPE, 2002.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. *A construção do mito do "meu filho doutor". Fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil-Paraíba*. Recife: Doutorado em História UFPE-CFCH, 2004.

MENESES, Hérick Dayann Moraes de. *As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2009.

RIBEIRO, Genes Duarte. *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2009.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. Recife: Doutorado em História, UFPE-CFCH, 2005.

Sítios Eletrônicos

- <http://auniao.pb.gov.br>
- <http://ihgp.net/>
- <http://www.aplpb.com.br>
- <http://www.cultura.gov.br>
- <http://www.portalcorreio.com.br>
- <http://www.wdl.org/pt/>
- http://www.causamerita.com/index_i.htm
- <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/index1.html>
- <http://web.econ.ohio-state.edu/index3.htm>

<http://www.dightonrock.com/>
<http://www.santiagosiqueira.pro.br>
<http://areia.pb.gov.br/>
<http://biblioteca.ibge.gov.br/>